

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Lívia de Cássia Silva

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM UM CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: estudo sobre uma experiência do CEFET-MG

Lívia de Cássia Silva

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM UM CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: estudo sobre uma experiência do CEFET-MG

Dissertação apresentada a banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Gorett Ribeiro Grossi

Linha III: Tecnologias da Informação e Educação

S586e

Silva, Lívia de Cássia

Estágio curricular supervisionado em curso técnico de nível médio na modalidade a distância: estudo sobre uma experiência do CEFET-MG / Lívia de Cássia Silva. – 2018.

119 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.

Orientadora: Márcia Gorett Ribeiro Grossi.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Ensino à distância – Belo Horizonte (MG) – Teses.
 Sistemas de informação gerencial – Educação – Teses.
 Professores – Formação – Teses.
 Educação – Estudo e ensino (Estágio) – Teses.
 Grossi, Márcia Gorett Ribeiro. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 371.390



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Dissertação intitulada: **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM UM CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA:** estudo sobre uma experiência do CEFET-MG, de autoria de Lívia de Cássia Silva, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Prof^a. Dr^a. Márcia Gorett Ribeiro Grossi - Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Prof^a. Dr^a. Sabina Maura Silva
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Prof. Dr. Vicente Aguimar Parreiras
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Belo Horizonte, 01 de março de 2018.

Dedico este trabalho a Terezinha, Geraldo, Flávio e Ana Maria, meus maiores incentivadores.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por mais uma vez ter me concedido um grande presente: tornar-me uma Mestre em Educação! E por ter colocado na minha trajetória acadêmica pessoas tão especiais, as quais merecem o meu agradecimento:

Aos meus queridos pais Geraldo e Terezinha, pelo exemplo de perseverança, que me proporcionou a continuidade nos estudos até a chegada a este Mestrado. Com muito amor e paciência, vocês sempre estiveram ao meu lado me incentivando, me apoiando e me confortando nos desafios acadêmicos, profissionais e pessoais.

À equipe pedagógica da escola Instituto da Criança, que demostrou compreensão e apoio nos momentos em que precisei ausentar-me do trabalho para dedicar-me aos momentos acadêmicos, e, em especial à coordenadora Ana Maria Pires Guerra, que sempre se mostrou muito orgulhosa de ver as conquistas por mim alcançadas.

Aos professores do Mestrado em Educação Tecnológica, de maneira especial, à professora Raquel Quirino e ao professor José Geraldo Pedrosa, pela disposição e paciência no esclarecimento de dúvidas e partilha de conhecimentos.

À Eliane Silvestre, amiga que encontrei no Mestrado. Jamais esquecerei as boas risadas e o quanto você foi generosa comigo, tornando mais leve as dificuldades encontradas.

À equipe pedagógica do AVACEFET, por ter me permitido a realização deste estudo.

Um último agradecimento afetivo fica reservado à professora Márcia Gorett, minha orientadora. Saiba que serei eternamente grata pela oportunidade dada a mim por tornar esse sonho realidade.

RESUMO

A Educação a Distância (EaD) está presente em instituições de várias partes do mundo. No Brasil, as bases legais dessa modalidade foram estabelecidas pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Conforme essa legislação, a EaD pode ser ofertada em diferentes etapas e modalidades, inclusive na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPT). A realização de cursos de EPT por meio da EaD iniciou-se com a criação do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede e-Tec) e foi aderido por várias instituições, como o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), que em 2008 tornou-se habilitado a implantar a EaD por meio desse programa. Na EPT, um elemento que deve nortear o processo de ensino e de aprendizagem é a prática profissional. Nesse sentido, entre as diferentes situações de vivência de prática profissional previstas em uma formação técnica, essa pesquisa teve como objetivo analisar o processo de realização do estágio curricular supervisionado em um curso técnico do CEFET-MG ofertado a distância, via Rede e-Tec Brasil. Essa pesquisa teve uma abordagem qualitativa. Com base no objetivo traçado, os tipos escolhidos de pesquisa foram a exploratória e a descritiva, que envolveram o levantamento bibliográfico e documental, entrevista e questionário. A partir da coleta dos dados e posterior análise, verificou-se que para a instituição o estágio é considerado uma disciplina, organizada em quatro etapas. Esse modelo de estágio, fundamenta-se no compromisso formal entre o estagiário, a instituição de ensino e a empresa, podendo entender que a instituição tem a intenção de revesti-lo como ato educativo. Averiguou-se ainda que, apesar de ser considerado uma disciplina, ele não está contemplado na matriz curricular do curso analisado e não tem previsão definida nos diferentes módulos para que ele seja realizado. Desta forma, o estágio é realizado pelos alunos de maneira desarticulada com as demais disciplinas do curso, tornando essa prática um momento apenas para cumprir uma carga horária para obtenção do diploma técnico e não de unir a teoria à prática. Por fim, ao analisar as percepções dos alunos, percebeu-se que eles consideram a realização do estágio importante, para que possam aproximar da realidade na qual irão atuar e também para obterem uma qualificação prática; contudo pontuaram que possuem dificuldade para encontrar uma empresa para realizar o estágio, consideram o processo de formalização do estágio muito burocrático e que não foram adequadamente orientados pela instituição. Além disso, verificou-se que os alunos possuem poucas oportunidades para realizarem outras práticas profissionais, além do estágio curricular.

Palavras-chave: Educação a distância; Rede e-Tec Brasil; Prática profissional; Estágio curricular supervisionado.

ABSTRACT

Distance Education (EaD) has been offered in a lot of institutions around the world. In Brazil, the legal bases of this modality of education were established by Law No. 9,394 of December 20, 1996. According to this legislation, the EaD may be offered in different stages and modalities, including in the Technical Professional Education of Secondary Level (EPT). Electronic-learning began with the creation of the Open Technical School Program of Brazil (E-Tec Brazil Network) and was implemented by several institutions, such as the Federal Center of Technological Education of Minas Gerais (CEFET-MG) which in 2008 became qualified to implement the EaD through this program. At EPT, one element that guides the teaching and learning process is professional practice. Thus, the aim of this research was to analyze the process of performing the supervised curricular internship in a CEFET-MG technical course offered at a distance, via E-Tec Brazil Network. This research was carried out as a qualitative approach. Based on the aim outlined, the chosen sorts of research were exploratory and descriptive, which involved the bibliographical and documentary survey, interview and questionnaire. From the data collected and subsequent analysis, it was verified, for the institution, the internship is considered an educational subject, organized in four stages. This internship model is based on the formal commitment involving the trainee, the educational institution and the company, and it might understand that the institution intends to cover it as an educational act. It was also found that, although it is considered an educational subject, it is not contemplated in the course curricular matrix analyzed and there is no definite prediction in the different modules for it to be concreted. Then, the internship is carried out by the students in a disconnected manner with the other course subjects, making this practice a time only to fulfill a workload to obtain the technical diploma and not to link theory to practice. Finally, when analyzing the students' perceptions, it was realized that they consider the accomplishment of the important stage, so they might approach closer to the workplace reality in which they may act and also to obtain a practical qualification. However, they pointed out that they have had difficulty to find out available companies to carry out the internship. The students also consider the process of internship very bureaucratic and they have not been adequately oriented by the institution. Furthermore, it was found that students have few opportunities to perform other professional practices besides the curricular stage.

Keywords: Distance education; E-Tec Brazil Network; Professional practice; Supervised internship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Perspectiva de contratação na área ambiental	21
QUADRO 1 -	Produções que abordam a Rede e-Tec Brasil	20
QUADRO 2 -	Colação de grau dos alunos	23
QUADRO 3 -	Estágio no Brasil	47
QUADRO 4 -	Matriz Curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente	61
QUADRO 5 -	Distribuição de pontos	67
OUADRO 6 -	Colação de grau dos alunos do curso Técnico em Meio Ambiente.	73

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Descritores utilizados para pesquisa no banco de dados do IBICT	
TABELA 2 -	Dados dos processos seletivos do NEaD	75
TABELA 3 -	Dados a respeito da importância do estágio curricular para a	
	formação	77
TABELA 4 -	Dados a respeito do acompanhamento do estágio curricular	79
TABELA 5 -	Dados a respeito das práticas profissionais oferecidas pelo curso	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CEPT - Conselho de Educação Profissional e Tecnológica

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

CNE - Conselho Nacional de Educação

CPRE - Coordenação de Programa de Estágio

DCN-EPT - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de

Nível Médio

DOU - Diário Oficial da União

EaD - Educação a Distância

ECO - Estágio Curricular Obrigatório

EIA - Estudos de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETAs - Estações de tratamento de água

ETEs - Estações de tratamento de esgoto

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIC - Formação Inicial e Continuada

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IC - Índice Institucional de Conclusão

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MOODLE - Modular Object Oriented Distance Learning

NEaD - Núcleo de Educação à Distância

PCA - Plano de Controle Ambiental

PES - Programa de Estágio Supervisionado

PGTI - Planejamento e Gestão em Tecnologia da Informação

PNE - Plano Nacional da Educação

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

ERA - Reunião de Acompanhamento do Estágio

Rede e-Tec - Programa Escola Técnica Aberta do Brasil

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RTF - Relatório Técnico Final

SEED - Secretaria de Educação a Distância

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TCE - Termo de Compromisso de Estágio

TDIC - Tecnologia Digital da Informação e Comunicação

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UFPe - Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Problema de Pesquisa	16
1.2	Objetivos	17
1.2.1	Objetivo Geral	17
1.2.2	Objetivos Específicos	17
1.3	Justificativa	18
1.4	Estrutura do trabalho	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	Educação a Distância	25
2.1.1	Breve histórico da Rede e-Tec	29
2.1.2	Aproximação da EPT com a EaD no CEFET-MG	33
2.2	O currículo	34
2.2.1	Questões gerais sobre a organização curricular para a EPT	36
2.2.2	Organização curricular focada na prática profissional	41
2.3	O Estágio	46
2.3.1	Legislação atual	48
3	METODOLOGIA	53
3.1	Natureza da Pesquisa	53
3.2	Níveis de Pesquisa e Instrumentos de Coletas de Dados	54
3.3	Etapas da Pesquisa	55
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	58
4.1	Primeira etapa: Levantamento bibliográfico	58
4.2	Segunda etapa: Levantamento prévio de dados do NEaD	58
4.3	Terceira etapa: Levantamento documental	59
4.4	Quarta etapa: Verificação do processo de realização do estágio profissional supervisionado no curso Técnico em Meio Ambiente	67
4.5	Quinta etapa: Análise do estágio profissional supervisionado a partir da percepção dos alunos	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84

REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	96
ANEXOS	101

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD), presente em instituições de várias partes do mundo, apresenta um percurso longo e diversificado. Conforme Moran (2002), as principais características da EaD estão relacionadas ao fato de professores e alunos estarem separados espacial e temporalmente e ser um processo de ensino e de aprendizagem mediado por tecnologias, principalmente pela internet, atualmente.

As primeiras experiências, no século XIX, começaram com a aprendizagem por correspondência. Impulsionado pelo desenvolvimento da tecnologia e pela demanda da sociedade, a oferta de cursos a distância expandiu e, a partir de então, outros recursos como, o rádio e a televisão articulados com materiais impressos, foram sendo utilizados como suporte e veiculação dos cursos. De acordo com Pereira, Schmitt e Dias (2007), a internet, ao tornarse acessível no século XX, nos anos 1900, permitiu a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA); dentre os AVA gratuitos, destaca-se o *Modular Object Oriented Distance Learning* (MOODLE), por meio "dos quais a comunicação entre os participantes pode acontecer em qualquer lugar, a qualquer hora na modalidade de um para um, um para muitos, muitos para um e muitos para muitos" (PEREIRA, SCHMITT e DIAS, 2007, p. 05).

Nunes (2014) destaca que essa modalidade de ensino permite a utilização de uma multiplicidade de recursos, como textos bem elaborados e adequados, vídeos, áudios, programas transmitidos pelo rádio e pela televisão, assistência de tutores. Há ainda a videoconferência e o telefone, que podem estabelecer relações entre os alunos e entre estes e seus professores e tutores. Além disso, para maior sucesso pedagógico, deve-se levar em conta as características dos alunos que escolhem realizar um curso a distância, que inclui adultos trabalhadores, pessoas com deficiências, pessoas que moram em locais distantes de instituições de ensino ou que por vários motivos não querem participar de um curso presencial.

No Brasil, as bases legais da EaD foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Em conformidade com o Art. 80 dessa Lei, serão incentivados o desenvolvimento e a difusão de cursos de ensino a distância. Os Decretos nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 e nº 6.303 de 12 de dezembro de 2007 regulamentaram o Art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, mas ambos foram alterados e revogados pelo Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017. A partir deste

Decreto, as instituições de ensino superior poderão aumentar a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação a distância.

Conforme a legislação que regulamenta a EaD no país, esta pode ser ofertada em diferentes etapas e modalidades, inclusive na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPT). A realização de cursos de EPT por meio da EaD iniciou-se com a criação do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede e-Tec), lançado pelo Governo Federal em 2007, vinculado ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Primeiramente, este programa foi instituído pelo Decreto nº 6.301 de 12 de dezembro de 2007, mas sendo revogado alguns anos depois, pelo Decreto nº 7.589 de 26 de outubro de 2011.

Os cursos do programa Rede e-Tec Brasil são oferecidos gratuitamente para alunos matriculados e para egressos do Ensino Médio, bem como para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), permitindo assim a capacitação profissional tanto inicial quanto continuada e podem ser encontrados nas unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem, nas instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino e nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), como o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), que passou a ser credenciado, a partir de 2008, para ofertar os cursos Técnicos de Meio Ambiente, de Eletroeletrônica e de Informática para Internet.

Em conformidade com a Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, a formação técnica e profissional, nas modalidades presencial e a distância, tem por finalidade proporcionar aos alunos conhecimentos e competências profissionais primordiais ao exercício profissional. Diante disso, um elemento que deve nortear esses cursos é a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional no processo de ensino e de aprendizagem, visando à superação da separação dos conhecimentos.

De acordo com § 1º do Art. 21, da Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, a prática profissional:

[...] compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras. (BRASIL, 2012, *online*).

Essas distintas situações de prática profissional também devem acontecer nos cursos realizados na modalidade a distância. No § 1º do Art. 33 da Resolução nº 6 de 20 de setembro

de 2012, no polo presencial, os alunos devem participar de práticas profissionais de acordo com o perfil profissional "sem prejuízo da formação exigida nos cursos presenciais" (BRASIL, 2012, *online*). Entre as diferentes situações de vivência previstas em uma formação técnica e profissional, destaca-se o estágio curricular supervisionado, momento ímpar de articulação entre teoria e prática, que deve ser realizado em uma empresa e reconhecido como ato educativo¹ da instituição de ensino.

O estágio curricular supervisionado, quando assumido como ato educativo pelas instituições, proporciona aos alunos mais uma possibilidade de relacionar os fundamentos científicos gerais, definidos nas grades curriculares de cada curso técnico, com a prática. Além disso, o estágio, nesta concepção, colabora para que o estudante reflita sobre as complexas situações que podem ocorrer no seu futuro *locus* profissional. Para que essa reflexão ocorra de fato, os alunos devem ser devidamente supervisionados nas empresas, e as instituições de ensino devem organizar as disciplinas do currículo, a fim de fundamentar teoricamente a atuação do futuro profissional e tomar a prática como referência para a fundamentação teórica. Portanto, nos cursos de formação técnica, não pode faltar teoria e nem prática (PIMENTA e LIMA, 2006).

Entretanto, para Colombo e Ballão (2014), o estágio profissional nem sempre foi considerado como ato educativo da instituição educacional e das empresas. Os primeiros documentos legais, a partir da década de 1940, que regulamentavam o estágio no Brasil, foram formulados a partir dos interesses das empresas que consideravam esta atividade como um habitual treinamento dos saberes profissionais necessários ao exercício profissional. Os alunos não tinham a oportunidade de relacionar os saberes teóricos com os saberes das práticas. Além disso, muitas vezes, não havia acompanhamento e contínua avaliação nem por parte das escolas e nem das empresas (COLOMBO e BALLÃO, 2014).

Esses documentos não consideravam, portanto, o estágio como fonte de produção de conhecimento, que representa um significativo articulador da relação entre teoria e prática na formação dos alunos, resultando em uma precarização do trabalho. O estágio profissional neste formato é o reflexo do modelo de formação profissional ofertado na época, "entendida como um adestramento a uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos

-

¹ Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, como definido no Art. 1º da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Trata-se de um vínculo entre o estagiário, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino. O estágio como ato educativo refere-se a uma relação específica de trabalho, onde existe necessariamente o aprendizado prático relacionado com o conhecimento teórico e que deve ser acompanhado pela instituição de ensino e supervisionado na empresa.

dessa habilidade e, menos ainda da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo", para atender as demandas imediatas do mercado de trabalho (SAVIANI, 1997, p. 40 *apud* RAMOS, 2010, p. 44).

Atualmente, a educação profissional pode ser desenvolvida nas formas integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio. Independentemente da forma como ela se realizará, os diversos segmentos da sociedade que ofertam esse itinerário formativo devem se preocupar com uma formação que supere "a visão de profissionalização adestradora" que carece de sentido crítico do trabalhador, ou seja, deve-se abandonar a ideia que a preparação para o exercício de profissões técnicas deve priorizar apenas a habilidade para exercer com plenitude certa tarefa (FRIGOTTO, 2010, p. 34).

Nesse sentido, Ramos (2010) destaca a importância de uma proposta curricular que tem como fundamento o trabalho como princípio educativo, visando a superar a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Consoante com Ramos (2010), Simões (2010, p. 113) afirma que a formação deve garantir aos alunos o "domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo do trabalho moderno". Dominando esses fundamentos, o futuro trabalhador estará "em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho com a compreensão de sua essência".

Legislações como a Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e a Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, que tratam aspectos sobre o estágio profissional, buscaram enfocar o trabalho como princípio educativo para uma formação integral dos alunos. De acordo com esses documentos, o estágio é reconhecido como um vínculo educativo entre aluno, instituição de ensino e a empresa, que deve ser supervisionado e desenvolvido como parte do percurso formativo dos alunos, articulando os conhecimentos teóricos com os práticos.

A partir dessa contextualização, esta dissertação teve como objeto de estudo o estágio curricular supervisionado em um curso técnico do CEFET-MG ofertado a distância, via Rede e-Tec Brasil.

1.1 Problema de Pesquisa

Consoante com Colombo e Ballão (2014), a princípio, o estágio não era considerado como ato educativo das escolas e sequer das empresas. Isso dado que os alunos não eram oportunizados a relacionar os saberes teóricos com os saberes das práticas durante a

experiência do estágio. Além do mais, a realização das atividades profissionais não era supervisionada e nem orientada por qualquer responsável. Foi somente em 2008 com a promulgação da Lei nº 11.788 de 25 de setembro que novidades foram trazidas a respeito da realização do estágio, buscando superar problemas das legislações anteriores e visando que os alunos aprendam competências próprias da atividade profissional e que tenham a oportunidade de contextualizar os conhecimentos curriculares (COLOMBO e BALLÃO, 2014).

Essas considerações sobre o estágio levaram a pesquisadora a investigar o processo de realização do estágio curricular supervisionado na formação profissional ofertada a distância no CEFET-MG.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar o processo de realização do estágio curricular supervisionado em um curso técnico do CEFET-MG ofertado a distância, via Rede e-Tec Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar a legislação pertinente ao estágio curricular supervisionado;
- Levantar as práticas profissionais que são realizadas como antecedentes e preparação do estágio curricular supervisionado;
- Identificar como o estágio curricular supervisionado é contemplado no currículo do curso;
- Verificar a estrutura adotada pela instituição para a realização do estágio curricular supervisionado;
- Analisar as percepções dos alunos no que se refere ao estágio supervisionado como prática profissional.

1.3 Justificativa

Realizou-se no 2º semestre de 2016, uma consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), contemplando o período de 2006 até o ano de 2016, com a finalidade de identificar as produções científicas acerca da temática. Apesar da crescente produção científica voltada para a EaD, os estudos relacionados ao tema estágio curricular supervisionado em cursos técnicos ainda são modestos. A busca foi delimitada por assunto e usou-se os descritores apresentados na Tabela 1.

TABELA 1 - Descritores utilizados para pesquisa no banco de dados na BDTD.

Descritores	Teses	Dissertações	
Estágio curricular supervisionado	30	9	
Estágio no curso técnico	10	1	
Estágio na educação a distância	7	1	
Rede e-Tec Brasil	0	1	
Total	47	12	

Fonte: Elaborada pela autora da dissertação a partir dos dados coletados na BDTD

A leitura dos resumos dessas teses e dissertações foi realizada e, em relação ao descritor Estágio curricular supervisionado, verificou-se que a maioria das pesquisas foi realizada em cursos de Licenciatura, como Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Matemática, Música, Letras, Teatro, e, sobretudo em Pedagogia, com o objetivo de verificar a contribuição desta prática profissional para formação dos futuros professores.

Uma produção com relevância para o tema foi localizada, tal como a Dissertação de Mestrado em Educação, defendida por Nadiane Feldkercher intitulada: O estágio na formação de professores presencial e a distância: a experiência do curso de Matemática da UFPel. Este estudo teve como objetivo investigar como se desenvolvem os estágios nos cursos de licenciatura em Matemática a distância e presencial, bem como investigar como ocorre a orientação desses estágios e quais as convergências e divergências entre os estágios dos dois cursos. Utilizando-se este mesmo descritor, algumas pesquisas foram encontradas em cursos de Bacharelado, entre eles, Educação Física, Psicologia, Enfermagem, Direito, Administração e Assistente Social, mas nenhuma pesquisa foi encontrada com foco em cursos técnicos.

Com o descritor Estágio no curso técnico, foram encontradas pesquisas, apenas em cursos técnicos realizados na modalidade presencial, tais como, Técnico em Agropecuária, Técnico em Turismo, Técnico em Enfermagem, Técnico de Vigilância em Saúde, Técnico Industrial, Técnico em Farmácia, Técnico Industrial em Transformação de Termoplásticos e Técnico em Nutrição. De maneira geral, as pesquisas buscaram analisar como acontece o estágio nos respectivos cursos, qual a contribuição do estágio para a formação profissional e a relação teoria e prática na formação profissional, objetivos estes que vão de encontro aos objetivos desta pesquisa.

Em relação ao descritor Estágio na educação a distância, as pesquisas encontradas foram realizadas nos cursos de graduação em Pedagogia, em Educação Física e em Matemática com o objetivo de verificar como o estágio é orientado nessa modalidade de ensino. Uma Dissertação de Mestrado em Educação, defendida por Cristiane Tavares Casimiro de Oliveira intitulada: Apropriação tecnológica de docentes da educação profissional na modalidade a distância, foi realizada em um curso Técnico em Marketing. Contudo, essa pesquisa não apresenta aproximações com a proposta desta pesquisa.

No que concerne ao descritor Rede e-Tec Brasil, foi localizada uma Dissertação de Mestrado, defendida por Luciane Penteado Chaquime, intitulada: A prática pedagógica na educação a distância transformando a docência: uma análise sobre saberes e desenvolvimento profissional de tutores virtuais. A pesquisa teve como objetivo analisar as transformações que ocorrem na docência a partir da prática pedagógica na EaD.

Realizou-se também uma consulta na Biblioteca Digital de Dissertações do CEFET-MG do Programa de Pós-graduação, abrangendo o mesmo período, que vai de 2006 até o ano de 2016, com o auxílio dos descritores Estágio e Rede e-Tec Brasil. Foram encontradas duas dissertações com o descritor Estágio: a primeira, defendida em 2013, pelo autor Alexandre Cézar de Oliveira Melo, intitulada Estágio supervisionado em Engenharia: mudanças nos aspectos legais e consequências para os futuros engenheiros, teve como objetivo verificar as consequências provocadas pela promulgação da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, nos estágios supervisionados oferecidos aos alunos dos cursos de Engenharia.

E a segunda, defendida em 2015, pela autora Luara Cristiane Dourado Neves, cujo título é: O estágio curricular supervisionado na formação profissional do técnico em enfermagem. A pesquisa teve como objetivo analisar segundo as perspectivas dos/as egressos/as, as influências do estágio curricular supervisionado na formação profissional do Técnico em Enfermagem. Embora as pesquisas mencionadas possam ser de grande auxílio,

salienta-se que estudos sobre como se realiza o estágio curricular em um curso técnico na modalidade a distância ainda não foram realizados.

O Quadro 1 apresenta o levantamento das pesquisas que se referem ao descritor Rede e-Tec Brasil.

QUADRO 1 - Produções que abordam a Rede e-Tec Brasil.

Título do trabalho	Objetivo	Data de defesa
A implantação do curso técnico na modalidade a distância: sistema e-Tec Brasil CEFET-MG	Investigar o processo de implantação do curso técnico em Planejamento e Gestão em Tecnologia da Informação (PGTI) na modalidade a distância, com o apoio do e-Tec Brasil no CEFET-MG.	2011
Desvelando caminhos para a atuação na zona de desenvolvimento proximal no contexto da educação a distância	Fazer uma análise das interações entre professor-aluno no AVA a partir da perspectiva da teoria sóciohistórica de Vygotsky.	2012
Estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem na modalidade a distância	Investigar as estratégias pedagógicas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem dos cursos técnicos na modalidade a distância dos três cursos técnicos oferecidos pelo e-Tec CEFET-MG: Meio Ambiente, Eletrônica e Informática para Internet.	2013
Personalização do processo ensino-aprendizagem em um curso técnico a distância do projeto e-Tec Brasil do CEFET-MG: um estudo de caso	Compreender em quais perspectivas a personalização do processo ensino aprendizagem ocorre em uma disciplina do curso técnico de nível médio a distância em informática para internet da Rede e-Tec Brasil.	2014
As contribuições teóricas de Paulo Freire para os estudos de Educação a Distância: um estudo de caso da Rede e-Tec Brasil do CEFET-MG	Verificar se as ações pedagógicas do curso técnico de eletrônica da Rede e-Tec Brasil do CEFET-MG utilizam as concepções de Paulo Freire no que se refere à dialogicidade, autonomia e contextualização do saber como ato de cidadania no processo de ensino.	2014
Produção de material didático para a educação a distância: materiais multimídia	Analisar a produção dos materiais didáticos dos cursos técnicos de nível médio a distância do e-Tec CEFET-MG.	2015

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação a partir dos dados coletados na Biblioteca Digital de Dissertações do CEFET-MG

A partir dos levantamentos realizados na BDTD e na Biblioteca Digital do CEFET-MG, evidenciou-se uma carência de pesquisas acadêmicas sobre o estágio curricular supervisionado em cursos técnicos, sobretudo na modalidade a distância.

No que diz respeito a relevância pessoal, a inquietação da pesquisadora gira em torno de como as orientações legais, como a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e a Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, acerca do estágio, são conduzidas na formação profissional a distância, já que esses documentos jurídicos foram formulados tendo como referência cursos presenciais. Tal situação despertou o interesse em pesquisar se as legislações acima citadas, formuladas para o desenvolvimento do estágio para cursos presenciais, conseguem cumprir o seu papel pedagógico nos cursos realizados a distância. Assim, espera-se que a presente

pesquisa possa contribuir para a produção de conhecimentos a respeito da importância dessa prática profissional para a formação de técnicos, especialmente em cursos realizados na modalidade a distância.

Dentre as instituições que fazem parte da Rede e-Tec Brasil, que visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância, elegeu-se como *locus* da pesquisa empírica o Núcleo de Educação a Distância (NEaD) do CEFET-MG. A instituição foi escolhida por ser a única na cidade de Belo Horizonte, onde reside a pesquisadora, que oferta ensino público e gratuito de cursos técnicos nesta modalidade.

O curso escolhido para a realização desta pesquisa foi o Técnico em Meio Ambiente, que forma um perfil profissional que tem sido cada vez mais valorizado e requisitado para atuar no mundo do trabalho², como revela uma pesquisa³ desenvolvida pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2012. Um total de 402 empresas brasileiras participou da pesquisa, as quais empregam 2,2 milhões de funcionários. Como pode ser verificado na Figura 1, em todo o Brasil, 59% das empresas pesquisadas pretendem aumentar as contratações na área ambiental até 2020.

FIGURA 1 - Perspectiva de contratação na área ambiental.

ÁREA DE PRODUÇÃO Perspectivas de contratação 2020

	Redução	Estabilidade	Aumento
Engenharia	0,00%	26,35%	73,65%
Produção	0,24%	26,28%	73,48%
Gestão da qualidade	0,25%	27,94%	71,81%
Projetos	0,25%	28,47%	71,29%
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	34,15%	65,85%
Segurança e Saúde Ocupacional	0,26%	39,63%	60,10%
Meio Ambiente	0,00%	41,00%	59,00%
Manutenção	0,26%	41,25%	58,49%

Em todos os 8 segmentos, predominaram as projeções de aumento.

Fonte: Disponível em: <file:///C:/Users/L%C3%ADvia/Downloads/sistema-firjan- profissoes-futuro-2020-2012%20.pdf>. Acesso em: 03 out. 2016

² Nesta pesquisa será utilizado o termo Mundo do Trabalho, que impõe "a superação do antigo enfoque da formação profissional centrada apenas na preparação para a execução de um determinado conjunto de tarefas, na maior parte das vezes, de maneira rotineira e burocrática" e almeja profissionais que detenham "a inteligência do trabalho que executa", polivalentes e capazes de interagir em situações novas (BRASIL, 2010, *online*).

³ Perspectivas Estruturais do Mercado de Trabalho na Indústria Brasileira – 2020.

Outra justificativa para a escolha desse curso deve-se à importância da unidade entre teoria e prática durante toda a formação do Técnico em Meio Ambiente. De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), esse profissional:

Coleta, armazena e interpreta informações, dados e documentações ambientais. Elabora relatórios e estudos ambientais. Propõe medidas para a minimização dos impactos e recuperação de ambientes já degradados. Executa sistemas de gestão ambiental. Organiza programas de Educação ambiental com base no monitoramento, correção e prevenção das atividades autrópicas, conservação dos recursos naturais através de análises prevencionista. Organiza redução, reuso e reciclagem de resíduos e/ou recursos utilizados em processos. Identifica os padrões de produção e consumo de energia. Realiza levantamentos ambientais. Opera sistemas de tratamento de poluentes e resíduos sólidos. Relaciona os sistemas econômicos e suas interações com o meio ambiente. Realiza e coordena o sistema de coleta seletiva. Executa plano de ação e manejo de recursos naturais. Elabora relatório periódico das atividades e modificações dos aspectos e impactos ambientais de um processo, indicando as consequências de modificações. (BRASIL, 2016, *online*).

Dessa forma, para alcançar esse perfil profissional destacado pelo CNCT, os conhecimentos referentes à preservação e conservação dos recursos naturais trabalhados no curso devem acontecer por meio das aulas teóricas e, principalmente, serem aplicados nos momentos de prática profissional realizados em encontros presenciais, em laboratórios, em trabalhos de campo, em estágio curricular supervisionado, com o objetivo de simular e aprender situações que os alunos encontrarão "em ambientes naturais, urbanos e rurais, nas esferas pública, privada ou organizações não governamentais" (CATAPAN; KASSICK e OTERO, 2011, *online*).

Uma última justificativa refere-se ao fato de ser um curso que apresentou, de acordo com um levantamento prévio realizado com a equipe pedagógica do NEaD, o maior número de alunos que colaram grau nas turmas ofertadas nos anos de 2010, 2011 e 2012. Isso significa que os alunos concluíram os quatro módulos referentes a formação específica de 1200 horas, e finalizaram o estágio curricular de 480 horas, prática profissional exigida pela instituição para a obtenção do diploma técnico.

O Quadro 2 apresenta os dados atinentes a colação de grau dos alunos dos três cursos ofertados pelo NEaD. Percebe-se que nos três anos em que houve colação de grau, o curso Técnico em Meio Ambiente, apresentou maior número de alunos, totalizando 17 diplomados⁴.

-

⁴ Para chegar ao total de diplomados do curso Técnico em Meio Ambiente do NEaD realizou-se uma comparação entre uma planilha de controle de alunos que colaram grau, mantida pela coordenadora pedagógica e uma planilha de controle de estágio, mantida pelo coordenador do curso. Na primeira planilha verificou-se o registro de 13 alunos diplomados. Já na segunda planilha verificou-se o registro de 17 alunos diplomados, mostrando uma diferença de quatro alunos entre uma planilha e outra. Em virtude desse desencontro de

Colação de grau

Colação de grau

Fletroeletrônica Informática para Internet Meio Ambiente

QUADRO 2 - Colação de grau dos alunos.

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação a partir dos dados coletados no NEaD

■ 2014 **■** 2015 **■** 2016

1.4 Estrutura do trabalho

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo, a problemática da pesquisa é demonstrada com a apresentação do problema, a justificativa e relevância do tema, as questões norteadoras e os objetivos da pesquisa.

Em seguida, apresenta-se o capítulo dedicado ao referencial teórico, para uma aproximação do objeto de pesquisa investigado e do campo da pesquisa empírica. Este capítulo aborda a aproximação da educação a distância com a educação profissional técnica de nível médio, a organização curricular da educação profissional técnica de nível médio focada na prática profissional, especificamente durante o estágio curricular supervisionado e a legislação do estágio no Brasil.

O terceiro capítulo traz a metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa.

No quarto capítulo é apresentada a análise dos dados coletados à luz dos referenciais teóricos e seus resultados.

E nas considerações finais são apresentadas reflexões e respostas à questão de pesquisa, bem como a apresentação de algumas limitações e de possibilidades de trabalhos

informações, a pesquisadora entrou em contato com os alunos, a fim de verificar o número real de alunos diplomados, chegando ao resultado apresentado no Quadro 2. Portanto, não se sabe se as informações obtidas em relação aos demais cursos estão atualizadas.

futuros. Finalmente, é apresentada a lista das referências que foram utilizadas nesta dissertação, os apêndices e os anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo está apresentada a contextualização, bem como as bases conceituais a respeito do estágio curricular supervisionado na EaD.

2.1 Educação a distância

A EaD não é um fenômeno recente. Suas primeiras experiências podem ser verificadas desde o século XIX, com o propósito de complementar o sistema de ensino formal quanto ao aspecto da profissionalização, de maneira especial a aprendizagem de ofícios. Os cursos eram direcionados para a população adulta e realizados mediante o estudo por correspondência, utilizando materiais impressos, isto é, os inscritos recebiam em suas residências, semanalmente, o material com as lições. Diante dos avanços tecnológicos, os recursos utilizados no processo de ensino e de aprendizagem foram sendo modificados, passando pela transmissão por rádio e televisão. Neste caso, os alunos recebiam as lições veiculadas por rádio ou televisão integrando aos livros didáticos e guias de estudo (MOORE e KEARSLEY, 2008).

Estes autores relatam que, em seguida, surgiu uma nova modalidade de organização da educação, as Universidades Abertas. Essas universidades tinham como objetivo articular várias tecnologias de comunicação, como materiais impressos, transmissão de rádio e televisão, videoteipes gravados, conferência por telefone, para melhorar a forma de apresentação dos conteúdos dos cursos, bem como oferecer aos alunos a possibilidade de escolha da mídia mais adequada para as suas necessidades de aprendizagem.

Na década de 1980, surge a primeira experiência de aprendizagem com interação entre alunos e professores em tempo real e em locais diferentes por meio de teleconferências. A primeira tecnologia a ser utilizada foi a audioconferência, que permitia a comunicação entre alunos e instrutores por meio da voz, com o auxílio de linhas telefônicas. Também foi utilizada a videoconferência, que permitia o contato visual e sonoro entre pequenos grupos de alunos ou alunos individuais e seus instrutores (MOORE e KEARSLEY, 2008).

O aumento do uso de recursos multimídia desta década muito favoreceu para o crescimento da EaD. Entretanto, com o surgimento da internet em 1994 e, com a evolução das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDIC), tornou-se possível a utilização de ferramentas e recursos tecnológicos, como os AVA, dentre eles, o MOODLE,

inaugurando-se uma nova etapa dessa modalidade de ensino, constituindo-se assim uma grande virada para a EaD (MOORE e KEARSLEY, 2008).

De acordo Pereira, Schmitt e Dias (2007, p. 04), os AVA possibilitam o acesso ao conteúdo do curso por meio de materiais didáticos, a criação de mecanismos modernos de comunicação síncrona e assíncrona⁵, o armazenamento e disponibilização de arquivos, a gestão dos processos administrativos e pedagógicos, a elaboração de atividades individuais ou em grupo. Contudo, as autoras relatam que a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem depende de vários fatores, como "do envolvimento do aprendiz, da proposta pedagógica, dos materiais veiculados, da estrutura e qualidade de professores, tutores, monitores e equipe técnica, assim como das ferramentas e recursos tecnológicos utilizados no ambiente".

Já Giusta (2003, p. 31) afirma que a geração mais recente de educação a distância representa uma "passagem da educação a distância para a educação sem distância", pois é um momento muito importante tanto no que se refere à questão do espaço e do tempo quanto à democratização da educação. Essa modalidade de ensino despontou como uma possibilidade para ampliar oportunidades de acesso ao conhecimento para pessoas que não podem frequentar uma instituição de ensino convencional, seja porque moram em lugares de difícil acesso ou pela incompatibilidade de horários.

Nesse sentido, a EaD vem se preservando ao longo de muitos anos e evoluindo de forma contínua, transformando, atualmente, as relações de tempo e espaço, em virtude das possibilidades de comunicação que as TDIC podem oferecer. Moore e Kearsley (2008, p. 02) definem a EaD como um "aprendizado planejado que ocorre normalmente em lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais". Corroborando com estes autores, Moran (2002, *online*) relata que EaD "é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente". E acrescenta que eles "podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes".

٠

⁵ Comunicação síncrona: quando o professor e o aluno estão em aula ao mesmo tempo, podendo utilizar para essa comunicação o telefone, o chat, a audioconferência, a videoconferência, a webconferência. Comunicação assíncrona: quando o professor e o aluno não estão em aula ao mesmo tempo, podendo utilizar para essa comunicação o e-mail, o fórum, o *blog*.

Especificamente no Brasil, a EaD teve início em 1904, sendo a primeira atividade no Jornal do Brasil, que registrou um anúncio oferecendo profissionalização por correspondência para datilógrafo. Alguns anos depois, em 1923, teve início a EaD pelo rádio, com o intuito de difundir a educação. Edgard Roquette Pinto, da Academia Brasileira de Ciências, criou a precursora Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que ofereceria cursos de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Em 1936, Roquette Pinto doou a Rádio ao Governo Brasileiro, passando a ser denominada Rádio MEC. Outras iniciativas surgiram após este período, mas até então os cursos estavam na denominada primeira geração da EaD (ALVES, 2011).

Entre as décadas de 1970 e 1980, instituições privadas e não governamentais começaram a oferecer cursos supletivos a distância, no modelo de Teleducação, a título de exemplo, o Telecurso 2000, resultante do convênio assinado entre as Fundações Roberto Marinho e Padre Anchieta e transmitido pela Rede Globo de Televisão. As aulas aconteciam via satélite e eram complementadas por materiais impressos, delimitando a chegada da segunda geração de EaD no país (ALVES, 2011).

Um momento marcante para a EaD no Brasil foi a criação, em 1996, da Secretaria de Educação a Distância (SEED) pelo Ministério da Educação (MEC), "dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira", mas foi extinta em 2011. Assim, seus programas e ações foram vinculados a novas administrações (ALVES, 2011, *online*). Este fato acontece no mesmo ano de criação da SEED, em 20 de dezembro, com a promulgação da LDBEN nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que se constituiu uma nova visão para a EaD, embora somente regulamentada em 19 de dezembro de 2005, pelo Decreto nº 5.622. Já em 9 de maio de 2006, foi aprovado o Decreto nº 5.773, que complementou dispositivos sobre "o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino".

Em 12 de dezembro de 2007, o Decreto nº 6.303 alterou e revogou os dispositivos dos Decretos nºs 5.622 de 19 de dezembro de 2005 e 5.773 de 9 de maio de 2006. Ainda neste mesmo ano a SEED publicou os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância. Esse documento visa nortear os atos legais do Poder Público nos processos de regulação, supervisão e avaliação da EaD (BRASIL, 2007).

Em 25 de maio de 2017, o Decreto nº 9.057 atualizou o Art. 80 da LDBEN de 20 de dezembro de 1996 e revogou os Decretos nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 e nº 6.303 de

12 de dezembro de 2007. De acordo com o portal do MEC⁶, as instituições de ensino superior podem ampliar a oferta de cursos e dentre "as principais mudanças, estão a criação de polos de EaD pelas próprias instituições e o credenciamento de instituições na modalidade EaD sem exigir o credenciamento prévio para a oferta presencial".

Em conformidade com o Art. 80 da LDBEN de 20 de dezembro de 1996, que trata da EaD, o "Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada". Assim sendo, a educação a distância poderá ser ofertada na educação básica, na educação de jovens e adultos, na educação especial, na educação profissional e na educação superior. De acordo com § 4º do Art. 32, o Ensino Fundamental deve ser "presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais" (BRASIL, 1996, *online*). A oferta em situações emergenciais, se refere a alunos que estejam impedidos de acompanhar as aulas presencialmente por motivo de saúde, se encontram no exterior ou privados de liberdade, vivam em locais que não possuam rede regular de atendimento escolar presencial ou sejam transferidos obrigatoriamente para regiões de difícil acesso (BRASIL, 2017).

Essa modalidade, válida para todos os níveis e modalidades de ensino, possui algumas especificidades. É essencial que as instituições tenham uma eficiente supervisão tanto presencial quanto a distância, sistemas de comunicação e informação apropriados, material didático, ambientes virtuais de aprendizagem e infraestrutura física de apoio presencial, "que são unidades para desenvolvimento de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos ofertados a distância". Os polos devem ter um espaço físico adequado com recursos pedagógicos e tecnológicos, livros e outros documentos de pesquisa, recursos humanos e, quando necessário, laboratórios específicos para o desenvolvimento dos momentos presenciais dos cursos, assim como para o atendimento dos alunos em práticas profissionais (BRASIL, 2015, *online*).

Desde a regulamentação da EaD no Brasil mediante a LDBEN de 20 de dezembro de 1996, é possível perceber o crescimento e a expansão da modalidade em todo o país, tanto em escolas públicas quanto nas escolas particulares. De acordo com a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), no ano de 2016, houve 561.667 matrículas em cursos

-

⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/49321-mec-atualiza-legislacao-que-regulamenta-educacao-a-distancia-no-pais. Acesso em: 10 out. 2017.

regulamentados totalmente a distância. Especificamente no curso técnico, houve mais de 50 mil matrículas.

Torna-se importante citar que, em 2007 mais um passo importante foi dado pela EaD. Neste ano, foi lançado o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), parte da política de expansão da educação profissionalizante, por meio da articulação da SEED e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, objetivando levar cursos técnicos a regiões distantes das instituições de ensino e para a periferia das grandes cidades brasileiras.

2.1.1 Breve histórico da Rede e-Tec

A realização de cursos técnicos de nível médio e de qualificação profissional por meio da modalidade de educação a distância tornou-se possível a partir do Decreto nº 6.301 de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o e-Tec Brasil. De acordo com o Art. 1º deste Decreto, o e-Tec Brasil tem "a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no País", principalmente no interior do País e na periferia das regiões metropolitanas.

Neste mesmo ano, foi publicado o Edital para a seleção de projetos de cursos de educação profissional técnica de nível médio nessa modalidade. As instituições integrantes da RFEPCT⁷ selecionadas passariam a receber aporte de recursos para as "despesas referentes à infra-estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais recursos necessários para a implantação dos cursos" (BRASIL, 2007, *online*). De acordo com esse Edital, os cursos tinham previsão de início a partir de março de 2008, para que ajustes como, adequação das escolas, preparação dos professores e produção do material didático, fossem realizados. Contudo, eles começaram efetivamente apenas em 2009.

Os cursos aprovados foram organizados a partir dos pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCN-EPT), que se orientam pelas categorias teórico-práticas definidas para cada área de atuação. Com a necessidade de consolidar e caracterizar a identidade dos cursos da EPT, em 9 de julho de 2008, a Resolução nº 3 instituiu o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), redefinindo e agrupando as áreas de atuação em Eixos Tecnológicos. Além da

.

De acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Colégio Pedro II.

construção da proposta curricular pautada nestes dois documentos, é necessário que as instituições ofertantes tenham polos de apoio presencial, que são unidades para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos.

De acordo com o Manual de Gestão Rede e-Tec Brasil e Profuncionário (2016), os polos devem ser instalados de preferência em escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, instituições públicas que ofertem cursos de educação profissional e tecnológica e unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem com condições adequadas de infraestrutura física e tecnológica de acordo com as necessidades de cada curso ofertado.

Desde então, a educação técnica a distância alcançou muitos ingressantes e em 26 de outubro de 2011, o Decreto nº 7.589 instituiu a Rede e-Tec Brasil, revogando o Decreto nº 6.301 de 12 de dezembro de 2007. A Rede e-Tec Brasil passou a financiar também a oferta de cursos técnicos a distância nas instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino e nas unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S) que inclui, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), ainda que com regras de financiamento distintas.

Além disso, a partir desse decreto, a Rede e-Tec passou a desenvolver as seguintes ações: oferta de cursos de formação inicial e continuada, oferta de cursos de idiomas, oferta de cursos superiores de tecnologia, oferta de cursos de pós-graduação, desenvolvimento e produção de material didático pedagógico para educação profissional e desenvolvimento de pesquisas para subsidiar as instituições na gestão administrativa e pedagógica para a oferta dos cursos⁸.

Neste mesmo ano, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por meio da Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, com o objetivo de "expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional" e a Rede e-Tec Brasil passa a ser uma das cinco inciativas que integram as ações deste programa, que também articulam, a Expansão da RFEPCT; o Programa Brasil Profissionalizado, no qual o governo federal repassa recursos

⁸ Informações do Manual de Gestão Rede e-Tec Brasil e Profuncionário, 2016.

aos governos estaduais para montar laboratórios, construir, reformar e ampliar as escolas técnicas; o Acordo de Gratuidade com o Sistema S, no qual os recursos recebidos são convertidos em cursos gratuitos para alunos de baixa renda e a Bolsa-Formação, no qual o governo federal oferta cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos.⁹

Em 22 de dezembro de 2015, entrou em vigor a Portaria nº 1.152 que dispõe sobre a Rede e-Tec Brasil e sobre a oferta de cursos a distância por meio da Bolsa-Formação, no âmbito do PRONATEC. Essa iniciativa denominada Bolsa-Formação, autorizada pelo PRONATEC, tem como objetivo aproveitar a capacidade das instituições que ofertam o ensino técnico de nível médio para ampliar a sua oferta de vagas nestes cursos. A Bolsa-Formação "consiste no pagamento de bolsas de estudo para as instituições de ensino participantes, para que elas possam custear todas as despesas relativas aos cursos e subsidiar despesas de assistência estudantil, relativas a transporte e alimentação dos estudantes" (CGEE, 2015, p. 87).

De acordo com o Art. 30 da Portaria nº 1.152 de 22 de dezembro de 2015, será garantido o financiamento integral da carga horária apenas para as instituições que obtiverem o Índice Institucional de Conclusão (IC) igual ou superior ao IC de referência, que corresponde a 75% de concluintes. As instituições de ensino que não conseguirem alcançar o IC de referência deverão compensar a carga-horária não obtida, ofertando as horas-aluno devidas, gratuitamente, na próxima oferta de vagas ou devolvendo os valores referentes às horas-aluno recebidos na prestação de contas.

O IC que as instituições precisam obter para receber o financiamento do governo é muito alto, por dois motivos principais:

Primeiro, porque a evasão é um evento que ainda preocupa muito quando se fala de cursos a distância. Os motivos como, a falta de tempo, questões financeiras, falta de adaptação à modalidade ou à metodologia do curso, merecem ser investigados para que as instituições mantenham seus alunos até a conclusão dos cursos (ABED, 2015, *online*).

Segundo, porque a Rede e-Tec prioriza o atendimento de estudantes que residem no interior do país e na periferia das áreas metropolitanas. Além disso, a maioria desses estudantes concilia o estudo com o trabalho. São estudantes, portanto, que merecem uma atenção diferenciada para que permaneçam e concluam os cursos. A evasão e o perfil dos alunos que são atendidos no programa contribuem para que o IC seja inferior aos 75%

⁹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/pronatec/perguntas-frequentes>. Acesso em: 06 jun. 2017.

previsto pelo governo e criam certa dificuldade para que os cursos continuem sendo ofertados pelas instituições conveniadas.

Em 16 de fevereiro de 2017 entrou em vigor a Lei nº 13.415, que reorganiza o currículo do Ensino Médio em duas partes: uma obrigatória, composta por conteúdos comuns definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a outra flexível, composta por cinco itinerários formativos. Em relação ao itinerário formativo voltado para a formação técnica e profissional, esta acontecerá também por meio do programa MedioTec, nova ação estratégica do PRONATEC, que ocorre paralelamente à reforma do Ensino Médio, anunciada em 20 de dezembro de 2016.

O MedioTec consistirá na oferta de cursos técnicos na forma concomitante na modalidade presencial e na modalidade a distância por instituições da Rede e-Tec Brasil. Será realizado em parceria com a RFEPCT, com as Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação, prioritariamente para alunos que residam em regiões periféricas e/ou de maior vulnerabilidade econômica e social, ampliando as chances de inserção profissional ao concluir a Educação Básica. Em relação às instituições privadas de ensino, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) tornou público o Edital SETEC nº 01 de 02 de março de 2017, contendo os procedimentos e o cronograma para a apresentação de propostas.

Assim como a iniciativa Rede e-Tec, a ação MedioTec tem como objetivo fortalecer as políticas de educação profissional, mas com algumas diferenças importantes. A primeira é que a intenção do MedioTec é atender exclusivamente alunos que estejam cursando o Ensino Médio em escolas públicas, diferentemente do público alvo da Rede e-Tec, que atende estudantes de diferentes idades e níveis de escolaridade. A segunda diferença refere-se à modalidade de ensino. Enquanto que o MedioTec disponibiliza vagas tanto na modalidade presencial quanto a distância, os cursos da Rede e-Tec são realizados somente na modalidade a distância. Por fim, a oferta dos cursos do MedioTec está alinhada com as demandas de formação técnica em cada uma das cinco regiões do Brasil, "para que os estudantes sejam absorvidos, a priori, na condição de aprendizes ou estagiários durante a realização do curso e, posteriormente, possam assumir postos de trabalho" (BRASIL, 2017, *online*). Já a Rede e-Tec oferta vagas de maneira mais ampla, envolvendo cursos técnicos de nível médio, de graduação, de pós-graduação, entre outros, de modo a proporcionar a qualificação e inclusão dos alunos no mundo do trabalho e fortalecer as possibilidades de permanência e continuidade nos estudos.

2.1.2 Aproximação da EPT com a EaD no CEFET-MG

O CEFET-MG¹⁰ enquanto constituinte da RFEPCT e acreditando ter potencial apropriado para práticas de excelência no ensino e na pesquisa também na EaD, participou do processo de credenciamento por meio do Edital de seleção nº 01/2007/SEED/SETEC/MEC de 27 de abril de 2007, tornando-se habilitado, a partir de 2008, a ofertar cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância em Planejamento e Gestão em Tecnologia da Informação (PGTI), Meio Ambiente e Eletroeletrônica, por meio do programa Rede e-Tec Brasil. Os polos de apoio presencial¹¹ aprovados foram instalados nos municípios de Almenara, de Campo Belo, de Porteirinha e de Timóteo.

A realização do primeiro vestibular aconteceu no segundo semestre de 2009, com oferta de vagas, inicialmente, para os cursos em PGTI e Meio Ambiente. As turmas iniciaram as aulas em fevereiro de 2010. O curso em Eletroeletrônica começou a ser ofertado um ano mais tarde. Em 2012, o curso em PGTI foi substituído pelo curso de Informática para Internet, com a finalidade de atender ao Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil. Os três cursos são desenvolvidos na forma subsequente ou articulada ao Ensino Médio. A articulação entre a EPT e o Ensino Médio dá-se na forma de concomitância externa. Os alunos precisam estar cursando no mínimo o segundo ano deste nível de educação escolar. Eles são divididos em quatro módulos, com duração em torno de dois anos mais o estágio curricular.

Em relação aos polos de apoio presencial, estes estão localizados nos municípios de Belo Horizonte, Campo Belo, Contagem, Curvelo, Divinópolis, Leopoldina, Nepomuceno, Nova Lima, Timóteo e Varginha¹². Todos os municípios estão localizados no estado de Minas Gerais, para o acompanhamento dos alunos em sua trajetória formativa. Estes polos são unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos. Estas unidades possuem uma infraestrutura de tecnologia composta por laboratórios de Informática, laboratórios didáticos, salas de videoconferência e espaços administrativos e de estudo que garantem aos alunos as condições necessárias para desenvolver as atividades do curso.

¹⁰ Informações disponíveis no *site* e-Tec Brasil do CEFET-MG.

¹¹ Informações disponíveis no Diário Oficial da União (DOU) nº 41, seção 3, de 29 de fevereiro de 2008.

Polos de apoio presencial: Belo Horizonte: Campus II, Campo Belo: Escola Municipal Professor José Otaviano Neves, Contagem: Campus Contagem, Curvelo: Campus Curvelo, Divinópolis: Campus Divinópolis, Leopoldina: Campus Leopoldina, Nepomuceno: Campus Nepomuceno, Nova Lima: Escola Municipal Emílio de Lima, Timóteo: Campus Timóteo, Varginha: Campus Varginha.

Além da garantia de suporte pedagógico e administrativo nos polos, os alunos matriculados também recebem atendimento presencial da equipe de tutores. Estes são selecionados e capacitados pelo grupo de pesquisa do Mestrado em Educação Tecnológica do Programa de Pós-Graduação do CEFET-MG, o AVACEFET, no conteúdo das disciplinas que auxiliem os alunos no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo. O ambiente virtual utilizado no processo de ensino e de aprendizagem dos cursos foi o MOODLE.

O CEFET-MG, por meio da Rede e-Tec Brasil, realizou matrículas nos anos de 2010, 2011 e 2012 e, em 2014 todos os alunos conseguiram concluir os quatro módulos, mas a maioria deles ainda não concluiu o estágio obrigatório curricular. Nos anos de 2015 e 2016 não houve abertura de turmas pela Rede e-Tec Brasil.

2.2 O currículo

De acordo com Sacristán (2000) o termo currículo procede da palavra latina *currere*, que significa um caminho a ser realizado. No caso da Educação, o ensino escolar é um caminho a ser percorrido pelos alunos, enquanto que o currículo é considerado o seu conteúdo e seu condutor, que leva os alunos a progredirem durante a escolaridade. Ainda de acordo com esse mesmo autor, embora o termo remonte à Grécia, ele passou a ser utilizado na linguagem pedagógica no momento em que o sistema educativo começou a ser frequentado por muitos alunos, necessitando assim de uma ordem e de uma sequência na escolarização. O currículo, neste sentido, expressa os conteúdos a serem ensinados e aprendidos e estabelece a ordem da distribuição de conhecimentos (SACRISTÁN, 2000).

Para Moreira e Candau (2007) além desta concepção, à palavra currículo associam-se outras concepções, como:

[...] (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. (MOREIRA e CANDAU, 2007, *online*).

Além dessas cinco concepções, cabe destacar que a palavra currículo, de acordo com Sacristán (2000) pode referir-se também a um processo. A possibilidade de compreender o currículo dessa forma, leva o autor a realizar uma reflexão sobre a contradição existente entre

o que está definido no currículo oficial, isto é, as intenções e o que realmente acontece nas instituições de ensino, ou seja, a prática/realidade. Para ele, a educação é um espaço de pensamento e prática no qual políticos, especialistas e professores projetam seus ideais por meio de propostas, imposições e manipulações ocultas para que sejam desenvolvidos. No entanto, em muitos casos a elaboração de um projeto de currículo raramente condiz com as condições reais de trabalho das escolas e, consequentemente, poderá fazer pouco do que foi aspirado. Logo, para conhecer a prática concreta é preciso ir além do discurso que se elabora sobre a mesma, faz-se necessário compreender o que realmente acontece com os alunos e o que aprendem.

Essa concepção elaborada por Sacristán (2000) acerca do currículo apresenta que a realidade do currículo não se mostra em um plano elaborado, mas na interação dos contextos práticos que acontecem nas aulas. Para captar e esclarecer o processo curricular pode-se aproveitar diferentes modelos de fases do processo como, documentos curriculares, guias didáticos, planos, tarefas de aprendizagem, avaliações, que expressam significados particulares às ideias, declarações e propostas, que são as expectativas curriculares, que compõem o discurso curricular. Essas expectativas curriculares não são o currículo real, no entanto, possuem graus diferentes de aproximação do que é a prática curricular. A realidade do currículo é o resultado das interações em todo esse processo (SACRISTÁN, 2000).

Em conformidade com Moreira e Candau (2007), essas distintas concepções decorrem da maneira como a educação é estruturada de modo histórico, bem como das influências teóricas que a afetam em um dado momento e que por isso, não consideram essas e/ou outras concepções como verdadeiras ou falsas. Refletem ainda que as discussões sobre currículo incorporam temas em comum, como "discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar [...]" (MOREIRA e CANDAU, 2007, *online*).

Assim, buscando sintetizar os aspectos mencionados a respeito do currículo, os autores o entendem "como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas". Mas, ponderam que independentemente da concepção de currículo adotada por cada instituição, o que deve ficar claro é "a sua importância no processo

educativo escolar", pois "é por intermédio do currículo que as 'coisas' acontecem na escola" (MOREIRA e CANDAU, 2007, *online*).

Especificamente na EPT, a organização e o planejamento curricular se dão por intermédio de documentos oficiais, como a LDBEN e as DCN-EPT, que contemplam um conjunto de princípios e critérios que devem ser observados pelas instituições de ensino. Dentre as orientações previstas para a elaboração do currículo desta etapa complementar à Educação Básica, evidencia-se a prática profissional como princípio norteador.

2.2.1 Questões gerais sobre a organização curricular para a EPT

A elaboração de uma organização curricular demanda conhecimentos da legislação que conduz o ensino do país nos seus diferentes níveis e modalidades. No caso do Brasil, a educação é estruturada na LDBEN nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. De acordo com o Art. 21 dessa Lei, a educação escolar compõe-se em dois níveis: Educação Básica que contempla a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e Educação Superior. No que se refere às modalidades de ensino que permeiam os diferentes níveis anteriormente citados, tem-se: Educação Indígena, Educação Especial, EJA, Educação do Campo, EaD.

A LDBEN determina que "a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social". A propósito dessa vinculação, a LDBEN reservou os Artigos 39 a 42 para organizar a EPT (BRASIL, 1996, *online*). Complementar à Educação Básica, a EPT tem por finalidade proporcionar aos alunos o desenvolvimento de competências profissionais, alicerçado nos fundamentos da ciência, da tecnologia, bem como sócio-históricos e culturais, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (BRASIL, 2012).

Em seu Art. 40, a LDBEN afirma que a EPT será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por distintas estratégias de educação continuada em instituições habilitadas ou no ambiente de trabalho. Assim sendo, sua oferta se dá por meio de cursos técnicos; que são cursos de longa duração e ao seu término o aluno recebe um diploma que lhe confere a habilitação técnica, de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (FIC); que são cursos que possuem uma carga horária reduzida e não conferem um diploma de técnico, mas uma certificação para exercer determinada função, de formação de docentes; que é um curso de formação que habilita para a docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino

Fundamental e de Graduação e Pós-graduação, oferecida aos egressos do Ensino Médio e Superior, respectivamente.

Conforme as DCN-EPT, os cursos técnicos poderão ser desenvolvidos nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo, a primeira, ser integrada ou concomitante¹³. Os cursos técnicos ofertados na forma integrada são destinados a alunos que já concluíram o Ensino Fundamental. Para os alunos com idade igual ou superior a 18 anos, existe a oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Os cursos técnicos ofertados na forma subsequente são destinados exclusivamente para quem já concluiu o Ensino Médio e que queiram complementar seus estudos a fim de ter uma profissionalização.

Novas alterações foram incorporadas na LDBEN nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, por meio da Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. De acordo com o Art. 36 dessa Lei, o currículo do Ensino Médio será composto por conteúdos comuns definidos pela BNCC, documento que determina o conjunto de aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica.

O conjunto em referência inclui as Linguagens e Matemática, "já incorporadas na vida da sociedade atual"; Ciências da Natureza e suas tecnologias, "cujos elementos básicos relativos ao conhecimento das leis que regem a natureza são necessários para compreender as transformações operadas pela ação do homem sobre o meio ambiente; e as Ciências Humanas e Sociais aplicadas¹⁴, "pelas quais se pode compreender as relações entre os homens, as formas como eles se organizam, as instituições que criam e as regras de convivência que estabelecem, com a consequente definição de direitos e deveres" (SAVIANI, 2007, *online*).

Além desse conjunto de aprendizagens, incluem também cinco itinerários formativos: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais aplicadas e Formação Técnica e Profissional, conforme a importância para o contexto local, a possibilidade dos sistemas de ensino e o projeto de vida de cada estudante. É importante salientar que a proposta prevê que serão obrigatórios os estudos e práticas de

_

¹³ Integrada: ofertada somente para quem já concluiu o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição. Concomitante: ofertada para quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso. Concomitante na forma: uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo.

A área das Ciências da Natureza e suas tecnologias compreende: Física, Química, Biologia e a área das Ciências Humanas e Sociais aplicadas compreende: História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia. Matemática e Português são disciplinas obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, independente do itinerário formativo que o aluno escolher (BRASIL, 2017, *online*).

Ainda no Art. 36 no § 6° da Lei n° 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, os sistemas de ensino que ofertarem a formação com ênfase técnica e profissional deverão considerar:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade. (BRASIL, 2017, *online*).

Especificamente com relação à EaD, o § 11° do Art. 36 possibilita que os sistemas de ensino estabeleçam convênios com instituições de educação a distância ou de educação presencial mediada por tecnologias. Para que isso ocorra, as instituições deverão comprovar:

I - demonstração prática;

II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;

III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;

IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;

V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;

VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (BRASIL, 2017, *online*).

Essas mudanças previstas para o conteúdo programático do Ensino Médio e seus respectivos itinerários formativos ainda estão em discussão¹⁵. Neste estudo, considerar-se-á a Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, que define as DCN-EPT. De acordo com essa legislação, o currículo deve considerar o perfil profissional de conclusão do curso, assim como a identificação de conhecimentos e saberes e competências desse profissional; a organização curricular flexível com disciplinas, componentes curriculares, projetos, núcleos temáticos, ajustados com os princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e integração entre teoria e prática no processo de ensino e de aprendizagem; a concepção teórica do ato de educar e de aprender, a definição de critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem; a carga horária mínima de duração dos cursos, como também das práticas profissionais; o aproveitamento de conhecimentos anteriores.

-

¹⁵ A BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental foi homologada em dezembro de 2017.

Os cursos técnicos são organizados em doze eixos tecnológicos constantes no CNCT, instituído e organizado pelo MEC. O curso Técnico em Meio Ambiente, foco desta pesquisa, que visa formar jovens e adultos para exercer a profissão reconhecida pela Lei nº 10.410 de 11 de janeiro de 2002, está incluído no Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde. De acordo com o CNCT, os cursos pertencentes a este eixo tecnológico estão relacionados com as:

[...] tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. (BRASIL, 2016, *online*).

A concepção por eixo tecnológico implica considerar a matriz tecnológica; que engloba os métodos, as técnicas e as ferramentas respectivas a cada curso; o núcleo politécnico correspondente a cada eixo tecnológico em que situa o curso, referente aos fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos; os conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza; o trabalho assumido como princípio educativo e a atualização permanente dos cursos e currículos (BRASIL, 2012).

Deste modo, a organização por eixos tecnológicos possibilita aos alunos a continuidade dos estudos, assim como o aproveitamento de experiências profissionais adquiridas durante o curso técnico, por meio de itinerários formativos flexíveis e diversificados (BRASIL, 2012). Com relação ao curso Técnico em Meio Ambiente, os alunos têm variadas possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização técnica e de verticalização para cursos de graduação (BRASIL, 2014).

Está previsto também nas DCN-EPT que cada um dos cursos e suas respectivas modalidades possuem uma carga horária mínima obrigatória, com ensino focado na habilitação profissional, e essa carga horária está indicada no CNCT. No caso do curso Técnico em Meio Ambiente, os alunos devem cumprir uma carga horária mínima de 1200 horas.

A carga horária destinada ao estágio curricular supervisionado, quando previsto no plano de curso, em razão da natureza tecnológica e do perfil profissional do curso, tanto na forma articulada quanto na forma subsequente do curso técnico de nível médio, deverá ser

acrescentada à carga horária mínima estabelecida para a concernente habilitação profissional (BRASIL, 2012).

Concernindo-se aos cursos técnicos de nível médio oferecidos na modalidade EaD, exceto no âmbito da área profissional da saúde em que é estabelecido uma carga horária diferente dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% de carga horária presencial, nos termos das normas específicas definidas em cada sistema de ensino. Nos polos presenciais devem estar previstas práticas profissionais de acordo com o perfil profissional proposto, sem nenhum prejuízo da formação exigida nos cursos presenciais (BRASIL, 2012).

O Art. 20 das DCN-EPT, diz que a organização curricular deve especificar: os componentes curriculares de cada etapa, as orientações metodológicas e a prática profissional desenvolvida nos ambientes de aprendizagem, e o estágio profissional supervisionado, em situação real de trabalho.

Em cursos realizados na modalidade a distância, Arnold (2003) chama a atenção em relação às orientações metodológicas. Para este autor:

[...] o projeto pedagógico deve especificar os meios de comunicação que constituirão a base mediadora do processo ensino/aprendizagem e esclarecer de que forma e em que medida o conjunto dos materiais se inter-relaciona e contribui para o estabelecimento de estratégias eficazes para atingir os resultados esperados. Da mesma forma, a estrutura de apoio ao aluno, a saber, os papeis dos vários atores envolvidos nesse processo, precisa ser previamente definida; essa definição está intimamente ligada, naturalmente, à concepção teórica que orienta o projeto. (ARNOLD, 2003, p. 190).

Portanto, em propostas que se baseiam na mera transmissão de informações por meio de materiais didáticos autoinstrucionais, o papel do professor pode limitar-se a um controlador do processo de ensino e de aprendizagem. No entanto, quando o aluno é visto como sujeito na construção do seu próprio conhecimento, o papel do professor será o de apoiar na resolução de problemas, favorecer a compreensão dos conteúdos, estimular e promover a comunicação entre os alunos (ARNOLD, 2003).

Em relação à prática profissional, esta compreende em diferentes situações de experiência, aprendizagem e trabalho por meio de atividades e ambientes específicos, como em laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês, investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações, entre outras. No que se refere à prática profissional supervisionada, as atividades acontecem

em situação real de trabalho e devem ser assumidas pela instituição como ato educativo (BRASIL, 2012).

Conforme as Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional (2003), o estágio profissional supervisionado não pode ser confundido como o primeiro emprego do aluno. O estágio é uma atividade curricular da instituição. É também um ato educativo, que tem como objetivo propiciar aos estudantes uma integração com a realidade do mundo do trabalho e uma qualificação prática, a partir da experiência do exercício profissional, que deve ser acompanhado e supervisionado por um profissional qualificado.

2.2.2 Organização curricular focada na prática profissional

Para ampliar a compreensão da indissociabilidade entre teoria e prática, tomar-se-á a conceituação de práxis posta por Marx e desenvolvê-la com o auxílio de Vázquez (2011).

Os termos práxis e prática podem ser empregados na língua Portuguesa sem que haja qualquer distinção. Apesar disso, o termo prática é mais utilizado na linguagem comum e literária, enquanto que, o termo práxis é mais reconhecido no vocabulário filosófico. Vázquez (2011) informa que sua preferência ao utilizar o termo práxis se deve ao fato:

[...] de livrar o conceito de 'prática' do significado predominantemente em seu cotidiano que é o que corresponde [...] ao de atividade prática humana no sentido estritamente utilitário que tem em expressões como estas: 'homem prático', 'resultados práticos', 'profissão muito prática', etc. (VÁZQUEZ, 2011, p. 29).

O conceito filosófico de atividade prática deve desprender-se do significado que está associado a linguagem comum das palavras prático e prática. Por esse motivo, Vázquez (2011) decidiu utilizar "o termo *práxis* que, ainda que etimologicamente aparentado com o vocábulo *prática*, não envolve forçosamente as conexões semânticas". O autor, portanto, inclina-se por esse termo "para designar a atividade consciente objetiva" sem que ele seja compreendido em um caráter puramente utilitário (VÁZQUEZ, 2011, p. 30).

Nas DCN-EPT verifica-se a utilização do termo prática. Os cursos de educação profissional de nível técnico, em sua organização, devem ter como orientação básica no planejamento curricular, a prática profissional como atividade específica do processo formativo dos alunos. Contudo, esse termo traz o sentido de práxis proposto por Vázquez (2011, p. 242), já que a atividade prática proposta neste documento não corresponde ao seu

sentido estritamente utilitário que culmina em "uma prática esvaziada de ingredientes teóricos".

Em conformidade com as DCN-EPT, a prática profissional precisa estar relacionada com os fundamentos científicos e tecnológicos do curso e deve ser orientada pela pesquisa como princípio pedagógico, que possibilita o aluno a enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente. Necessita integrar as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional.

Vázquez (2011, p. 211) informa que práxis, para Marx, é atitude teórico e prática humana de transformação da natureza e da sociedade. Assim, não é suficiente apenas conhecer e interpretar o mundo - teórico, é preciso também transformar esse mundo - práxis. Acrescenta que a "relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, [...] teórica, na medida em que esta relação é consciente".

À vista disso, Vázquez (2011) assegura uma unidade íntima entre a teoria e a prática. Afirma que a atividade teórica por si só não é práxis, pois na medida que a teoria permanece em sua condição meramente teórica não se encaminha a práxis. Em ouras palavras, a atividade teórica, em si, não é prática, pois não se realiza, não se plasma, não produz nenhuma mudança real. Para produzi-la, não basta desenvolver uma atividade teórica, é preciso atuar praticamente. Dessa forma "a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem como resultado uma transformação real deste, a atividade teórica apenas transforma nossa consciência dos fatos, nossas ideias sobre as coisas, mas não as próprias coisas" (VÁZQUEZ, 2011, p. 241).

De acordo com as DCN-EPT, na educação profissional, a unidade entre teoria e prática deve estar presente no processo de ensino e de aprendizagem. Esse processo deve contextualizar competências, tendo em vista a ação profissional. Por esse motivo, a prática profissional não se concebe como momentos diferentes do curso, mas como uma metodologia de ensino onde os alunos têm a oportunidade de contextualizar e colocar o aprendizado em ação.

Conforme Vázquez (2011, p. 263) uma "teoria que não aspira a realizar-se, ou que não pode plasmar-se, vive uma existência meramente teórica e, portanto, desligada ou divorciada da prática". Dessa maneira, para garantir a integração entre teoria e prática, faz-se necessário priorizar estratégias pedagógicas que permitam aos alunos vários momentos de prática

profissional, inclusive em ambientes fora do ambiente escolar. É importante salientar que em todas essas situações de vivência, sejam elas em um laboratório na própria escola ou em situação real de trabalho, devem ser devidamente acompanhadas por profissionais orientadores.

Sendo assim, uma particularidade dos cursos técnicos em relação aos cursos propedêuticos é o destaque para a prática profissional intrínseca ao currículo e desenvolvida em diferentes ambientes de aprendizagem. Os cursos propedêuticos oferecem aos alunos uma formação humanística: Geografia, Sociologia, Filosofia e História, científica: Química, Física, Biologia, Matemática e, em linguagens: Português e língua estrangeira. Essa formação se dá quase que exclusivamente dentro da sala de aula. Já os cursos técnicos proporcionam uma formação técnica/disciplinas de conteúdo técnico, com ênfase na prática. Não há, nesses cursos, separação entre as disciplinas teóricas e as disciplinas de conteúdo técnico. O aluno pratica atividades próprias do curso que escolheu durante toda a sua formação. Portanto, a prática profissional constitui e organiza o currículo, devendo ser incorporada no plano do curso (BRASIL, 2012).

Vázquez (2011, p. 221) ao explicar o conceito de práxis, faz uma distinção deste termo de atividade. Segundo o autor: "Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis". A práxis é uma forma de atividade específica, diferente de outras com as quais pode estar profundamente vinculada. Assim sendo, uma das formas que a atividade assume quando ela é práxis é a atividade geral.

A atividade geral é entendida como "o ato ou conjunto de atos em virtude dos quais um sujeito ativo (agente) modifica uma matéria-prima dada", cujo resultado é um produto de diferentes naturezas: uma nova partícula, um conceito, um instrumento, uma obra artística, um novo sistema social (VÁZQUEZ, 2011, p. 221).

O conceito de atividade geral inclui a atividade humana; esta requer que os atos dirigidos à transformação de um objeto ou de uma situação se iniciem com um resultado idealmente planejado e terminem com um resultado efetivo, ou seja, real, resultado esse não absolutamente igual ao prefigurado, mas certamente determinado por essa prefiguração e que englobe alterações durante o processo. Desta forma, a atividade humana, se caracteriza como produto da consciência, a qual prefigura as finalidades da ação - atividade teórica (VÁZQUEZ, 2011).

Essa pressuposição ideal do resultado real diferencia a atividade humana da atividade animal, mesmo que externamente se assemelha a ela. Uma abelha, a título de exemplo,

constrói colmeias com perfeição e que se assemelham às construções de um mestre de obras. "Mas há algo em que o pior mestre de obras leva vantagem, de imediato, em relação a melhor abelha, e é o fato de que, antes de executar a construção, projeta-a em seu cérebro" (VÁZQUEZ, 2011, p. 225).

Vázquez (2011) informa que a atividade humana de conhecer, enquanto atividade de consciência, é uma atividade teórica, quer dizer que, por si só não se objetiva e não se concretiza, não sendo práxis. A práxis, para Vázquez (2011):

[...] se apresenta como uma atividade material, transformadora e adequada a fins. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, entretanto, não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de fins e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica. (VÁZQUEZ, 2011, p. 239).

Para Vázquez (2011) a atividade humana é ainda atividade prática, ou seja, adequada a objetivos, cuja realização exige certa atividade de conhecimento - atividade teórica. Todavia, o que caracteriza a atividade prática é o:

[...] caráter real, objetivo, da matéria-prima sobre o qual se atua, dos meios ou instrumentos com que se exerce a ação e de seu resultado ou produto. Na atividade prática, o sujeito age sobre uma matéria que existe independentemente de sua consciência, e das diferentes operações ou manipulações exigidas para sua transformação. (VÁZQUEZ, 2011, p. 227).

Assim deve ser a prática profissional, atividade humana, que possui uma unidade entre a atividade teórica e a atividade prática. Isso porque, na prática profissional, a teoria e a prática têm papeis importantes na formação profissional, pois a atividade teórica possibilitará aos alunos o conhecimento da realidade e o estabelecimento de finalidades para a sua transformação, e a atividade prática permitirá que os alunos atuem, praticamente, para produzir tal transformação.

A respeito da prática profissional, as DCN-EPT mencionam que ela deve supor o desenvolvimento de várias atividades realizadas em locais específicos, como por exemplo, em laboratórios, em oficinas e em visitas técnicas, ateliês e outros. Esses locais são essenciais em todo curso técnico, pois os alunos têm a oportunidade do ensaio e do erro por meio da prática.

A prática profissional também pode incluir, quando necessário, em função da natureza do itinerário formativo, ou exigido pela natureza da ocupação, o estágio curricular supervisionado. Pimenta (2012, p. 20) afirma que o estágio tem "por finalidade propiciar ao

aluno uma aproximação à realidade na qual irá atuar" e pode ser incluído no plano de curso como obrigatório ou voluntário, sendo realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, conforme informa a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e a Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio (BRASIL, 2012).

Por conseguinte, o estágio curricular supervisionado é considerado também um momento no qual os alunos realizam práticas profissionais e neste caso, em situação real de trabalho. Ao analisar a organização curricular de diferentes cursos, percebe-se que o estágio ora é entendido como disciplina, ora como atividade curricular.

A Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, informa que o estágio "é essencialmente uma atividade curricular de competência da Instituição de Ensino". Já a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, define o estágio como "ato educativo escolar supervisionado". Pimenta (2012, p. 137) também corrobora com essas definições quando diz que o "estágio é um componente do currículo que não se configura como disciplina, mas como uma atividade".

No conceito elaborado por Biachi *et al* (2005, p. 01), o estágio aparece tanto como disciplina como atividade. Os autores consideram-no como "a disciplina que conduz à descoberta de meios importantes para o preparo do trabalho a ser executado em qualquer profissão". Informam ainda que o "estágio é uma atividade temporária, um período de prática, exigido para o exercício de uma profissão [...]".

Seja compreendido como disciplina ou como atividade curricular, o estágio curricular supervisionado deve ser muito bem organizado pela instituição escolar, para que de fato ele seja propiciador da inserção dos alunos nas empresas e para que eles conheçam a maneira como o processo de trabalho se dá. A importância a respeito da organização do estágio está claramente definida nas DCN-EPT, informando que o plano de realização do estágio profissional supervisionado deve ser explicitado na organização curricular e no plano de curso, uma vez que é ato educativo de responsabilidade da instituição educacional. A carga horária destinada à realização de atividades de estágio profissional supervisionado deve ser adicionada à carga horária mínima estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ou prevista no CNCT para a duração do respectivo curso técnico de nível médio ou correspondente qualificação ou especialização profissional.

É pertinente destacar que, conforme Pimenta (2012, p. 203) o estágio curricular supervisionado é uma "possibilidade privilegiada para o enfrentamento da unidade entre

teoria e prática"; contudo, ele não pode ser compreendido "como o 'polo prático' do curso, mas como uma aproximação à prática, na medida em que será consequente à teoria estudada no curso, que, por sua vez, deverá se constituir numa reflexão sobre e a partir da realidade" (PIMENTA, p. 20).

Especificamente na EPT, para que essa situação não aconteça, os cursos devem ser antecedidos das outras práticas profissionais, permeando as diferentes disciplinas, realizadas na própria escola ou em locais previamente combinados, para que os alunos tenham uma maior preparação quando forem realizar um estágio em uma empresa. Ao contrário disso, o estágio, portanto, não terá apenas caráter de treino para o aluno, mas também como tempo de aprendizagem e de observação crítica da realidade em que está inserido.

Percebe-se, por fim, que, nos cursos técnicos, a prática profissional, enquanto estratégia de aprendizagem, tem a intenção de propiciar aos alunos condições para conhecer e vivenciar práticas relacionadas à sua formação e não se restringe ao estágio curricular supervisionado ou, então, as atividades práticas próprias do estágio são antecedidas por uma série de práticas profissionais que ocorrem nas fases intermediárias dos cursos e preparam o aluno para a prática profissional referente ao estágio.

2.3 O Estágio

O termo estágio provém do francês *estage*, oriundo do latim medieval *stagium* ou *stage*, derivado de *staticu*, que significa obrigação de residência. Inicialmente, estes dois termos referiam-se ao período de treinamento que um sacerdote deveria participar antes de exercer suas funções como membro da igreja. Posteriormente, estágio passou a designar todo período vinculado ao aprendizado ou treinamento em uma profissão em um local adequado sob supervisão (REZENDE, 2000).

No Brasil, o conceito de estágio também sofreu mudanças ao longo dos anos. Desde a década de 1940, foram produzidos diversos documentos legais que buscavam regulamentar o estágio no país. Inicialmente, o estágio era considerado como uma simples atividade prática que deveria ser acompanhada por um mestre e com foco no interesse das empresas, como pode ser verificado no Quadro 3.

QUADRO 3 - Estágio no Brasil.

Ano	Legislações	Principais considerações
1942	Decreto-Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942	O estágio consistia em um período de trabalho, realizado pelo aluno em estabelecimento industrial, controlado por um professor. Ainda que houvesse a previsão deste profissional sobre as atividades realizadas pelos estagiários, não se pode dizer que o estágio cumpria o seu papel pedagógico, pois era uma forma das empresas obterem mão de obra de baixo custo, visto que não havia formalização entre a escola e a empresa.
1967	Portaria nº 1.002 de 29 de setembro de 1967	Surge inovações em relação ao Decreto de 1942. Nesta portaria foi definida a importância do estágio para o aprimoramento do ensino, criando condições para a comunicação entre a escola e a empresa. Entre essas condições destaca-se que o estágio deve ser firmado em um contrato contendo duração, carga horária, valor da bolsa e o seguro contra acidentes pessoais. Estabeleceu também que não haveria vinculação empregatícia, encargos sociais, pagamento de férias ou de 13º salário. Contudo, o foco continuava no interesse das empresas.
1970	Decreto nº 66.546 de 11 de maio de 1970	A partir deste Decreto, foram criados os estágios práticos destinados a proporcionar a estudantes do sistema de Ensino Superior (Engenharia, Tecnologia, Economia e Administração) a oportunidade de praticar em setores públicos e privados o exercício de atividades pertinentes às respectivas especialidades. Os estagiários recebiam bolsas de estudos, mas sem vínculo empregatício.
1971	A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971(LDB)	Esta Lei fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus e evidencia a necessidade do estágio como elemento complementar à formação dos alunos. Apesar disso, o foco continuava a ser das empresas, resultando em trabalho precário.
1975	Decreto nº 75.778 de 26 de maio de 1975	A partir deste Decreto ocorre a regulamentação do estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal.

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação a partir de Colombo e Ballão, 2014

As normas legais pertinentes ao período de 1942 a 1975, que tratam sobre o papel do estágio como elemento de formação do aluno, tinham um foco muito mais voltado para os interesses das empresas do que nos interesses pedagógicos das escolas, que permite aos alunos colocarem em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas, gerando assim, mão de obra de baixo custo e consequente precarização do trabalho (COLOMBO e BALLÃO, 2014).

Após esse período, no ano de 1977, foi promulgada a Lei nº 6.494, primeira oficialmente reconhecida para orientar a organização do estágio, regulamentada pelo Decreto nº 87.497 em 18 de agosto de 1982, rompendo assim com a visão estritamente direcionada aos interesses empresariais. Esta documentação legal, dispunha sobre os estágios de alunos de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, e destaca a sua finalidade pedagógica nos parágrafos 1º e 2º, postulando que os estágios deveriam proporcionar aos alunos experiência prática na linha de sua formação, propiciar a

complementação do ensino e da aprendizagem e que deveriam ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares (BRASIL, 1977, *online*).

Por mais de dez anos, esta Lei não sofreu nenhuma alteração. Foi somente em 1994, com a Lei nº 8.859 de 23 de março, que a primeira mudança ocorreu ao prever a inclusão de alunos com deficiências nos estágios. Em 26 de maio de 2000, outra alteração ocorreu com a Medida Provisória nº 1.952-24, que permitiu o estágio para alunos matriculados no Ensino Médio não profissionalizante (COLOMBO e BALLÃO, 2014).

Contudo, de acordo com Colombo e Ballão (2014, *online*), na prática, a finalidade pedagógica, prevista nas duas Leis referentes ao estágio, era driblada pelos interesses empresariais. Desta forma, várias impropriedades ocorriam como, considerar o estágio como atividade de responsabilidade apenas do aluno, ausência de termos de compromisso, descompromisso com a supervisão pedagógica, férias fora do calendário escolar, horário de trabalho estabelecido livremente, realização de atividades não educativas, entre outras.

Foi apenas em 20 de dezembro de 1996, com a promulgação da Lei nº 9.394, que essas impropriedades a respeito do estágio sofreram suas primeiras modificações. Conforme o Art. 82 desta Lei, os "sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a Lei federal sobre a matéria" (BRASIL, 1996, *online*). E em 25 de setembro de 2008, foi aprovada a Lei nº 11.788, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Esta Lei alterou a redação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e revogou as Leis nº 6.494 de 7 de dezembro de 1977 e nº 8.859 de 23 de março de 1994, buscando superar as dificuldades das legislações anteriores, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular (COLOMBO e BALLÃO, 2014).

2.3.1 Legislação atual

A Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, foi instituída com o objetivo de propiciar aos estudantes brasileiros informações para facilitar a sua transição do espaço escolar para o mundo do trabalho. Trouxe, em suas disposições, inovações significativas a respeito do estágio, passando a reconhecê-lo como um momento educativo, supervisionado e desenvolvido como parte do currículo escolar e do itinerário formativo dos alunos (BRASIL, 2008).

As inovações apresentadas na Lei do estágio fundamentam-se no compromisso formal entre o estagiário, a instituição de ensino e a empresa, baseado em uma proposta de atividade que concretiza a relação entre os conhecimentos desenvolvidos pelos alunos nas disciplinas do currículo escolar e a prática no ambiente de trabalho. Assim, tanto a escola quanto a empresa devem ter um profissional para acompanhar as atividades do estagiário. O profissional da escola é o orientador e o da empresa é o supervisor.

As inovações refletem ainda um conjunto de direitos sociais e garantias para os estagiários como, um período de recesso, garantias sobre a saúde, o seguro de acidentes pessoais, concessão de bolsa, auxílio transporte, fixação de uma jornada máxima de atividade. Além disso, a nova legislação define mais adequadamente o estágio obrigatório e não obrigatório; informa que obrigatoriedade da realização do estágio deve estar definida no plano de cada curso, determina que o tempo máximo de estágio na mesma empresa é de dois anos, estabelece relação entre o número de funcionários e de estagiários, entre outras mudanças (BRASIL, 2008).

Logo, em seu artigo primeiro, a Lei define o estágio como um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo do aluno da Educação Superior, da Educação Profissional, do Ensino Médio, da Educação Especial, dos anos finais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. No § 1º deste Art., o estágio deve integrar o itinerário formativo do aluno e fazer parte do projeto pedagógico de cada curso. Já o § 2º deste mesmo Art. informa que o "estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Conforme a Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, "o estágio deve ser realizado ao longo do curso, permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares e não deve ser etapa desvinculada do currículo". Assim sendo, o estágio não pode ser confundido como o primeiro emprego, como uma simples preparação para o trabalho ou como trabalho voluntário. Trata-se de um dos mais importantes momentos de contextualização curricular por meio da prática que deve ser orientado e supervisionado por um profissional qualificado.

O Art. 2°, da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre os tipos de estágio, resumindo-os a dois: o estágio obrigatório e o não-obrigatório. Estágio obrigatório é definido como pré-requisito no projeto pedagógico do curso para aprovação e obtenção do diploma e estágio não-obrigatório é uma atividade opcional. A Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, informa que nos dois casos, a carga-horária destinada a esta atividade deve

ser acrescida a carga-horária total do curso. No § 3º informa ainda que o estágio referente a programas de qualificação profissional deve ter carga horária mínima de 150 horas, devendo o currículo de cada curso explicitar a carga-horária máxima do estágio que deverá ser realizado pelos alunos.

Segundo o Art. 11°, da Resolução n° 1 de 21 de janeiro de 2004, as atividades realizadas no trabalho, quando há existência de vínculo empregatício, podem também ser reconhecidas para efeito de contagem da carga-horária de estágio obrigatório, desde que esta possibilidade esteja prevista no projeto pedagógico da instituição e no termo de compromisso. Além disso, as atividades devem ocorrer sob supervisão e ser compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso. O § 2º deste Art. comunica que no "caso de alunos que trabalham fora da área profissional do curso, a instituição de ensino deverá fazer gestão junto aos empregadores no sentido de que estes possam ser liberados de horas de trabalho para a efetivação do estágio profissional obrigatório".

O Art. 12°, da Resolução n° 1 de 21 de janeiro de 2004, trata sobre as práticas profissionais simuladas, aquelas desenvolvidas na própria instituição de ensino, com apoio de diferentes recursos tecnológicos, em situação de laboratório ou outros ambientes. De acordo com este Art. a instituição de ensino deverá planejar, de forma integrada, as práticas simuladas e as atividades de estágio curricular supervisionado, em seu projeto pedagógico, para que uma complemente a outra.

O Art. 3°, da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, reforça que o estágio não cria vínculo empregatício e que é necessário observar alguns requisitos, entre eles, a celebração de termo de compromisso. Esse termo é um acordo celebrado entre o aluno, a empresa e a instituição de ensino, que prevê as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade de ensino, ao horário e ao calendário escolar. Para que o estágio seja considerado como ato educativo supervisionado, o § 1º deste artigo, informa que o estagiário deve ser orientado por um professor na instituição onde estuda e supervisionado por um profissional na empresa em que realizará a atividade profissional. Esse acompanhamento deve ser comprovado por vistos nos planos de atividades, realizados pelo estagiário.

O Art. 7°, da Lei n° 11.788 de 25 de setembro de 2008, apresenta as obrigações das instituições de ensino em relação aos educandos:

- I celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- VI elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- VII comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas. (BRASIL, 2008, *online*).

Já o Art. 9°, da Lei n° 11.788 de 25 de setembro de 2008, informa as obrigações da parte concedente do estágio:

- I celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. (BRASIL, 2008, *online*).

Para que a oferta de estágio seja de fato um ato educativo complementar à formação do aluno que propicia a vivência prática dos conteúdos teóricos ministrados nas instituições de ensino e condições dignas no ambiente de trabalho, faz-se necessário que tanto a instituição de ensino quanto a parte concedente cumpram as obrigações apresentadas nos artigos 7° e 9° da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

De acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, no Art. 10°, a jornada do estagiário será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno. No caso de alunos da educação profissional de nível médio, a jornada de atividade em estágio não deve ultrapassar seis horas diárias e trinta horas semanais. Além disso, o estágio

na mesma empresa, poderá ter duração de até 24 meses e dentro de cada período de 12 meses o estagiário deverá ter um recesso remunerado de 30 dias, preferencialmente, durante o período de férias escolares.

No que diz respeito à remuneração ou não do estagiário, o Art. 12º informa que em relação ao estágio não obrigatório é compulsória a concessão de bolsa e auxílio-transporte; já sobre o estágio obrigatório, a concessão de bolsa e auxílio-transporte é facultativa.

Por fim, em conformidade com a Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, o aluno de educação profissional tem o prazo máximo de cinco anos para a conclusão do curso. Desta forma, "quando comprovada a necessidade de realização do estágio obrigatório em etapa posterior aos demais componentes curriculares do curso, o aluno deve continuar matriculado na escola e receber orientação sobre a realização desse estágio para a obtenção do título".

Na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e na Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, é estimulado que as instituições de ensino técnico proporcionem aos alunos o estágio supervisionado no seu itinerário formativo. É claramente identificado como um procedimento didático-pedagógico e como ato educativo que deve ser assumido por estas instituições. Em virtude disso, os alunos necessitam ser orientados e supervisionados por um profissional especialmente designado para esta função. Além disso, o estágio deve permear o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares, ou seja, não devem ser desvinculados do currículo, pressupondo uma relação da teoria com a prática. Espera-se que na participação em situações reais de trabalho, proporcionada pelo estágio, os alunos possam obter experiências profissionais e desenvolvimento sociocultural e científico.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo está a apresentação da descrição dos métodos e técnicas à luz do quadro teórico e dos objetivos deste estudo.

3.1 Natureza da Pesquisa

O homem, aproveitando das capacidades que possui, sempre se preocupou em conhecer a realidade, o mundo que o rodeia e a si mesmo. Logo, desde a Antiguidade, vem desenvolvendo fontes privilegiadas de conhecimento "que lhe permitem conhecer a natureza das coisas e o comportamento das pessoas", por meio da observação; das crenças religiosas; dos romances e poemas; da autoridade de pais, professores, governantes, líderes partidários, jornalistas, escritores; dos filósofos (GIL, 1994, p. 20).

Contudo, estas formas de obtenção de conhecimentos não são tão seguras, podendo conduzir a equívocos, fornecer informações contraditórias, trazer subjetividade e fragilidade e impossibilitar adequada verificação. Assim, a partir da necessidade de encontrar explicações confiáveis para os problemas existentes, desenvolveu-se o conhecimento científico, "que constitui um dos mais importantes componentes intelectuais do mundo contemporâneo" (GIL, 1994, p. 20).

Dentre as pesquisas que utilizam a metodologia científica em seu processo formal e sistemático para a aquisição de conhecimentos, destaca-se a pesquisa social, que tem como foco a realidade social. De acordo com Gil (1994, p. 43), a realidade social envolve "todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais" e aplica-se às investigações realizadas na Sociologia, na Antropologia, na Ciência Política, dentre outras. Em virtude disso, Minayo (2008, p. 14) afirma "que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo", abordagem adotada nesta pesquisa.

Optou-se neste estudo por essa abordagem em virtude da intenção da pesquisadora em compreender o fenômeno da prática profissional referente ao estágio curricular, fenômeno este que não pode ser quantificado. Segundo Minayo (2008, p. 21) o objeto da pesquisa qualitativa é o universo da produção humana, e, portanto, "ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes", a partir da realidade vivida do ser humano.

Minayo (2008, p. 26) informa que a pesquisa qualitativa possui um "ritmo próprio e particular" denominado ciclo de pesquisa, que dá início a partir de uma pergunta e finaliza com uma resposta que, por sua vez, dá origem a novas indagações. Esse processo de trabalho é dividido em três etapas: fase exploratória, que consiste na elaboração do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos para a entrada em campo; trabalho de campo, momento em que o pesquisador leva para a prática empírica a construção teórica elaborada, a partir de instrumentos de observação, entrevistas, levantamento de material documental e por fim, temse a análise e tratamento do material empírico e documental, que "diz respeito ao conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto".

3.2 Níveis de Pesquisa e Instrumentos de Coleta de Dados

Para Gil (2002) é possível classificar a pesquisa social em três grandes grupos: pesquisas exploratórias, pesquisas descritivas e pesquisas explicativas. De acordo com o objetivo traçado nesta dissertação, os tipos escolhidos de pesquisa foram a exploratória e a descritiva. A pesquisa exploratória teve como objetivo adquirir maior proximidade com o objeto deste estudo. A partir dos resultados dessa pesquisa, tornando o objeto de estudo mais preciso, realizou-se uma pesquisa descritiva, a fim de apresentar o fenômeno à luz da teoria proposta no estudo.

Essas pesquisas envolveram como procedimentos técnicos o levantamento bibliográfico e levantamento documental. Para Deslandes (2008, p. 36) o levantamento bibliográfico deve ser disciplinado, pois o pesquisador deve ter "um critério claro de escolha dos textos e autores"; deve ser crítico, porque o pesquisador precisa "estabelecer um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação" escolhido e deve ser também amplo, porque "deve dar conta do estado atual do conhecimento sobre o problema".

Em relação ao levantamento documental, Gil (2002, p. 73) relata que este assemelhase com o levantamento bibliográfico. A diferença "entre ambas está na natureza das fontes", pois a pesquisa bibliográfica utiliza as contribuições de autores sobre um determinado assunto; já a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico, tais como: documentos oficiais e relatórios diversos.

Como instrumentos para coleta de dados utilizou-se a entrevista e o questionário. Gil (2002, p. 117) informa que a entrevista é uma técnica de investigação flexível e que pode

55

assumir diversas formas, podendo ser informal, quando se tratar de uma conversa simples

para coletar dados; focalizada, quando se tratar de tema bem específico, "cabendo ao

entrevistador esforçar-se para que o entrevistado" permaneça no assunto; parcialmente

estruturada, "quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai

explorando ao longo de seu curso" e pode ser, enfim, totalmente estruturada, "quando se

desenvolve a partir de relação fixa de perguntas. Optou-se pela entrevista parcialmente

estruturada, uma vez que o sujeito entrevistado se colocou à disposição em uma conversa

informal para esclarecimentos sobre o objeto deste estudo.

Gil (1994, p. 124) relata que o questionário é uma das mais importantes técnicas de

investigação para obtenção de dados nas pesquisas sociais. Ele é composto "por um número

mais ou menos elevado de questões" apresentadas às pessoas, com o objetivo de conhecer as

opiniões, as crenças, os sentimentos, os interesses, as expectativas, as situações vivenciadas.

Elegeu-se o questionário online por ser uma técnica de coleta de dados que não apresenta

limitações geográficas e que, portanto, permitirá a participação de todos os alunos do curso

escolhido, independentemente da cidade em que eles residem e por oferecer maior

comodidade e conveniência podendo ser realizado a qualquer tempo.

O locus da pesquisa empírica foi o NEaD do CEFET-MG e os sujeitos participantes

foram a equipe pedagógica do NEaD e os ex-alunos do curso Técnico em Meio Ambiente,

que concluíram o estágio curricular supervisionado.

3.3 Etapas da pesquisa

Essa pesquisa foi realizada em cinco etapas a seguir:

Primeira etapa: Levantamento bibliográfico

Realizou-se um levantamento bibliográfico a partir de livros, publicações periódicas e

impressos diversos, a fim de obter contribuições para pensar e contextualizar o estágio

curricular supervisionado na EaD. Para tanto, investigou-se materiais elaborados a respeito do

estágio curricular supervisionado como componente curricular na EPT. Em seguida, foi

realizado um breve levantamento sobre o histórico da EaD no Brasil e no mundo, assim como

sobre a aproximação desta modalidade de ensino com a EPT do CEFET-MG. Por fim,

56

documentos acerca da legislação do estágio no Brasil foram analisados. Essa pesquisa foi

desenvolvida ao longo do ano de 2016.

Segunda etapa: Levantamento prévio de dados do NEaD

A segunda etapa foi dividida em dois momentos. Primeiramente, no primeiro semestre

de 2017, foi realizada uma análise do currículo do curso Técnico em Meio Ambiente afim de

verificar se havia previsão de prática profissional como atividade específica do processo

formativo dos alunos.

No segundo momento, neste mesmo período, foi realizado um levantamento, com o

auxílio da coordenadora pedagógica do NEaD, a fim de colher dados a respeito da situação

acadêmica dos alunos de cada curso ofertado pela instituição, ou seja, pretendeu-se nesta

etapa averiguar o percentual de alunos que concluíram os quatro módulos e que conseguiram

realizar o estágio curricular supervisionado.

Terceira etapa: Levantamento documental

A terceira etapa foi dividida em dois momentos. Primeiramente foi realizada, no

primeiro semestre de 2017, uma análise do Projeto Político Pedagógico do NEaD do CEFET-

MG, do currículo do curso Técnico em Meio Ambiente e do Regulamento de estágio

curricular obrigatório dos cursos de educação a distância do CEFET-MG, à luz das DCN-EPT

e das legislações que orientam a realização do estágio: Lei nº 11.788 de 25 de setembro de

2008 e Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004. Nestes documentos foram exploradas as

práticas profissionais previstas para o processo formativo dos alunos do curso Técnico em

Meio Ambiente. Além disso, foi investigada, com mais profundidade, a prática profissional

referente ao estágio curricular supervisionado, buscando compreender como esta prática é

contemplada no planejamento curricular.

No segundo momento, foi realizada uma entrevista parcialmente estruturada¹⁶ com o

coordenador e orientador do estágio profissional curricular do curso Técnico em Meio

Ambiente, a fim de complementar os dados obtidos relativos aos documentos da instituição.

Essa entrevista foi realizada por *Skype*, com duração em torno de 20 minutos.

¹⁶ O roteiro da entrevista está apresentado no apêndice A desta dissertação.

Quarta etapa: Verificação do processo de realização do estágio curricular supervisionado no curso Técnico em Meio Ambiente

No segundo semestre de 2017, posteriormente à análise de como o estágio curricular supervisionado está previsto no Projeto Político Pedagógico e no currículo do curso Técnico em Meio Ambiente, pretendeu-se, comparar, como reflete Sacristán (2000), como esta prática profissional está definida no currículo oficial, isto é as intenções e o que realmente acontece na instituição, ou seja, a prática/realidade, por meio da observação *online* do AVA do CEFET-MG, buscando verificar todas as atividades realizadas pelos alunos na disciplina estágio curricular, assim como averiguar como acontecem os processos de orientação e avaliação.

Quinta etapa: Análise do estágio curricular supervisionado a partir da percepção dos alunos

No segundo semestre de 2017, foi enviado por e-mail, com autorização do coordenador do curso Técnico em Meio Ambiente, um questionário para os alunos que já haviam finalizado o estágio curricular, com o objetivo de analisar suas percepções a respeito das práticas profissionais realizadas durante o curso, de modo específico o estágio curricular supervisionado. O questionário foi elaborado com o auxílio da ferramenta *Google Forms*, composto por duas categorias. A primeira, contendo cinco questões sobre os dados de identificação do entrevistado e a segunda, composta de 10 questões sobre a percepção dos alunos a respeito do estágio curricular. Esse questionário está disponível no Apêndice B desta dissertação.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados coletados e as análises decorrentes, de acordo com os procedimentos metodológicos delineados no capítulo 3 desta dissertação.

4.1 Primeira etapa: Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico foi realizado durante o ano de 2016 e está apresentado no capítulo 2 desta dissertação. O eixo teórico da pesquisa foi constituído a partir de Moran (2002), Giusta (2003), Pereira, Schmitt e Dias (2007), Moore e Kearsley (2008), Alves (2011), Sacristán (2000), Moreira e Candau (2007), Vázquez (2011), Pimenta (2012), Colombo e Ballão (2014) e legislações, cujas discussões sobre Educação a Distância, Currículo, Teoria e prática, Prática profissional e Estágio auxiliaram na compreensão e interpretação do objeto desta pesquisa.

4.2 Segunda etapa: Levantamento prévio de dados do NEaD

Ao analisar o currículo do curso Técnico em Meio Ambiente com o objetivo de verificar a previsão de práticas profissionais, observou-se que o documento contempla diferentes práticas profissionais a serem realizadas pelos alunos, como avaliação final, avaliação semipresencial, seminários, aulas presenciais, aulas semipresenciais, aulas práticas em laboratório, simulações, visitas técnicas, trabalhos de campo e estágio curricular supervisionado.

Em relação ao levantamento realizado com a coordenadora pedagógica do NEaD, a fim de averiguar o percentual de alunos que concluíram os quatro módulos e que conseguiram realizar o estágio curricular supervisionado, percebeu-se que o curso Técnico em Meio Ambiente, apresentou maior número de alunos, totalizando 17 diplomados. O levantamento completo desta etapa está apresentado na seção 1.3 desta dissertação.

Os levantamentos desta etapa apresentaram resultados que favoreceram o desenvolvimento da pesquisa no curso Técnico em Meio Ambiente.

4.3 Terceira etapa: Levantamento documental

Os documentos disponibilizados pela instituição, elaborados pela equipe do NEaD do CEFET-MG, para o desenvolvimento desta etapa foram: o Projeto de implantação de curso de educação profissional de Nível Médio no âmbito do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil – E-tec Brasil, que contempla o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Currículo do Curso Técnico em Meio Ambiente, e o Regulamento de estágio curricular obrigatório dos cursos de educação à distância do CEFET-MG.

O primeiro documento, como propõe a Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, que define as DCN-EPT, apresenta informações sobre a organização de todo o processo de implementação do curso Técnico em Meio Ambiente, considerando a concepção teórica do ato de educar e de aprender, o perfil profissional de conclusão do curso, a identificação de conhecimentos e saberes e competências desse profissional, como também a carga horária mínima de duração dos cursos. Já o segundo, traz informações sobre a realização estágio de estudantes, como recomenda a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004.

Segundo as DCN-EPT, os cursos técnicos poderão ser desenvolvidos nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio. De acordo com o PPC da instituição investigada, o curso Técnico em Meio Ambiente é desenvolvido na modalidade de concomitância externa, no qual o aluno deve estar cursando pelo menos o segundo ano do Ensino Médio em instituição externa ao CEFET-MG e na modalidade subsequente, no qual o aluno deve ter concluído o Ensino Médio e atender demais requisitos que constam no edital do processo seletivo do CEFET-MG.

Para o desenvolvimento do curso, de acordo com o PPC analisado, a instituição considera as contribuições das concepções da construção do conhecimento presente nas teorias de Vigotski, que afirma que o processo de ensino e de aprendizagem sempre inclui relação entre as pessoas e de Piaget, que reflete que a inteligência apresenta diversos estágios e esses estágios vão distinguindo as possibilidades de relação com seu meio ambiente. Dessa forma, a concepção pedagógica assumida pela instituição considera duas vertentes. A vertente filosófica humanista "de formar o homem pleno, cidadão, dotado de competências e habilidades para atuar em sociedade" e a vertente do processo de aprendizagem, "na elaboração de estruturas cognitivas promotoras de desenvolvimento de capacidades cognoscíveis do sujeito, agindo e interagindo com os seus pares" (CEFET-MG, 2015, p. 9).

De acordo com o CNCT, o curso Técnico em Meio Ambiente está incluído no Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde. O curso oferecido pela instituição tem como objetivo "formar profissionais de nível médio para participar do desenvolvimento de soluções na área de desenvolvimento ambiental, gestão do meio ambiente e conservação dos recursos naturais" e possui uma organização curricular distribuída em 1200 horas/aula. E ao término do curso espera-se que esse técnico possua as seguintes competências:

Elaborar plano de controle ambiental (PCA).

Realizar estudos de impacto ambiental (EIA) e auxiliar na elaboração de relatórios de impacto ambiental (RIMA).

Atuar nas estações de tratamento de água (ETAs) e estações de tratamento de esgoto (ETEs).

Executar planos, programas e projetos com vista a preservação e conservação do meio ambiente.

Avaliar as modificações da qualidade de recursos hídricos.

Atuar em empresas públicas ou privadas relacionadas ao Meio Ambiente, tais como: mineradoras, consultorias ambientais, empresas florestais e de reflorestamento.

Desenvolver postura pessoal pró-ativa.

Participar juntamente com a equipe de trabalho para estabelecer diretrizes, normas e limites para a ocupação atual e futura do meio ambiente.

Capaz de estabelecer formas de planejamento e gestão compatíveis com o desenvolvimento econômico, com a conservação ambiental e a garantia da qualidade de vida.

Avaliar a dimensão das alterações ambientais provocadas por ações antrópicas, benéficas ou não, sobre o meio ambiente, bem como a propor formas de solucionálas.

Desenvolver valores éticos e atitudes que reflitam uma postura coerente diante de questões ambientais, entre as quais o respeito ao ser vivo e ao meio físico, a responsabilidade, o altruísmo e a autodisciplina, e ainda, características de flexibilidade, orientação global e capacidade de decisão. (CEFET-MG, 2015, p. 18).

Ainda de acordo com as DCN-EPT, a organização curricular dos cursos técnicos deve especificar: os componentes curriculares de cada etapa, ajustados na integração entre teoria e prática no processo de ensino e de aprendizagem, a prática profissional desenvolvida nos ambientes de aprendizagem e o estágio profissional supervisionado, em situação real de trabalho.

O PPC informa que o "curso será ofertado no regime seriado semestral com certificação intermediária de auxiliar técnico no final do segundo módulo e certificação de técnico de nível médio após a conclusão do quarto semestre e realização do estágio supervisionado" (CEFET-MG, 2015, p. 82). Desta forma, a estrutura e a organização curricular do curso Técnico de Meio Ambiente são constituídas de: cinco disciplinas no 1º módulo, cinco disciplinas no 2º módulo, cinco disciplinas no 3º módulo e cinco disciplinas no 4º módulo, totalizando 20 disciplinas, como pode ser verificado no Quadro 4 a seguir.

QUADRO 4 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente.

District	Semestre				Carga
Disciplinas	1°	2°	3°	4º	Horária
Metodologia do estudo a distância	60	-	-	-	60
Metodologia de projetos		-	-	-	60
Química ambiental 1		-	-	-	60
Ecologia aplicada		-	-	-	60
Hidrologia		-	-	-	60
Geografia e análise ambiental		60	-	-	60
Microbiologia ambiental	-	60	-	-	60
Política ambiental	-	60	-	-	60
Química ambiental 2	-	60	-	-	60
Gestão de efluentes	-	60	-	-	60
Conservação dos solos	-	-	60	-	60
Educação ambiental	-	-	60	-	60
Funda. de proc. Industriais	-	-	60	-	60
Planejamento ambiental	-	-	60	-	60
Gestão de recursos hídricos	-	-	60	-	60
Gestão da qualidade do ar	-	-	-	60	60
Climatologia	-	-	-	60	60
Gestão integrada		-	-	60	60
Hidrobiologia		-	-	60	60
Gestão de resíduos sólidos	-	-		60	60
Carga Horária Semestral	300	300	300	300	1200

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação a partir do Projeto de implantação de curso de educação profissional de Nível Médio no âmbito do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil – e-tec Brasil

De acordo com as DCN-EPT, a unidade entre teoria e prática deve estar presente no processo de ensino e de aprendizagem na educação profissional. Esse processo deve contextualizar competências, tendo em vista a ação profissional. Por esse motivo, a prática profissional não se concebe como momentos diferentes do curso, mas como uma metodologia de ensino onde os alunos têm a oportunidade de contextualizar e colocar o aprendizado em ação. O PPC analisado está de acordo com o que é proposto pelas DCN-EPT, já que afirma que todas as disciplinas apresentadas no Quadro 4, "possuem por característica a sua apresentação dentro de uma composição teórico/prática, proporcionando ao estudante perceber o conteúdo teórico, dentro de uma visão de aplicação prática" (CEFET-MG, 2015, p. 22).

Para garantir a integração entre teoria e prática, as DCN-EPT informam que se faz necessário priorizar estratégias pedagógicas que permitam aos alunos vários momentos de prática profissional, inclusive em ambientes fora do ambiente escolar. De acordo com o PPC explorado, os alunos do curso de Meio Ambiente realizam muitas atividades presenciais e semipresenciais como: "avaliação final, avaliação semipresencial, seminários, aulas presenciais, aulas semipresenciais, aulas práticas em laboratório, simulações, entre outras" (CEFET-MG, 2015, p. 22).

A seguir, o depoimento do coordenador do curso¹⁷, sobre a finalidade de promover a experimentação e o desenvolvimento da habilidade prática nas várias linhas de conhecimento trabalhadas:

[...] os alunos têm as chamadas aulas práticas. O projeto do ensino a distância é aprovado com pelo menos 20% de atividades presenciais. Então, são idas aos polos, com aulas práticas. Pode ser um seminário, pode ser uma atividade prática realmente em laboratório. (C).

O depoimento do coordenador sobre a finalidade de proporcionar aos alunos a experimentação e o desenvolvimento da habilidade prática indica a importância, dada pela instituição, da unidade entre teoria e prática nos processos de ensino e de aprendizagem. Processos esses que contextualizam competências, aspirando a ação profissional (BRASIL, 2012). No curso investigado, as práticas profissionais envolvem momentos presenciais e semipresenciais, resultando numa carga horária mínima de 240 horas (CEFET-MG, 2015).

Ainda em relação às práticas profissionais desenvolvidas no curso Técnico em Meio Ambiente, o PPC averiguado afirma que são realizadas também visitas técnicas e trabalhos de campo com os alunos em áreas urbanas ou rural dos polos como: "cursos d'água, nascentes, aspectos geológicos, relevo, solo, áreas de preservação permanente, nas estações de tratamento de água e esgoto". Além disso, os alunos têm a oportunidade de observar, discutir e refletir "a respeito do uso e ocupação do solo, sistema de drenagem dos loteamentos, degradação das áreas de preservação permanente, processos erosivos, disposição de resíduos sólidos, arborização e situação das áreas públicas" (CEFET-MG, 2015, p. 93).

Para a instituição essas "atividades possibilitam ao aluno conhecer melhor a realidade onde atuará profissionalmente, quer seja em uma empresa, órgão público ou trabalhando como consultor ambiental" e permitem relacionar questões teóricas abordadas no AVA com aspectos práticos do espaço urbano ou rural, tornando-se enriquecedoras para o processo de ensino e de aprendizagem (CEFET-MG, 2015, p. 93).

As DCN-EPT afirmam ainda que os cursos de educação profissional de nível técnico, em sua organização, devem ter como orientação básica no planejamento curricular, a prática profissional como atividade específica do processo formativo dos alunos. O projeto da instituição informa que a carga horária destinada às práticas profissionais é determinada a cada módulo, "atendendo a dinâmica orgânica do curso, onde deve-se atender as

_

¹⁷ Para as falas do coordenador do curso será utilizado o código C.

características particulares de cada disciplina, sem perder a construção uniforme do conhecimento" (CEFET-MG, 2015, p. 22). A respeito disso, o coordenador do curso relata que a realização de práticas profissionais:

[...] vai depender de cada disciplina. O curso Técnico em Meio Ambiente possui quatro eixos básicos: Geografia, Química, Engenharia e Biologia. Dependendo da disciplina o aluno terá uma prática de campo, participará de um seminário de políticas, poderá ter uma atividade de educação ambiental. Então, isso é muito relativo. Vai depender do módulo e da disciplina. (C).

A prática profissional também pode incluir o estágio curricular. Para o coordenador do curso, a inserção do estágio curricular supervisionado no currículo do curso é necessária porque:

[...] o aluno passa dois, três anos do curso vendo somente a parte teórica e depois ele precisa colocar aquela teoria em prática. Se você observar, por exemplo, o curso superior é mais teórico, como o curso de Filosofia e até mesmo o curso de Direito. Você não tem aquela parte de execução, que é o que é voltado para os cursos técnicos. A gente pode até atribuir mais ao menos que seria um curso superior uma parte de planejamento e gestão e um curso técnico na parte de execução e o aluno só vai conseguir executar na hora que ele for para uma indústria, para a prática mesmo e então ele consegue realizar essas atividades. (C).

De acordo com as DCN-EPT, nos cursos técnicos não há separação entre as disciplinas teóricas e as disciplinas de conteúdo técnico. Os alunos precisam praticar atividades próprias do curso que escolheu durante toda a sua formação. Realidade diferente da encontrada no curso que foi analisado em duas situações, mostrando que a realização de práticas profissionais se mostra diferente do que está definido no currículo do curso. A primeira situação refere-se à ponderação realizada pelo coordenador quando questionado sobre a importância da inserção do estágio no currículo do curso. De acordo com esse profissional a inserção é importante, pois o "[...] o aluno passa ali dois, três anos do curso vendo somente a parte teórica e depois ele precisa colocar aquela teoria em prática" (C).

Essa reflexão do coordenador em relação ao processo de ensino e de aprendizagem em cursos técnicos sugere que a metodologia de ensino adotada pela instituição não leva em consideração a importância da unidade teoria e prática durante todo o período do curso quando diz que os alunos passam de dois a três anos estudando apenas a parte teórica e apenas no final do curso é que eles colocam em prática os conhecimentos aprendidos no AVA, apesar de estar previsto no currículo do curso várias práticas profissionais a serem realizadas pelos

alunos e também pela afirmação do próprio coordenador de haver práticas profissionais durante o curso e que vai depender da demanda de cada disciplina.

A segunda situação compete aos dados obtidos na questão 10 do questionário que foi enviado para os alunos que realizaram a disciplina de estágio. Percebeu-se que poucos respondentes tiveram a oportunidade de participar das diferentes situações de práticas profissionais que estão previstas no currículo do curso. Além disso, foi observado que 27% dos respondentes não participaram de nenhuma prática profissional, apenas da prática referente ao estágio curricular.

De acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, há dois tipos de estágio: o estágio obrigatório e o não-obrigatório. Em conformidade com o Regulamento de estágio curricular obrigatório dos cursos de educação à distância do CEFET-MG, que define normas para a organização e execução dos estágios curriculares, a carga horária de Estágio Curricular Obrigatório (ECO), deverá ser de seis meses com o mínimo de 480 horas.

Acrescenta ainda que deve ser "compatível com as atividades escolares com um mínimo de quatro horas diárias e 20 horas semanais e não ultrapassando seis horas diárias e 30 horas semanais (CEFET-MG, 2014, p. 9). Essa jornada de atividade de estágio para os alunos da educação profissional de nível médio está de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Em relação ao ECO, o coordenador do curso explica que:

[...] o estágio no CEFET-MG ele é disciplina. Ele não é alguma coisa além do curso. Então, todo programa de curso, todo PPC, ele obrigatoriamente ele entra como estágio. Então, qualquer aluno do CEFET-MG, ele só forma, só é diplomado depois que ele realiza o estágio. (C).

Ainda de acordo com Regulamento de estágio curricular, a disciplina de estágio é classificada em:

Em relação ao momento em que o estágio obrigatório deve ser realizado pelos alunos, o Regulamento não deixa claro. Contudo, quando diz que deve estar vinculado à matriz curricular, o estágio, portanto é realizado pelos alunos durante o curso, assim como informa a

 $[\]rm I$ - Estágio obrigatório: atividade de estágio vinculada à matriz curricular que deve ser realizada obrigatoriamente pelo aluno para a integralização do curso.

II - Estágio não-obrigatório: atividade de estágio que o aluno poderá realizar durante o curso, que não esteja necessariamente vinculada à matriz curricular, mas que implica em carga horária para integralização do curso. (CEFET-MG, 2014, p. 1).

Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, ressaltado a importância desta prática profissional acontecer ao longo do curso "permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares e não deve ser etapa desvinculada do currículo" (BRASIL, 2004, *online*).

Ainda relativamente ao período do curso em que os alunos realizam o estágio, o coordenador do curso informou que o estágio curricular obrigatório "[...] pode acontecer no último ano de curso para valer 100%" (C). À vista dessa informação, o estágio é realizado no final do curso. Conforme Pimenta (2012, p. 203) o estágio é uma "possibilidade privilegiada para o enfrentamento da unidade entre teoria e prática", portanto quando realizado no final do curso, ele possibilita pouca contextualização curricular, conforme informa também a Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004.

Uma última análise no Regulamento de estágio da instituição, nesta etapa, foi em relação aos objetivos para a realização da ECO. Segundo este documento, espera-se:

I. facilitar a inserção do aluno no mundo do trabalho para desenvolvimento das habilidades, atitudes e competências profissionais;

II. possibilitar a realização da prática profissional, prevista na matriz curricular do curso, relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos;

III. desenvolver a maturidade técnico-científica do aluno para aplicar e solucionar os desafios em situações práticas;

IV. possibilitar ao aluno atuar em equipe multidisciplinar, considerando o contexto profissional;

V. contribuir com o processo de avaliação permanente da matriz curricular e da proposta pedagógica dos cursos técnicos à distância do CEFET-MG;

VI. proporcionar ao aluno vivência da conduta ética profissional, necessária ao exercício de sua profissão. (CEFET-MG, 2014, p. 2).

Os objetivos I, II, III, IV e VI se assemelham com a pergunta de número nove do questionário que foi enviado para o e-mail dos alunos que concluíram o estágio, buscando compreender qual a importância do estágio para a formação deles. O resultado está na registrado no item 4.5 desta dissertação.

Por fim, as DCN-EPT informam que a organização curricular dos cursos técnicos também deve especificar as orientações metodológicas e a definição de critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem. Em relação à metodologia de ensino adotada pela instituição, está previsto no PPC que esta será desenvolvida a partir de unidades didáticas, proposta de ensino elaborada por Morrison.

Nesta proposta, ocorrem cinco fases: a primeira de exploração, que consiste em uma sondagem, realizada pelo professor, a respeito dos conhecimentos do aluno em relação ao conteúdo que será estudado; a segunda de apresentação, momento em que o aluno entra em contato com os aspectos gerais do novo conhecimento; a terceira de assimilação, fase em que o professor irá verificar a aprendizagem do conteúdo apresentado para saber se foram assimilados os elementos fundamentais da unidade; a quarta de organização, que consiste em organizar o conteúdo de acordo com a realidade dos alunos e a quinta fase denominada recitação, momento em que os alunos compartilhem o conhecimento adquirido nas fases anteriores com seus colegas. O PPC informa ainda que a instituição utiliza a metodologia de projetos, "não aplicável o tempo todo", mas que possibilita aos alunos a aplicação da "teorização na prática" (CEFET-MG, 2015, p. 81).

De acordo com Arnold (2003, p. 190) o projeto pedagógico de um curso a distância "deve especificar os meios de comunicação que constituirão a base mediadora do processo ensino/aprendizagem". O PPC analisado informa que o curso utiliza "materiais impressos como um dos principais meios de socialização do conhecimento e de orientação do processo de aprendizagem, articulados com outras mídias: videoconferência, telefone, fax e ambiente virtual" (CEFET-MG, 2015, p. 83).

Relativamente à avaliação, o PPC afirma que o processo de desempenho dos alunos é realizado a partir de três concepções de avaliação: diagnóstica, de caráter diagnóstico que "prevê o acompanhamento pelo professor/tutor do processo de aprendizagem dos alunos, devendo ser aplicada em todos os módulos, objetivando a tomada de decisão e mudança de estratégia decorrer das atividades das disciplinas"; formativa, de caráter processual que "permite que o aluno compreenda como está ocorrendo seu processo de aprendizagem" e somativa, de caráter certificativo que "ocorrerá em momentos presenciais no decorrer da disciplina e ao final de cada módulo" (CEFET-MG, 2015, p. 86).

O desenvolvimento destas três concepções de avaliação é realizado a partir de vários instrumentos avaliativos como, por meio de avaliações presenciais e a distância, de caráter formativo e somativo; de atividades no AVA, de caráter formativo e diagnóstico e de trabalhos individuais ou em grupos, de caráter formativo e diagnóstico. Além disso, a assiduidade e a participação do aluno no processo de ensino e de aprendizagem no grupo, também é considerada, a partir da realização de atividades no fórum de discussão e *chat*, que tem caráter formativo, diagnóstico e somativo. De acordo com PPC, esses instrumentos

avaliativos, priorizam a participação coletiva, a interação, a colaboração, a cooperação e a inclusão.

A pontuação dos instrumentos avaliativos totaliza 100 pontos e essa distribuição está apresentada no Quadro 5.

QUADRO 5 - Distribuição de pontos.

Atividades	Distribuição de pontos	Total de pontos no módulo semestral			
A distância (online)	40 pontos	40 pontos			
Presencial e semipresencial (no polo)	60 pontos	60 pontos			

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação a partir do Projeto de implantação de curso de educação profissional de Nível Médio no âmbito do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil – e-tec Brasil

De acordo com o Quadro 5, será considerado apto apenas o aluno que obtiver, nos critérios de avaliação, uma média final igual ou superior a 60%, numa escala de 0 a 100 pontos. Caso algum aluno não consiga a pontuação mínima, o professor/tutor fará inicialmente uma avaliação das dificuldades do aluno e depois desenvolverá um planejamento de atividades presenciais, valendo 60 pontos e no AVA, valendo 40 pontos. "A nota final do aluno considerará a média aritmética do resultado da recuperação com a nota obtida ao longo da disciplina. Será aprovado na recuperação o aluno que obtiver média superior ou igual a 60 pontos" (CEFET-MG, 2015, p. 89).

4.4 Quarta etapa: Verificação do processo de realização do estágio curricular supervisionado no curso Técnico em Meio Ambiente

A observação *online* do AVA foi autorizada pelo coordenador geral do programa Rede e-Tec Brasil do CEFET-MG. Contudo, não foi possível realizar este momento da quarta etapa, pois no segundo semestre de 2017, o sistema da instituição estava em processo de mudança do MOODLE de versão, o que impossibilitou a verificação de como a disciplina de estágio ocorre no ambiente virtual. Os dados a respeito das atividades realizadas pelos alunos no estágio, assim como dos processos de orientação e avaliação foram obtidos por meio de outra entrevista parcialmente estruturada com o coordenador do curso, realizada por *Skype*, com duração em torno de 35 minutos, de informações presentes no *site* da Coordenação de Programa de Estágio (CPRE) da instituição e do Regulamento de estágio curricular obrigatório dos cursos de educação à distância do CEFET-MG.

De acordo com o coordenador do curso Técnico em Meio Ambiente, para que os alunos iniciem o estágio é necessário que ele seja formalizado no CEFET-MG, seguindo basicamente duas etapas. Percebeu-se que estas etapas cumprem de maneira organizada o requisito previsto no Art. 3º da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, de celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino.

A primeira etapa refere-se ao Preenchimento da documentação de estágio do aluno. Inicialmente, instituição concedente e aluno acertam a oportunidade de estágio. Mas, antes de formular o estágio, o aluno deve verificar no site da CPRE se a instituição concedente possui Acordo de Cooperação¹⁸, quando se trata de empresas particulares ou Termo de convênio¹⁹, quando se trata de entidades públicas, instituições de ensino e agentes de integração, junto ao CEFET-MG, acessando a lista de empresas conveniadas. Caso, a instituição concedente ainda não seja parceira do CEFET-MG, ela deverá seguir os procedimentos e orientações descritos na aba convênios para que o aluno possa realizar o estágio.

Após a formalização do convênio, passa-se para a segunda etapa, que é a Análise da Coordenação/Coordenação de estágio do curso. O aluno deve acessar o site da CPRE e encaminhar três vias do Programa de Estágio Supervisionado (PES)²⁰, que contempla os dados do estagiário, da concedente, do estágio supervisionado e o plano de atividades. Deve enviar também três vias do Termo de Compromisso de Estágio (TCE)²¹, que contempla os dados da concedente, do estagiário, do interveniente, do estágio supervisionado e cinco cláusulas, para que seja preenchido, assinado e carimbado pela concedente.

Depois do preenchimento do PES e do TCE, o aluno deverá entregá-los na CPRE do campus CEFET-MG mais próximo ao seu polo de registro. Após o recebimento da documentação, o CPRE confere a documentação e se estiver correta, comunica à Coordenação do curso quais alunos estão validados para iniciar a disciplina de estágio.

Conforme o coordenador, as atividades de acompanhamento e avaliação do ECO possuem quatro etapas que podem ser realizadas de forma presencial ou virtual, neste último caso, por meio do AVA e vídeo chamadas. Ele relata ainda que faz o acompanhamento para: "[...] ver se a proposta de estágio do aluno está sendo cumprida, se a proposta de estágio está

_

¹⁸ As empresas devem formalizar o Acordo de Cooperação por meio do envio do formulário, que está presente no Anexo A desta dissertação.

¹⁹ As empresas devem formalizar o Termo de Convênio por meio do preenchimento do formulário eletrônico, que está presente no Anexo B desta dissertação.

²⁰ O formulário está presente no Anexo C desta dissertação.

²¹ O formulário está presente no Anexo D desta dissertação.

dentro do que seria o do Técnico em Meio Ambiente e se as horas estão sendo contempladas" (C). Constatou-se na fala do coordenador e na análise das etapas, que a instituição compreende o estágio como ato educativo escolar supervisionado, já que os alunos têm um acompanhamento efetivo das atividades que realizam tanto na instituição quanto na parte concedente, comprovado por vistos em relatórios, assim como prevê o § 1º do Art. 3º da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Atualmente, os alunos que estão em período de estágio não possuem um professor específico para realizar a orientação, contudo estão sendo orientados pelo próprio coordenador do curso, que possui formação adequada, mas fora da área ambiental. Ele possui formação técnica em Segurança do Trabalho, graduação em Agrimensura, pós-graduação em Engenharia de Segurança e Mestrado em Engenharia Agrícola. De acordo com o Art. 7º da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o ideal é que orientador de estágio seja da área a ser desenvolvida no estágio.

A primeira etapa refere-se à Reunião de Acompanhamento do Estágio (1ª RAE), momento em que, de acordo com o coordenador do curso: "[...] é uma atividade de acompanhamento para verificar se o estágio está dentro da área do curso, para verificar, por exemplo, se o aluno não está na empresa tirando xerox" (C). O coordenador relatou ainda que é um momento que: "[...] a gente verifica se o aluno realmente está realizando atividades de estágio ou se o aluno está fazendo outras coisas" (C).

Em relação a esta primeira reunião, o Regulamento de estágio curricular obrigatório dos cursos de educação a distância do CEFET-MG, informa que ela será programada para até 60 dias após o início das atividades de estágio e possibilitará ao professor orientador validar o estágio, considerando:

I – Descrição das atividades previstas no estágio;

II – Descrição das atividades efetivamente cumpridas pelo aluno;

III – Avaliação do estágio pelo aluno;

IV – Avaliação do estagiário realizada pelo supervisor ou clientes;

V - Condições técnicas da parte concedente ou empregador;

VI – Perfil profissional de conclusão do curso constante no projeto pedagógico. (CEFET-MG, 2014, p. 9).

Segundo o coordenador do curso, no dia da realização da 1ª RAE o aluno deverá entregar a 1ª Avaliação do estagiário realizada pela empresa²². Nesta avaliação, a empresa avalia quatro aspectos do estagiário que são: quanto ao envolvimento e responsabilidade com

²² A 1ª Avaliação do estagiário realizada pela empresa está presente no Anexo E desta dissertação.

as atividades profissionais, quanto ao relacionamento interpessoal, quanto a formação profissional e avaliação geral, registrando se foi insatisfatório, regular, bom ou ótimo.

O aluno deverá entregar também a Avaliação do estágio realizada pelo aluno²³. Nesta avaliação, o aluno necessita preencher informações referentes à auto avaliação, citar as principais atividades desenvolvidas e responder a um questionário com oito perguntas. No final da reunião, o professor orientador deverá entregar, ao aluno que participou e cumpriu as exigências da 1ª RAE, o formulário denominado Comprovante de Participação na 1ª RAE²⁴.

A segunda etapa refere-se a Reunião de Acompanhamento do Estágio (2ª RAE). Em entrevista, o coordenador informou que nesta reunião: "[...] a gente verifica as atividades que o aluno realizou e já vai começar a parte de elaboração do relatório final de estágio" (C). Diz ainda que: "[...] este relatório não é fazer uma pesquisa, mas sim o aluno colocar no papel as atividades que ele executou. Depois da finalização, assina neste relatório final de estágio, o coordenador de curso, o professor orientador e o orientador do aluno no estágio onde ele está fazendo estágio" (C).

O Regulamento de estágio curricular da instituição diz que esta segunda reunião é organizada pelo professor orientador para até 60 dias após a 1ª RAE "com o objetivo de avaliar os conhecimentos teóricos e práticos do aluno estagiário por meio da apresentação oral sobre o tema relacionado à Pesquisa Técnica desenvolvida no estágio e da avaliação do estagiário realizada pelo supervisor de estágio na empresa" (CEFET-MG, 2014, p. 10). O coordenador relatou ainda que no dia da realização da 2ª RAE o aluno deverá entregar ao professor orientador a 2ª Avaliação do estagiário realizada pela empresa²⁵, que contempla as mesmas informações da 1ª Avaliação. O professor orientador deverá entregar ao aluno o Comprovante de Participação na 2ª RAE²⁶.

O coordenador do curso informou que a entrega da Avaliação do estagiário realizada pela empresa e da Avaliação do estágio realizada pelo aluno é importante para que o professor orientador possa verificar o acompanhamento do aluno, ou seja, para: "[...] ver se o aluno está presente, se ele está pontual, se ele está desenvolvendo atividades" (C).

A terceira etapa refere-se ao Relatório Técnico Final, que de acordo com o coordenador do curso, são: "[...] as atividades que o aluno fez durante o estágio, a pontualidade, as horas dedicadas [...]" (C).

²³ A 1ª Avaliação do estágio realizada pelo aluno está presente no Anexo F desta dissertação.

²⁴ O Comprovante de Participação na 1ª RAE está presente no Anexo G desta dissertação.

²⁵ A 2ª Avaliação do estágio realizada pelo aluno está presente no Anexo H desta dissertação.

²⁶ O Comprovante de Participação na 2ª RAE está presente no Anexo I desta dissertação.

O Regulamento de estágio curricular da instituição informa que os critérios para elaboração desse Relatório são definidos pelo coordenador do curso e posteriormente à escrita, o aluno deverá protocolá-lo, juntamente com a Avaliação da Pesquisa Técnica pela Empresa²⁷, no Setor de Protocolo do CEFET-MG mais próximo ao seu polo de registro, que o encaminhará, no prazo máximo de cinco dias úteis, ao professor orientador que deverá, por sua vez, analisá-lo no prazo de 30 dias. Após análise, o professor-orientador encaminha o comprovante de aprovação do Relatório Técnico Final²⁸, para registro na CPRE, no prazo máximo de cinco dias úteis.

Em relação à Avaliação da Pesquisa Técnica pela Empresa, a empresa avalia a qualidade do conteúdo da pesquisa, a relevância do tema escolhido para a empresa, o envolvimento do aluno com o tema trabalhado, a adequação das fontes de pesquisa para a compreensão do tema, observação das normas técnicas de redação e consistência das conclusões e análises feitas pelo aluno, atribuindo conceitos de insatisfatório, regular, bom ou ótimo.

Quando questionado sobre as dificuldades enfrentadas na orientação do estágio curricular supervisionado, o coordenador do curso informou que a única dificuldade que encontra durante a orientação dessas três etapas é no momento em que os alunos não conseguem encaixar o estágio dentro, ou seja, o estágio não está de acordo com o curso que o aluno está realizando. Ele compartilhou um caso de um aluno do polo de Curvelo que era Técnico em Química e trabalhava em um laboratório e queria aproveitar a profissão dele como estágio de Meio Ambiente. Ele explicou que a legislação referente ao estágio permite que: "[...] se você trabalha na área, você poderia pegar sua experiência profissional e fazer um memorial descritivo e solicitar a diplomação, mas desde que esta atividade fosse feita na área" (C). Contudo, não era o caso do aluno citado.

Após verificação do processo de realização do estágio curricular supervisionado no curso Técnico em Meio Ambiente, por meio de entrevista, de análise de informações presentes no site da CPRE e no Regulamento de estágio curricular obrigatório da instituição, solicitei autorização para o coordenador do curso para que eu pudesse ter contato com as atividades realizadas, nas 1ª e 2ª RAE e Relatório Técnico Final, pelos alunos que foram selecionados para a realização da quinta etapa desta dissertação. Contudo, não foi possível, pois o sistema da instituição estava em processo de mudança do MOODLE de versão e perdeu

²⁷ A Avaliação da Pesquisa Técnica pela Empresa está presente no Anexo J desta dissertação.

²⁸ O Comprovante de aprovação do Relatório Técnico Final está presente no Anexo K desta dissertação.

todas as atividades referentes à disciplina de estágio. Dessa forma, não foi possível verificar se as atividades propostas pela instituição e desenvolvidas pelos alunos na disciplina de estágio estão vinculadas ao currículo do curso Técnico em Meio Ambiente, pressupondo uma relação da teoria com a prática, como prevê a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e na Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004.

Depois da aprovação do Relatório Técnico Final, o aluno participará da quarta etapa que é o Seminário de Conclusão do Estágio, que acontece nas cidades de Araxá, Belo Horizonte, Contagem, Nepomuceno, Timóteo e Varginha. O coordenador do curso informou que em Belo Horizonte, este seminário acontece duas vezes ao ano, um em cada semestre e nos interiores como são situações menores é feito apenas um seminário. Esclareceu ainda que este seminário: "[...] é organizado pelo setor de estágio do CEFET-MG e tem como objetivo principal reunir os alunos para trocar experiências do curso e do estágio" (C).

O Regulamento de estágio curricular obrigatório dos cursos de educação a distância do CEFET-MG, acrescenta outros objetivos:

I - promover avaliação do Curso e da Instituição pelos formandos;

II - propiciar uma reflexão sobre o mundo do trabalho;

III - promover ações, visando à profissionalização dos formandos;

IV- realimentar dados e informações técnicas para atualização dos cursos;

V- colaborar para o aperfeiçoamento da condução pedagógica dos trabalhos docentes. (CEFET-MG, 2014, p. 11).

A inscrição para participação no Seminário de Conclusão deve ser realizada pelo aluno por meio da internet, na página da CPRE, mediante preenchimento de formulário eletrônico próprio. Para isso, o aluno precisa ter concluído o período regulamentar do estágio obrigatório, ter sido aprovado em todas as etapas do processo de acompanhamento de estágio e ter sido aprovado em todas as disciplinas da matriz curricular do Curso, comprovado pelo Sistema Acadêmico do Setor de Registro Escolar (CEFET-MG, 2014).

Em concordância com a Resolução CEPT-06/12, de 30 de agosto de 2012, o aluno poderá requerer a dispensa da participação no Seminário de Conclusão do Estágio Curricular Obrigatório, desde que comprove relevante motivo e contendo as seguintes documentações: Termo de abertura de processo²⁹, Requerimento do Aluno³⁰ devidamente preenchido, Cópia do Termo de Compromisso do Estágio realizado, Cópia do Termo de Rescisão ou do Termo de Encerramento do Estágio realizado, Comprovante de participação na 1ª e 2ª RAE,

²⁹ O Termo de abertura de processo está presente no Anexo L dessa dissertação.

³⁰ O Requerimento do Aluno está presente no Anexo M dessa dissertação.

Comprovante de Entrega e Aprovação do Relatório Técnico Final (RTF), Comprovante de Urgência para a Solicitação.

De acordo com o § 1° desta Resolução, o requerimento formal devidamente protocolizado e instruído deverá ser encaminhado à CPRE. A avaliação do pedido de dispensa será realizada por uma comissão, que emitirá parecer conclusivo no prazo de cinco dias úteis a contar da data de recebimento do pedido. No caso de deferimento do pedido de dispensa, será agendada colação de grau em data especial no prazo de dois dias úteis a contar do deferimento. O coordenador do curso compartilhou uma situação em que uma aluna, do polo de Almenara, participou de colação de grau especial, que foi realizada por *Skype*; a sua dispensa foi concedida, pois o seu polo de registro foi extinto e atualmente ela está morando em Espírito Santo.

4.5 Quinta etapa: Análise do estágio curricular supervisionado a partir da percepção dos alunos

Os alunos selecionados para esta etapa foram os que colaram grau até o mês de novembro de 2017. Esses dados estão contemplados no Quadro 6.

Colação de grau

Colação de grau

Colação de grau

2014
2015
2016

QUADRO 6 - Colação de grau dos alunos do curso Técnico em Meio Ambiente.

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação a partir dos dados coletados no NEaD

Nos períodos selecionados, 17 alunos do curso Técnico em Meio Ambiente³¹, participaram do Seminário de Conclusão de Cursos ou colaram grau em data especial. Dos 17 alunos que foram aprovados e obtiveram o diploma, 11 realizaram a disciplina ECO e seis solicitaram a dispensa dessa disciplina, possibilidade assegurada na Resolução CEPT-07/12 de 30 de agosto de 2012, elaborada pela instituição, que aprova normas para dispensa da disciplina Estágio Curricular Obrigatório dos alunos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio que comprovarem mais de cinco anos de experiência na área de formação.

Em conformidade com o coordenador do curso, os alunos que solicitam a dispensa da disciplina ECO e desejam realizar o aproveitamento formal na área têm duas possibilidades:

No primeiro caso [...] aproveitamento formal com 1ª e 2ª RAE e entrega do relatório técnico. O aluno pode pedir isso a qualquer momento se ele trabalha na área ou no segundo caso, um aproveitamento formal com mais de cinco anos na área e então o aluno é dispensado das 1ª e 2ª RAE e ele tem que fazer um memorial descritivo que é aprovado numa banca julgadora. (C).

Essa banca julgadora é constituída pelo coordenador do curso, pelo professor orientador de estágio e pelo professor de disciplina da área de atuação profissional do aluno (CEFET, 2012).

De acordo com o Art. 2º da Resolução CEPT-07/12 de 30 de agosto de 2012, os alunos que solicitam a dispensa da disciplina ECO, devem formalizar um processo ao colegiado de curso contendo, um memorial reflexivo³², "referente às atividades de planejamento, coordenação, controle, execução e avaliação, exercidas no período de cinco de anos de seu itinerário"; a contagem de tempo de experiência³³, que deve ser comprovada por meio da Carteira de Trabalho atualizada e uma declaração do empregador³⁴, "referendando as atividades descritas no Memorial Reflexivo que comprova a experiência do aluno na área de formação do curso".

Dentre as atividades obrigatórias definidas pela instituição que oportunizam aos alunos a vivência da prática profissional e obtenção do diploma técnico, nesta dissertação, escolheuse a disciplina ECO, que foi realizada por 11 alunos. Esta quantidade de alunos chama muita

³¹ Parte das informações foi obtida a partir da análise do Controle de estágio fornecido pelo coordenador do curso, contudo essa planilha encontrava-se desatualizada. Assim, para obter informações mais precisas sobre quem realizou ou solicitou a dispensa da disciplina de estágio, a pesquisadora entrou em contato com os alunos.

³² A sugestão de estrutura do memorial descritivo está presente no Anexo N desta dissertação.

³³ A contagem de tempo de experiência profissional está presente no Anexo O desta dissertação.

³⁴ A declaração está presente no Anexo P desta dissertação.

atenção quando comparada à quantidade de alunos do curso em questão no NEaD desde a realização do seu primeiro processo seletivo. A Tabela 2 permite visualizar o total de matrículas realizadas nos anos de 2010, 2011 e 2012.

TABELA 2 - Dados dos processos seletivos do NEaD.

Curso Técnico en	n Meio Ambiente
Turmas	Matriculados
2010	74
2011	75
2012	172
Total	321

Fonte: Elaborada pela autora da dissertação a partir dos dados coletados no NEaD

Observa-se na Tabela 2 que nos três anos em que a instituição ofertou turmas para o curso Técnico em Meio Ambiente, houve a matrícula de mais de 300 alunos neste curso e deste total de matrículas, de acordo com o Gráfico 2, apenas 17 alunos, até o final do ano de 2017, colaram grau e, uma razão que contribui para que essa reduzida amostra se mantenha, é a não realização da disciplina obrigatória de estágio. De acordo com o coordenador do curso, muitos alunos finalizaram as disciplinas referentes aos quatro módulos, mas não conseguiram ainda encontrar uma empresa para realizar o estágio e, desta forma, não puderam participar do processo de diplomação. Percebe-se, desta forma, grandes dificuldades para realização do estágio nos cursos técnicos devido à grande carga horária que é de 480 horas e à exigência de que essas horas sejam cumpridas sequencialmente numa única empresa, além de outros fatores dificultadores, mesmo nos cursos exclusivamente presenciais.

Essa é uma situação que merece bastante atenção da equipe pedagógica do NEaD e percebeu-se nas entrevistas realizadas que pouco tem sido feito para que ela se modifique. Sabe-se que os alunos apresentam dificuldade para encontrar uma empresa para realizar o estágio, mas não há nenhum planejamento vigente da equipe para tentar solucionar esse problema. A única ação que se pretende realizar nos próximos anos, de acordo com o coordenador do curso, é a diminuição da carga horária que atualmente é de 480 horas para 360 horas. Dessa forma, não se sabe se algum dia os alunos das três últimas turmas

conseguirão realizar essa disciplina e, enquanto não conseguem, não podem atuar profissionalmente como Técnico em Meio Ambiente.

É importante salientar que em conformidade com a Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, o aluno de educação profissional tem o prazo máximo de cinco anos para a conclusão do curso. Desta forma, "quando comprovada a necessidade de realização do estágio obrigatório em etapa posterior aos demais componentes curriculares do curso, o aluno deve continuar matriculado na escola e receber orientação sobre a realização desse estágio para a obtenção do título". Verificou-se também problemas com relação à orientação, como poderá ser confirmado nos dados obtidos no questionário que foi disponibilizado no e-mail dos alunos que realizaram a disciplina ECO.

Os alunos, aqui nessa pesquisa serão denominados respondentes³⁵. Inicialmente, obteve-se a resposta de apenas seis alunos. Em virtude disso, foi solicitado ao coordenador de logística do NEaD para ter acesso aos telefones dos alunos que não responderam. Após as ligações, alcançou-se 11 questionários respondidos, o que corresponde a uma taxa de retorno de 100%.

O questionário foi composto por duas categorias, sendo a primeira composta de cinco questões sobre o perfil dos respondentes.

Averiguou-se que a maioria dos participantes da pesquisa correspondeu ao sexo feminino, com 54,5%. Já o sexo masculino correspondeu a 45,5%. Em relação à idade, a maioria dos respondentes está compreendida nas faixas etárias entre 20 e 29 anos e mais de 40 anos, com 36,4% cada. 27, 3% dos respondentes têm entre 30 e 39 anos. A respeito da ocupação atual dos respondentes, dois apenas estudam, seis são assalariados, dois são autônomos e um estuda e é assalariado. Sobre o local de residência dos respondentes, verificou-se que eles moram nas cidades de Belo Horizonte, Camacho, Curvelo, Inimutaba, Ipatinga, Lavras, Nepomuceno, Timóteo e Vitória. Esse resultado mostra o alcance da pesquisa que atingiu pessoas que residem fora da capital mineira, como também na capital do Estado de Espírito Santo.

A segunda categoria possui 10 questões referentes às percepções dos respondentes a respeito do estágio curricular.

Ao serem questionados se eles consideravam que o estágio deveria ser obrigatório no currículo do curso Técnico em Meio Ambiente realizado na modalidade a distância, 90,9% dos respondentes responderam que sim e apenas 9,1% responderam que não. Esse resultado

³⁵ Para as falas dos respondentes serão utilizados os códigos: R1, R2, R3, R4, R5, R6, R7, R8, R9, R10, R11.

demonstra o reconhecimento dos respondentes a respeito da importância da realização do estágio curricular que propicia aos alunos, de acordo com Pimenta (2012), uma importante aproximação com realidade na qual irão atuar e também uma qualificação prática, a partir da experiência do exercício profissional, segundo informa as Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional (2003).

Outro aspecto analisado foi a respeito da carga horária destinada ao estágio curricular, que no curso é de seis meses, com o mínimo de 480 horas, de acordo com o currículo analisado. Uma porcentagem de 72,7% dos entrevistados respondeu que a carga horária é adequada e 27,3% responderam que é extensa. De acordo com Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, o estágio referente a programas de qualificação profissional deve ter carga horária mínima de 150 horas, mas essa carga-horária pode ser maior de acordo com o perfil profissional de conclusão de cada curso, devendo o plano de curso em questão explicitar a carga-horária máxima do estágio profissional supervisionado.

Assim, ao analisar a proposta de estágio elaborado pela instituição, percebeu-se que os alunos precisam participar de atividades propostas pela empresa e também devem preparar uma pesquisa técnica das atividades que foram realizadas na empresa. Desta forma, a cargahorária, parece apropriada, como afirma a maior parte dos respondentes, para que eles sejam adequadamente acompanhados e avaliados por um professor orientador na instituição e por um supervisor na empresa e, adquiram conhecimentos sólidos sobre a profissão pretendida, conforme informado pela Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004 e pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Os respondentes foram indagados também sobre a importância do estágio curricular para a sua formação profissional. A questão ofereceu seis opções e os respondentes poderiam marcar mais de uma, caso desejassem. A Tabela 3 mostra esse resultado.

TABELA 3 - Dados a respeito da importância do estágio curricular para a formação. (continua)

Opções	Número de respondentes	% em relação ao total de respondentes
Aquisição de competências gerais do técnico em Meio Ambiente	11	100%
Desenvolvimento de habilidades comportamentais e pessoais: responsabilidade, disciplina, trabalho em equipe	7	63%

(conclusão)

Opções	Número de respondentes	% em relação ao total de respondentes
Conhecimento sobre a profissão pretendida	8	72%
Intercâmbio de experiência com profissionais da área	6	54%
Facilitar a minha transição do espaço escolar para o mundo do trabalho	6	54%
Momento ímpar de confronto entre teoria e prática	9	81%

Fonte: Elaborada pela autora da dissertação a partir do questionário aplicado

As opções foram elaboradas a partir de inovações trazidas pela Lei de Estágio vigente em relação às Leis anteriores, Leis estas que tinham um foco muito mais voltado para os interesses das empresas, do que para os interesses pedagógicos, como apresentou Colombo e Ballão (2014) em suas análises sobre as legislações brasileiras a respeito do estágio. As respostas mostram que essas inovações da nova Lei de estágio refletiram positivamente no estágio que foi realizado por cada aluno e com maior destaque para a aquisição de competências e conhecimentos sobre a profissão, que vai de encontro à importância dada por Biachi *et al.* (2005, p. 1) em relação a essa prática profissional, considerando-a como uma "disciplina que conduz à descoberta de meios importantes para o preparo do trabalho a ser executado em qualquer profissão" e para o confronto entre teoria e prática, que implica da instituição a preparação prévia dos alunos por meio de conhecimentos teóricos sólidos e oportunidades de vivências de outras práticas, para que eles possam refletir "sobre e a partir da realidade" da empresa, como aponta Pimenta (2012, p. 20).

Sobre as dificuldades encontradas, 63,6% dos respondentes relataram que não encontraram nenhuma dificuldade durante a realização do estágio. Os demais respondentes relataram que tiveram dificuldades durante o estágio, sendo o principal obstáculo encontrar a empresa para a realização do estágio. Essa dificuldade pode estar associada a vários fatores tais como: conciliar a realização do estágio com a jornada de trabalho, já que a maioria dos respondentes trabalha e estuda ao mesmo tempo, desisteresse da empresa na supervisão das atividades de estágio a serem realizadas pelos alunos, entre outros. Diante dessa dificuldade, a equipe pedagógica precisa realizar um levantamento com o objetivo de esclarecer os reais motivos pelos quais tantos alunos não conseguem realizar o estágio e, a partir do resultado do

levantamento criar um plano de ações para garantir a realização desta disciplina, que é obrigatória para a obtenção do diploma técnico.

Ainda a respeito das dificuldades encontradas, o respondente 3 declarou que há muita "[...] burocracia da instituição (escola) para a formalização do estágio, muitos documentos, seguros e outras exigências que podem ser anuladas ou reduzidas para que, as empresas se disponibilizem e abram as portas para os estágiários" (R3). Contudo, para que o estágio seja um momento educativo, supervisionado e desenvolvido como parte do currículo escolar e do itinerário formativo dos alunos, como prevê a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, é necessário esse compromisso formal entre o estagiário, a instituição de ensino e a empresa.

Já o responente 5 relatou que teve "[...] dificuldade de manter contato para obter as devidas orientações por parte da supervisão de estágio" (R5). Em relação às orientações, o coordenador do curso em entrevista e informações presentes no Regulamento de estágio curricular obrigatório dos cursos de educação a distância do CEFET-MG, que afirmam haver frequentes orientações aos alunos, que pode ser por meio de envio de e-mail, conversas por *Skype* e telefone ou encontros presenciais, se necessário, mas não é o que tem acontecido no NEaD a partir do relato do respondente. Nota-se que houve um desencontro de informações que dificultou a realização do estágio, em específico para esse respondente. Cabe salientar aqui que a modalidade de educação a distância, segundo Moore e Kearsley (2008, p. 02), por se tratar de um aprendizado que ocorre normalmente em lugar diferente do local de ensino", requer das instituições de ensino a comunicação com os alunos "por várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais".

Ainda refletindo sobre as orientações, foi questionado aos alunos de que forma eles foram acompanhados na instituição de ensino e na empresa no desenvolvimento do seu estágio. A questão sobre o acompanhamento na instituição de ensino oferecia quatro opções, sendo que eles poderiam escolher mais de uma. As respostas estão registradas na Tabela 4:

TABELA 4 - Dados a respeito do acompanhamento do estágio curricular.

(continua)

Opções	Número de respondentes
Por meio da avaliação e da adequação das instalações da empresa onde realizo ou realizei o estágio	1
Por meio da indicação de um professor orientador, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das minhas atividades de estágio	3

Opções	Número de respondentes
Por meio da apresentação periódica de relatório das atividades	7
O CEFET-MG não acompanhou ou tem acompanhado o que acontece no meu estágio	2

Fonte: Elaborada pela autora da dissertação a partir do questionário aplicado

A respeito desse acompanhamento, é importante salientar que nas legislações como a Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e a Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, o estágio é claramente identificado como um procedimento didático-pedagógico e como ato educativo. Em virtude disso, os alunos necessitam ser orientados e supervisionados por um profissional especialmente designado para esta função.

Desta forma, o resultado apresentado na Tabela 4 merece atenção. Nela é apresentada que dois respondentes não tiveram nenhum acompanhamento durante a realização do estágio. A respeito dessa falta de acompanhamento, o respondente 7 comentou que: "[...] o CEFET falhou no acompanhamento de estágio, professor designado como orientador, sequer respondia minhas mensagens. CEFET oferece excelência em qualidade, porém no estágio deixou a desejar" (R7). A informação do respondente tem ligação direta com o fato de que a disciplina de estágio do NEaD não tem um professor orientador, ela é de responsabilidade do coordenador do curso, que possui formação, funções e responsabilidades diferentes das necessárias para a orientação da disciplina.

Já a questão sobre o acompanhamento da empresa oferecia três opções, sendo que eles também poderiam escolher mais de uma. As respostas foram muito positivas, pois todos os respondentes informaram que foram acompanhados por meio da indicação de um supervisor, como responsável pela orientação e supervisão das atividades de estágio. Três deles responderam que tiveram que apresentar periodicamente relatório das atividades na empresa. Esse resultado demostra que as empresas cumpriram a obrigação de indicar funcionário de seu quadro de pessoal, para orientar e supervisionar os estagiários, como previsto no Art 9°, da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Outro aspecto questionado aos respondentes foi se as atividades que eles exerceram na empresa estavam relacionadas com a formação de Técnico em Meio Ambiente. Sobre este questionamento 63,6% dos entrevistados afirmaram que sim e 36,4% responderam que apenas parte das atividades estava relacionada. Esse resultado mostra que mais da metade dos alunos recebeu, na realização do estágio, experiência prática na sua linha de formação, ou seja, as atividades que eles realizaram na empresa estavam compatíveis com o currículo do seu curso, como prevê § 2º do Art 1º Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Mas, nota-se uma porcentagem significativa de alunos que exerceram apenas em parte atividades relacionadas à sua formação. Vale ressaltar, portanto que não basta apenas o estabelecimento do compromisso formal entre o estagiário, a instituição e a empresa; faz-se necessário o acompanhamento efetivo do aluno, a fim de verificar se a proposta de estágio concretiza a relação entre os conhecimentos adquiridos pelos alunos no AVA e a prática no ambiente de trabalho, aspecto que pode ser aprimorado pela instituição, disponibilizando um professor específico para exercer a função de orientador.

Ainda refletindo sobre a realização de atividades compatíveis com a formação do aluno, estas podem ser acompanhadas pelo professor orientador responsável pela disciplina de estágio, prevista na organização curricular do curso analisado. Contudo, o que parece, é que apesar da existência desta disciplina no AVA, o acompanhamento não é realizado por meio dela, mas sim por meio de mensagens ou ligações telefônicas, que a princípio são de três encontros agendados, o que permite de fato, pouco espaço para discussão e informações sobre as atividades realizadas pelos alunos e menos ainda de articulação com as demais disciplinas do curso.

A respeito do momento previsto no curso para a realização do estágio, o resultado apresentou três possibilidades. Dentre os respondentes, 45,5% deles informaram que o estágio curricular estava previsto ao longo do curso, 45,5% informou que estava previsto após a realização das disciplinas do curso e 9% informou que a realização de estágio pode ser feita a qualquer momento do curso. Conforme a Resolução nº 1 de 21 de janeiro de 2004, o estágio não deve ser uma etapa desvinculada do currículo do curso. Desta forma, ele deve ser realizado ao longo do curso, permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares, a fim de fundamentar teoricamente a atuação do futuro profissional e para que o aluno tome a prática como referência para a fundamentação teórica, como relatam Pimenta e Lima (2006). O currículo do curso analisado está em desacordo com essas afirmações já que os alunos devem cumprir uma carga horária de 480 horas de estágio sequencialmente.

Conforme as DCN-EPT, a prática "compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho", como o estágio curricular supervisionado, onde é possível

relacionar a teoria com a prática ou mesmo confrontar esses dois processos. Diante dessa definição, foi questionado aos alunos se na prática que eles realizaram em ambiente real de trabalho foi possível relacionar os conhecimentos teóricos abordados durante o curso com as situações vivenciadas. Referente a este aspecto 54,5% dos entrevistados responderam que conseguiram relacionar os conhecimentos teóricos com a prática e 45,5% deles afirmam conseguir apenas em parte.

Esse resultado, no qual se compreende que um pouco mais da metade dos alunos realmente conseguiu relacionar a teoria com a prática, leva a pensar a respeito da formação que os alunos receberam. Uma formação com muito conhecimento teórico? Ou uma formação "esvaziada de ingredientes teóricos"? Uma formação técnica pautada no compromisso de oferecer conhecimentos teóricos e práticos? Sabe-se que em qualquer curso técnico deve haver uma relação teórica e prática, "prática na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade" realizada pelos alunos, [...] teórica, na medida em que esta relação é consciente" (VÁZQUEZ, 2011, p. 211).

De acordo com as DCN-EPT na educação profissional, a unidade entre teoria e prática deve estar presente nos processos de ensino e de aprendizagem. Assim, refletindo sobre esses dois processos, foi verificado, na última questão se a instituição possibilitou aos alunos outras práticas profissionais, além do estágio curricular, como oportunidade para que os alunos contextualizassem e colocassem o aprendizado em ação.

A questão tinha nove opções que contemplavam diferentes estratégias pedagógicas de prática profissional e os respondentes poderiam marcar mais de uma opção. As respostas estão apresentadas na Tabela 5.

TABELA 5 - Dados a respeito das práticas profissionais oferecidas pelo curso.

(continua)

Opções	Número de respondentes	% em relação ao total de respondentes
Atividades realizadas em laboratórios técnicos nos polos de apoio presencial	1	9%
Oficinas realizadas nos polos de apoio presencial	2	18%
Simulações realizadas nos polos de apoio presencial	0	0%
Participação de visitas técnicas proporcionadas pela instituição	3	27%
Participação de seminários proporcionados pela instituição	0	0%
Participação de trabalhos de campo	7	63%
Realização de avaliações nos polos de apoio presencial	7	63%

(conclusão)

		(
Opções	Número de respondentes	% em relação ao total de respondentes
Outras atividades presenciais ou semipresenciais. Quais?	2	18%
Não realizei outras práticas, além do estágio curricular	3	27%

Fonte: Elaborada pela autora da dissertação a partir do questionário aplicado

Ao analisar o resultado das respostas percebeu-se que poucos respondentes tiveram a oportunidade de participar de diferentes situações de experiência, aprendizagem e trabalho citados na questão. Foi também observado que 27% dos alunos não participaram de nenhuma prática profissional, apenas da prática referente ao estágio curricular supervisionado. As opções referentes ao trabalho de campo e às avaliações realizadas nos polos foram as que receberam mais respondentes, com 63% de alunos cada opção. Em relação à avaliação presencial, faz-se necessário refletir que ela não é considerada como uma prática profissional, mas como uma ferramenta para verificar a qualidade do aprendizado dos alunos e oferecer alternativas para que eles evoluam naqueles aspectos que têm mais dificuldade. Em relação a essas distintas situações de prática profissional, o § 1º do Art. 33 da Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, informa que no polo presencial, os alunos devem participar de práticas profissionais de acordo com o perfil profissional "sem prejuízo da formação exigida nos cursos presenciais" (BRASIL, 2012, *online*).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo serão apresentadas as principais reflexões a respeito do modelo de estágio desenvolvido no curso Técnico em Meio Ambiente do CEFET-MG ofertado a distância, via Rede e-Tec Brasil, baseadas nos procedimentos adotados no capítulo 3 e, também, nos dados levantados no capítulo 4 desta dissertação. Assim, a partir das contribuições da análise documental, das entrevistas e questionário, serão apresentadas sistematizações acerca do curso Técnico em Meio Ambiente do CEFET-MG, das práticas profissionais contempladas no currículo do curso, de como o estágio é contemplado no currículo, dos processos de formalização, orientação e avaliação do estágio, das percepções dos alunos que realizaram essa prática, bem como a apresentação das limitações ao longo desta pesquisa e das possibilidades de trabalhos futuros.

Verificou-se que o curso Técnico em Meio Ambiente a distância do CEFET-MG pode ser desenvolvido de duas formas: na modalidade de concomitância externa ou na modalidade subsequente. Para concorrer a uma vaga, os alunos precisam participar de um processo seletivo, por meio de provas objetivas de Português e de Matemática, constituídas de questões de múltiplas escolhas. O curso tem duração de 18 meses, com carga horária de 1200 horas, distribuída em quatro módulos, com cinco disciplinas cada.

O aluno deve ainda realizar o estágio curricular supervisionado com carga horária de 480 horas. O processo de ensino e de aprendizagem desenvolve-se mediante o AVA MOODLE, bem como por meio da realização de atividades presenciais nas dependências dos polos de apoio. Dentre os cursos oferecidos pela instituição, este foi o que obteve o maior número de alunos que colaram grau nas turmas que foram ofertadas nos anos de 2010, 2011 e 2012, totalizando 17 diplomados, significando que os alunos finalizaram os quatro módulos previstos, além do estágio curricular supervisionado.

Antes de começar a refletir especificamente sobre o estágio curricular, é pertinente destacar que na educação profissional a unidade entre teoria e prática deve estar presente no processo de ensino e de aprendizagem. Portanto, o estágio não é a única prática profissional que precisa acontecer nestes cursos; ele deve ser antecedido de outras práticas profissionais relacionadas a formação dos alunos, permeando as diferentes disciplinas, realizadas na própria escola ou em locais previamente combinados, para que eles tenham uma maior preparação quando da realização de um estágio em uma empresa.

Dessa forma, procurou-se verificar se essa unidade se fez presente na formação profissional dos alunos investigados. Observou-se no currículo do curso e nas falas do coordenador que a instituição proporciona aos alunos vários momentos em que estes têm a oportunidade de perceber o conteúdo teórico dentro de uma visão de aplicação prática, mas nem todas podem ser consideradas como práticas profissionais, a citar a avaliação final e a avaliação semipresencial, que são atividades de verificação da aprendizagem dos alunos. Mas, há a previsão também de diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como seminários, aulas práticas em laboratório, simulações, visitas técnicas e trabalhos de campo, estas sim consideradas práticas profissionais que possibilitam aos alunos enfrentarem o desafio da aprendizagem permanente.

Contudo, o resultado do questionário referente às práticas profissionais que foram desenvolvidas durante o curso, mostrou uma realidade diferente da prevista no currículo do curso analisado e na fala do coordenador. Poucos respondentes tiveram a oportunidade de participar das diferentes práticas profissionais previstas no currículo do curso. Percebeu-se ainda que alguns alunos não participaram de nenhuma prática, apenas daquela referente ao estágio curricular supervisionado. Diante da realidade de alguns alunos, a prática profissional referente ao estágio curricular teve muito mais o caráter de treino das habilidades profissionais do que de reflexão e de contextualização dos conhecimentos adquiridos no AVA.

Refletindo especificamente sobre a prática profissional referente ao estágio, percebeuse que a instituição possui uma organização própria para esta atividade, contudo pautada nas determinações previstas na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Antes de iniciar as atividades de estágio, é necessário que este seja formalizado no CEFET-MG, seguindo basicamente duas etapas. A primeira, referente ao Preenchimento da documentação de estágio do aluno e a segunda referente a Análise da Coordenação/Coordenação de estágio do curso. Essa formalização fundamenta-se no compromisso formal entre o estagiário, a instituição de ensino e a empresa, podendo entender, neste sentido que a instituição tem a intenção de revestir o estágio com características de ato educativo.

Porém, averiguou-se que para alguns alunos, este processo de formalização exigido pela instituição e reconhecido como necessário pela Lei do estágio, é muito burocrático, criando uma dificuldade para que empresas abram as suas portas para recebê-los. Para o estagiário, a base legal visa resguardar um conjunto de direitos sociais e garantias, e busca dar orientações para que empresa e escola façam do estágio um verdadeiro ato de aprendizado.

Contudo, essa dificuldade para encontrar estágio pontuado pelos alunos mostra uma realidade a ser refletida pela instituição, já que desde a abertura da primeira turma em 2010, apenas 11 alunos realizaram esta prática profissional, criando diferentes estratégias para atender as demandas das características dos alunos que por motivos diferentes escolhem fazer um curso a distância.

Para resolver essa situação, a equipe pedagógica pode planejar outras modalidades de estágio, tais como o Estágio Interno e Projetos de Interesse Social na área ambiental. O Estágio Interno diz respeito a uma prática profissional simulada que acontece na própria instituição de ensino e permite a apropriada representação das condições do exercício da profissão pretendida. O estágio na modalidade de Projetos, por sua vez, permite aos alunos cumprir a carga horária em ações de interesse social ou comunitário, tendo como exemplo a Educação Ambiental para alunos de instituições públicas.

Na instituição, o estágio é considerado como uma disciplina, organizada essencialmente em quatro etapas:

- 1) 1ª RAE: validação do estágio,
- 2) 2ª RAE: orientação da elaboração do Relatório Técnico,
- 3) Elaboração e entrega do Relatório Técnico Final,
- 4) Participação do Seminário de Conclusão.

Esse modelo de estágio adotado pela instituição, sem dúvida, constitui uma fonte de experiência para alunos e preparação para os desafios do mundo do trabalho. Primeiro porque a instituição observa as exigências legais e normativas para a condução desta prática profissional, resultando em um planejamento característico e bem definido para a realização das atividades. Planejamento esse que descreve o que vem a ser o estágio, seus objetivos e etapas e que pode ser facilmente acessado pelos alunos no *site* da instituição. Segundo, em virtude do resultado favorável do questionário realizado pelos alunos em relação à sua realização, como também ao pontuarem que ele deve ser obrigatório no curso analisado.

Apesar dessas duas pontuações, alguns aspectos são importantes para serem refletidos e aprimorados pela instituição. Percebeu-se que apesar de ser considerado como uma disciplina, o estágio não está contemplado dentro da matriz curricular do curso analisado. Além disso, essa prática profissional não tem previsão definida nos diferentes módulos para que ela seja realizada. O estágio deve ser um momento no qual os alunos têm a oportunidade de contextualizar e colocar o aprendizado, adquirido no AVA, em ação. O fato de não estar contemplado no currículo e poder ser realizado a qualquer tempo, faz com que o estágio seja

desarticulado com as demais disciplinas do curso, tornando essa prática um momento apenas para cumprir uma carga horária para obtenção do diploma técnico e não de unir a teoria à prática, destituindo essa prática profissional do sentido de práxis proposto por Vázquez (2011), que deve ser ao mesmo tempo consciente/atividade teórica e adequada a objetivos/atividade prática.

A impossibilidade da verificação de como esta disciplina realmente acontece no AVA e a fala de dois alunos ao dizerem que: "[...] o professor designado como orientador, sequer respondia minhas mensagens [...]" (R7) e "[...] dificuldade de manter contato para obter as devidas orientações por parte da supervisão de estágio" (R5) leva a pensar sobre a definição de encontros virtuais ou presenciais para a orientação. Esses encontros acontecem apenas nas etapas definidas no Regulamento de estágio curricular obrigatório dos cursos de educação a distância do CEFET-MG? Ou há mais encontros semanais? Ou o esclarecimento de dúvidas e/ou orientação dependem da autonomia dos alunos para entrar em contato com os professores responsáveis?

É importante salientar que o acompanhamento das atividades de estágio é de responsabilidade da instituição e não se reduz à mera apresentação periódica de relatório das atividades realizadas na empresa. O momento para acompanhamento do aluno visa verificar se ele realmente está realizando atividades profissionais relacionadas à sua formação, esclarecer dúvidas, compartilhar experiências, avaliar os relatórios, visando à qualificação do aluno durante o seu processo de formação e aprendizagem em situação real de trabalho. Daí a importância de um professor selecionado especialmente para essa função, o que não é uma realidade no curso analisado, que leva a compreender que o estágio é uma prática profissional de menos importância em relação as outras.

Em se tratando das limitações, um aspecto bastante significativo neste estudo foi a dificuldade de acesso aos dados referentes aos alunos que realizaram a disciplina de estágio. Além disso, foi necessário organizar os dados obtidos, já que eles não estavam atualizados e apresentavam divergências de informações, sendo necessário recorrer a outros profissionais da instituição, como a coordenadora pedagógica dos cursos e o coordenador de logística do NEaD para dar continuidade à pesquisa.

Outra limitação foi em relação à observação *online* do AVA, que não foi possível realizar, pois o sistema da instituição estava em processo de mudança do MOODLE de versão, o que impossibilitou a verificação de como a disciplina de estágio ocorre no ambiente

virtual. Com esse processo de transferência, também não foi possível analisar os Relatórios Técnicos Finais realizados pelos alunos, pois foram perdidos.

Como continuação desta pesquisa, sugere-se fazer um levantamento dos reais motivos pelos quais os alunos do curso técnico analisado tendem a finalizar apenas as disciplinas consideradas teóricas e não realizam o estágio curricular obrigatório, não recebendo assim o diploma técnico. As hipóteses, ao final desta pesquisa, referem-se à grande dificuldade dos alunos para encontrar uma empresa, à falta de interesse das empresas em arcar com o custo de prevenção a acidentes de trabalho para os alunos, à carga-horária muito extensa, à exigência para que a carga-horária seja cumprida sequencialmente numa mesma empresa e, por fim ao obstáculo de conciliar trabalho-estudo-estágio. Também seria importante investigar o motivo pelo qual os alunos possuem tão poucas oportunidades para realizarem outras práticas profissionais, além do estágio curricular, durante a realização do curso e, se esta realidade se refere apenas ao curso analisado ou se é uma realidade de cursos técnicos realizados na modalidade a distância pela Rede e-Tec.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7. 2011. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ARNOLD, Stela Beatris Tôrres. Planejamento em Educação a Distância. In: GIUSTA, Ângela da Silva; FRANCO, Iara Melo. **Educação a Distância**: Uma articulação entre a teoria e a prática. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003, p. 177-200.

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Orientação de estágio em Licenciatura.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 2016. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e do Profuncionário**. Versão Preliminar 1.2 de abril de 2016. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 22 mai. 2016. _. Ministério da Educação. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mai. 2006. Disponível em: http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm. Acesso em: 10 out. 2017. ___. Ministério da Educação. Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mai. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007- 2010/2007/decreto/d6303.htm>. Acesso em: 10 out. 2017. _. Ministério da Educação. Decreto nº 6.301, de 12 de dezembro de 2007. Institui o

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2012. Disponível em:

Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Diário Oficial da União, Brasília,

DF, 13 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-

2010/2007/Decreto/D6301.htm>. Acesso em: 21 jul. 2016.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm . Acesso em: 22 mai. 2016.
Ministério da Educação. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 26 mai. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm . Acesso em: 10 out. 2017.
BRASIL. Ministério da Educação. Guia MedioTec . 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/64871-guia-meiotec-2017-pdf/file . Acesso em: 25 jul. 2017.
BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Nova cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio : Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Brasília: MTE, SPPE, DPJ, CGPI, 2008. Disponível em: http://www.agiel.com.br/manuais/cartilha-mte-estagio.pdf . Acesso em: 25 set. 2017.
BRASIL. Ministério da Educação. Edital de seleção de projetos de cursos de educação Profissional técnica de nível médio, na modalidade de Educação a distância . 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital_ept_ead.pdf >. Acesso em: 22 jul. 2016.
BRASIL. Ministério da Educação. Edital SETEC nº 01 , de 02 de março de 2017. Apresentação de propostas para a oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos na forma concomitante, no âmbito do PRONATEC/MEDIOTEC – 2°/2017. Disponível em: <file: c:="" downloads="" edital%20setec%20n%c2%ba%2001%20-%20pronatec-mediotec%20-%2002%20mar%c3%87o%20de%202017%20(3).pdf="" l%c3%advia="" users="">. Acesso em: 25 set. 2017.</file:>
BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e supletivo e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 9 dez. 1977, p. 16870. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/lei6494.htm . Acesso em: 16 ago. 2016.
Ministério da Educação. Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 9 dez. 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6494.htm . Acesso em: 25 set. 2017.
Ministério da Educação. Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994. Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 24 mar. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/L8859.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.

. Ministerio da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as
diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil ,
Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em: 22 mai. 2016.
Ministério da Educação. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm . Acesso em: 25 mai. 2016.
Ministério da Educação. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da República do Brasil , Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-13415-2017.htm . Acesso em: 24 jul. 2017.
BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Ministerial nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf >. Acesso em: 25 set. 2017.
Ministério da Educação. Portaria nº 1.152, de 22 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a Rede e-Tec Brasil e sobre a oferta de cursos a distância por meio da Bolsa-Formação, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 23 jan. 2015. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=314236 . Acesso em: 07 jun. 2017.
\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Versão preliminar para debates na Audiência Pública Nacional. 2010. Disponível em:

http://sistec.mec.gov.br/publico/documentos/audiencia/versao_preliminar.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Versão preliminar para debates na Audiência Pública Nacional. 2010. Disponível em:

http://sistec.mec.gov.br/publico/documentos/audiencia/versao_preliminar.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 out. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002. Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jan. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10410.htm>. Acesso em: 06 jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 19 ago. 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Medida Provisória nº 1.952-24, de 26 de maio de 2000. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mai. 2000. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2000/medidaprovisoria-1952-24-26-maio-2000-377319-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 fev. 2004. Seção 1, p. 21. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. Resolução CNE/CEB n° 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de jul. 2008, Seção 1, p. 9. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10940-rceb003-08&Itemid=30192. Acesso em: 25 set. 2017.
______. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes
Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 set. 2012. Seção 1, p. 98. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 jul. 2016.

CATAPAN, Araci Hack; KASSICK, Clovis Nicanor; OTERO, Walter Ruben Iriondo. Currículo referência para o sistema e-Tec Brasil: uma construção coletiva. Florianópolis: **PCEADIS/CNPq**, 2011. Disponível em:

http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/cr/pretextos/introd.html>. Acesso em: 21 set. 2017.

CENSO EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016 = Censo EAD.BR: analytic report of distance learning in Brazil 2016 [livro eletrônico]/[organização] **ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância**; [traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: http://abed.org.br/censoead2016/Censo_EAD_2016_portugues.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Projeto de implantação de curso de educação profissional de nível médio no âmbito do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil** – E-tec Brasil. Belo Horizonte, MG: 2015.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Resolução CEPT-06/12**, de 30 de agosto de 2012. Aprova Normas para Dispensa, em caráter especial, de alunos da participação no Seminário de Conclusão de Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e autorização da colação de grau em data especial. Disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/wp-

content/uploads/sites/94/2017/03/RES_CEPT_06_12.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Resolução CEPT-07/12, de 30 de agosto de 2012. Aprova Normas para Dispensa da disciplina Estágio Curricular Obrigatório dos alunos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio que comprovarem mais de 5 (cinco) anos de experiência na área de formação. Disponível em: < http://www.estagio.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/94/2017/03/RES_CEPT_06_12.pdf>. Acesso em 29 nov. 2017.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS. **Regulamento de estágio curricular obrigatório dos cursos de educação à distância do CEFET-MG**. Belo Horizonte, MG: 2014.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Mapa da educação profissional e tecnológica:** experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília, DF: 2015.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 53, set. 2014. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/educar/article/viewFile/36555/23133. Acesso em: 26 set. 2016.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: DESLANDES, Suely Ferreira et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 31-60.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Perspectivas Estruturais do Mercado de Trabalho na Industria Brasileira** – 2020. Rio de Janeiro, RJ: 2012. Disponível em:

http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/pesquisa_perspectivas_estruturais_do _mercado_de_trabalho_na_industria_bras.pdf>. Acesso em: 03 out. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 25-41.

GIUSTA, Agnela da Silva; FRANCO, Iara Melo (org.). Educação a Distância: uma articulação entre a teoria e a prática. Belo Horizonte: PUC Minas: **PUC Minas Virtual**, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 9-29.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

MORAN, José. **O que é Educação a Distância**. 2002. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2017.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: Indagações sobre currículo: Currículo, conhecimento e cultura. Brasília: **Ministério da Educação**, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 17-48.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EAD no mundo. In: LITTO, Fredric Michaek; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. **Educação a distância:** o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014, p. 2-8.

PEREIRA, Alice Theresinha Cybis; SCHMITT, Valdenise; DIAS, Maria Regina Álvares C. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. In: PEREIRA, Alice T. Cybis (org). **Ambientes**

Virtuais de Aprendizagem: Em Diferentes Contextos. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2007, p. 2-22.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis Pedagógica**, Goiás, v. 3, n. 3 e 4. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/L%C3%ADvia/Downloads/10542-40790-1-PB.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

RAMOS, Marise. Ensino médio: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 42-57.

REZENDE, Joffre Marcondes de. **Estádio e estágio**. 2000. Disponível em: < https://www.revistas.ufg.br/iptsp/article/viewFile/16360/9978>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? In: SACRISTÁN, J. Gimeno; PÉREZ GOMES, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 119-148.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: LDB, trajetória, limites e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 1997.

·	O	choque	teórico	da	politecnia.	2003.	Disponível	em
<http: td="" ww<=""><th>w.scie</th><th>elo.br/scielo.</th><th>php?script=</th><td>sci_art</td><th>text&pid=S198</th><td>1-</td><td></td><td></td></http:>	w.scie	elo.br/scielo.	php?script=	sci_art	text&pid=S198	1-		
774620030	00100	0010&lng=e	n&nrm=iso	&tlng=	pt>. Ācesso em	: 28 jun. 2	017.	

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SIMÕES, Carlos Artexes. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 96-119.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro utilizado na entrevista parcialmente estruturada

- 1) Qual é a sua formação acadêmica?
- 2) Qual a importância do estágio curricular para a formação profissional dos alunos que realizam um curso técnico a distância?
- 3) Em que momento do curso acontece o estágio curricular?
- 4) Durante a realização do estágio, você acha que os alunos conseguem articular a teoria com a prática?
- 5) Como acontece a orientação do estágio curricular?
- 6) Como acontece a avaliação do estágio curricular?
- 7) Durante a orientação e avaliação, você enfrenta alguma dificuldade?
- 8) As atividades realizadas no trabalho, quando há existência de vínculo empregatício, podem também ser reconhecidas para efeito de contagem da carga-horária de estágio obrigatório. Como é feito a orientação e a avaliação do estágio neste caso?
- 9) Quantos alunos estão em período de estágio?
- 10) Um aspecto que deve ser destacado para o planejamento curricular na educação profissional é o da prática profissional. E essa prática não se restringe ao estágio curricular. Quais são as outras atividades práticas realizadas pelos alunos?

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação

APÊNDICE B - Questionário

Este questionário é um instrumento de coleta de informações para a realização de um estudo sobre o estágio curricular supervisionado no curso técnico de nível médio em meio ambiente na modalidade a distância do CEFET-MG. Sua participação é muito importante para o desenvolvimento deste estudo. Não haverá divulgação de dados individuais desta pesquisa. Desde já agradeço sua colaboração. Lívia. *Obrigatório Endereço de e-mail * Seu e-mail

As informações de identificação solicitadas aqui serão utilizadas apenas pela pesquisadora para fins de organização dos dados. Nome * Sua resposta Gênero * Feminino. Masculino. Prefiro não dizer. Idade * 16 a 19 anos. 20 a 29 anos. 30 a 39 anos. Mais de 40 anos.

	Ocupação atual *
	Estudante.
	C Estagiário.
	Assalariado.
	Outro:
	Cidade onde mora *
	Sua resposta
	O significado do estágio
	Responda as questões a seguir de acordo com a sua percepção sobre o estágio.
	Você considera que o estágio deve ser obrigatório no currículo do curso técnico em Meio Ambiente realizado na modalidade a
	distância? *
	○ Sim.
	○ Não.
ı	
	Você considera que a carga horária destinada ao estágio do curso técnico em Meio Ambiente na modalidade a distância é *
	O Adequada.
	C Extensa.
	O Insuficiente.
	Qual a importância do estágio curricular para a sua formação? (Você pode marcar mais de uma opção) *
	Aquisição de competências gerais do técnico em Meio Ambiente.
	Desenvolvimento de habilidades comportamentais e pessoais: responsabilidade, disciplina, trabalho em equipe.
	Conhecimento sobre a profissão pretendida.

Interc	âmbio de experiência com profissionais da área.
Facilit	tar a minha transição do espaço escolar para o mundo do trabalho.
Mome	ento ímpar de confronto entre teoria e prática.
Outro	:
	frentou alguma dificuldade durante a realização do curricular? *
Sim.	
Não.	
Descrev	a a dificuldade, caso tenha enfrentado.
Sua respo	sta
	forma o CEFET-MG acompanhou o desenvolvimento do igio? (Você pode marcar mais de uma opção). *
	neio da avaliação e da adequação das instalações da empresa onde o ou realizei o estágio.
_	neio da indicação de um professor orientador, como responsável pelo panhamento e avaliação das minhas atividades de estágio.
Porm	neio da apresentação periódica de relatório das atividades.
_	FET-MG não acompanhou ou tem acompanhado o que acontece no estágio.
Outro	:
	forma a empresa acompanhou o desenvolvimento do agio? (Você pode marcar mais de uma opção). *
_	neio da indicação de um supervisor, como responsável pela cação e supervisão das minhas atividades de estágio.
Porm	neio da apresentação periódica de relatório das atividades.
A emp	presa não indicou um supervisor para acompanhar a realização do io.

◯ Sim.					
○ Não.					
○ Em parte.					
No curso técnico em Meio Ambiente, o estágio curricular estava previsto em que momento? *					
Ao longo do curso.					
Após a realização das disciplinas do curso.					
A qualquer momento do curso.					
Você conseguiu relacionar questões teóricas abordadas nas aulas com aspectos práticos na empresa onde você realizou o estágio? *					
○ Sim.					
○ Não.					
○ Em parte.					
A prática profissional não se restringe ao estágio curricular. Quais outras atividades práticas você realizou no curso? (Você pode marcar mais de uma questão). *					
Atividades realizadas em laboratórios técnicos nos polos de apoio presencial.					
Oficinas realizadas nos polos de apoio presencial.					
Simulações realizadas nos polos de apoio presencial.					
Participação de visitas técnicas proporcionadas pela instituição.					
Participação de seminários proporcionados pela instituição.					
Participação de trabalhos de campo.					
Realização de avaliações nos polos de apoio presencial.					
Outras atividades presenciais ou semipresenciais.					
Não realizei outras atividades práticas, além do estágio curricular.					
Envie-me uma cópia das minhas respostas.					
Não sou um robô reCAPTCHA Privacidade - Termos					
ENVIAR Nunca envie senhas pelo Formulários Google.					

Fonte: Elaborado pela autora da dissertação

ANEXOS

ANEXO A - Acordo de cooperação para concessão de estágio supervisionado





CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

I - DADOS DA CONCEDENTE							
Nome:				CNPJ:			
Endereço:							Nº:
	Cidade:			Estado:		CEP:	
Telefone(s):			E-mail:				
Nome do Responsável pela Empresa/Instituição:		CPF:			Identic	dade:	
Pessoas Autorizadas a Assinar o Termo de Compromisso de Estágio pela Empresa/Institui	ção:	CPF:			Identic	dade:	

ACORDO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO que entre si celebram a instituição/ empresa qualificada no Quadro I acima — Dados da CONCEDENTE, doravante nomeada CONCEDENTE, e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais — CEFET-MG, com sede na Avenida Amazonas, 5.253 — Bairro Nova Suíça, Belo Horizonte/MG, CNPJ n° 17.220.293/0001-96, representado por seu Diretor-Geral, Professor Flávio Antônio dos Santos, ou por seu preposto, doravante denominado CONVENENTE, em conformidade com a Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, mediante as cláusulas seguintes e demais legislação pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONCEDENTE disponibilizará estágio supervisionado curricular a estudantes regularmente matriculados nos Cursos do CEFET-MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – O estágio supervisionado curricular aqui tratado deverá proporcionar ao estagiário complementação profissional, social e cultural, sempre em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares devidamente acompanhados pela Supervisão da Instituição de Ensino CONVENENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – Os estagiários serão escolhidos a partir de critérios estabelecidos pela CONCEDENTE, tendo em vista as qualificações necessárias ao desempenho das tarefas a eles destinadas.

CLÁUSULA QUARTA – A CONCEDENTE solicitará estagiários ao CEFET-MG quando for de sua conveniência, podendo, a seu critério, submetê-los a testes de seleção.

CLÁUSULA QUINTA – Os estagiários não terão qualquer vínculo empregatício com a CONCEDENTE, conforme determina o Artigo 3° da Lei 11.788/2008.

CLÁUSULA SEXTA – A CONCEDENTE assume a obrigação de fazer, em favor dos estagiários, seguro de acidentes pessoais que tenham como causa direta o desempenho das atividades decorrentes do estágio, cuja apólice deva resguardar valores compatíveis com os de mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – A duração do estágio será estabelecida pela CONCEDENTE, não podendo ser superior a 12 (doze) meses, renovável até o limite de 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA OITAVA – A jornada de trabalho dos estagiários será estabelecida pela CONCEDENTE, sem prejuízo das atividades escolares e não ultrapassando 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA NONA – Será celebrado o Termo de Compromisso de Estágio entre os estudantes e a CONCEDENTE, com interveniência do CEFET-MG, no qual conste a carga horária semanal, o período do estágio e a indicação do supervisor do estagiário na empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA – A CONCEDENTE deverá pagar diretamente ao estagiário, em se tratando de estágio não obrigatório, bolsa mensal em valor a ser estipulado com base no total de horas de estágio cumpridas no mês. A bolsa não caracteriza natureza salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente acordo de cooperação vigorará por 5 (cinco) anos a partir de sua assinatura, podendo ser rescindido desde que qualquer das partes notifique a outra com antecedência mínima de trinta dias e também podendo ser aditivado por manifestação expressa das partes.

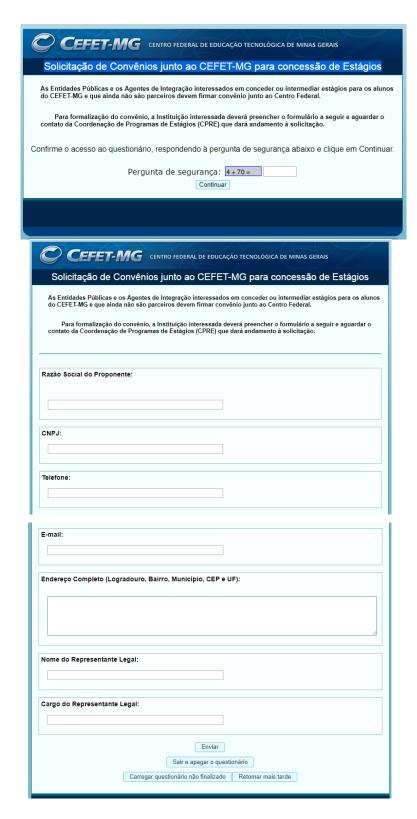
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes da execução deste Acordo de Cooperação, as partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção de Minas Gerais, sediada em Belo Horizonte – MG, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, a teor do Art. 109, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

E, por estarem de pleno acordo, o presente instrumento será assinado pelas partes, em duas vias de igual teor, para que se produza todos os efeitos legais.

	Local	Data
CONCEDENTE (Assinatura/Carimbo)		Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-MG
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA
CPF DA TESTEMUNHA:		CPF DA TESTEMUNHA:

Fonte: Acordo de Cooperação elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

ANEXO B - Solicitação de convênio junto ao CEFET-MG para concessão de estágios



Fonte: Solicitação de Convênio elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ANEXO C - Programa de estágio supervisionado



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS PROGRAMA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CEPET-IVIG							
		I - DADOS D	O ESTAGIÁRIO				
Nome:					Matrícula:		
Curso:				Ano de Entrada:	Turno:		Data de Nascimento:
Endereço:					Nº:		Complemento:
Bairro:		Cidade:			Estado:	CEP:	
Telefone Fixo :		Celular:	•	E-mail:		1	
		II - DADOS DA	A CONCEDENT	E			
Nome:					CNPJ:		
Endereço:							Nº:
Bairro:			Cidade:		Estado:	CEP:	
Telefone(s):			,	E-mail:		•	
Nome do Diretor/Presidente:			Nome do Responsá	vel pelo RH:			
III	- DADC	S REFERENTES AC	ESTÁGIO SU	PERVISIONAD	00		
Início: Térmir	o Previsto:		Nº de Horas Diárias	3:	Nº de Hora	s Semana	is:
Setor onde o Estagiário exercerá as atividades:	Telefone	do Setor/Ramal:	Nome do Supervis	or de Estágio:			
Formação Acadêmica do Supervisor de Estágio:	Registro	o do Supervisor:	Cargo do Supervis	or de Estágio:			
IV –	PLANO	DE ATIVIDADES	PREENCHIDO PELO SUPERV	ISOR DE ESTÁGIO DA CONC	CEDENTE)		
Objetivo do Estágio:							
Atividades Propostas para o Estagiário:							
Pré-requisitos:							
Assinatura do A		Data		Assinatura do Super	visor de Estágio e C	arimbo da	Concedente
(Se o estagiário for menor de	18 anos ou	incapaz)					
		ANÁLISE DA COO	RDENAÇÃO D	O CURSO			
Aprovo o presente Programa de Estágio Supervisio Data:	onado			gio Supervis	sionado Nã	io Obr	igatório
Prof° Orientador de Estágio:							

Fonte: Programa de Estágio Supervisionado elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

ANEXO D - Termo de compromisso de estágio supervisionado

I - CONCEDENTE



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CNPJ:

Bairro:	Cidade:		
	Gluade.	Estado:	CEP:
Nome do Representante Legal:	Nome do Supervisor de Estágio:		I
	II - ESTAGIARIO		
Nome:	CPF:		
Endereço:			Nº:
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Curso:	Data de Nascimento:	Matrícula:	
	III – INTERVENIENTE	-	
Nome: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓG	GICA DE MINAS GERAIS		CNPJ: 17.220.203/0001-96
Endereço: Avenida Amazonas			[№] : 5.253
Bairro:	Cidade:		
Nova Suíça Nome do Representante Legal:	Belo Horizonte	MG	30421-169

IV - DADOS REFERENTES AO ESTAGIO SUPERVISIONADO						
Data de Início:	Término Previsto:		Nº de Horas Diárias:		Nº de Horas Semanais:	
Valor da Bolsa de Complementação Educacional:	Auxílio Transporte?	Nº Apólice de Seguro:		Nome da Segurador	a:	
	Sim					

Por meio do presente instrumento, as partes acima qualificadas, a seguir denominadas, respectivamente, CONCEDENTE, ESTAGIÁRIO e INTERVENIENTE, resolvem celebrar este Termo de Compromisso de Estágio Supervisionado, com fundamento na Lei nº 11.788/2008 e na Lei nº 9.394/96, nas Resoluções e Normas Internas do CEFET-MG, e de acordo com as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Estágio tem como objetivo proporcionar ao ESTAGIÁRIO a oportunidade de aprimorar e colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos na instituição de ensino INTERVENIENTE, na sua área de formação acadêmica, proporcionandolhe formação técnico-científica, social e profissional, não gerando vínculo empregatício entre as partes, nos termos da Lei nº 11.788/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

As atividades desenvolvidas pelo ESTAGIÁRIO estão previstas no Plano de Estágio em anexo, devendo constar os dados completos do supervisor de estágio designado pela CONCEDENTE, o número de seu registro profissional e sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- I Compete à CONCEDENTE:
- 1. Conceder ao ESTAGIÁRIO indicado, estágio em suas dependências, visando complementar e consolidar, na prática, os conhecimentos ministrados pela instituição de ensino INTERVENIENTE.
- Designar um Supervisor para acompanhar, auxiliar e orientar ao ESTAGIÁRIO no desempenho de suas atividades.
- Supervisionar as atividades desenvolvidas, bem como expedir atestado mensal de frequência e avaliação de desempenho do ESTAGIÁRIO.
- Facilitar as atividades do Coordenador de Estágio no âmbito da instituição de ensino INTERVENIENTE, para que o mesmo,
- juntamente com o Supervisor do Estágio, possa auxiliar o ESTAGIÁRIO em eventuais problemas durante o estágio. Comunicar à instituição de ensino INTERVENIENTE qualquer irregularidade cometida pelo ESTAGIÁRIO durante o período de estágio.
- 6. Conceder ao ESTAGIÁRIO, mensalmente, Bolsa de Complementação Educacional, no valor indicado no quadro IV deste instrumento - Dados Referentes ao Estágio Supervisionado.
- Contratar, às suas expensas, Seguro de Acidentes Pessoais para o ESTAGIÁRIO, no período do estágio, de cujas coberturas declara o ESTAGIÁRIO ter pleno conhecimento, conforme indicado no quadro IV deste instrumento-Dados Referentes ao Estágio Supervisionado.
- 8. Conceder ao ESTAGIÁRIO que desenvolva estágio, com duração igual ou superior a um ano, recesso remunerado de trinta dias ou proporcional nos casos de estágio inferior a um ano, preferencialmente durante suas férias escolares.

- 9. Enviar para a INTERVENIENTE, o relatório de atividades em prazo não superior a seis meses, com vista obrigatória do ESTAGIÁRIO, bem como a avaliação final do estágio.
 - 10. Liberar o Estagiário, quando necessário, para cumprir atividades acadêmicas na INTERVENIENTE.
- 11. Por ocasião do desligamento do ESTAGIÁRIO, entregar termo rescisão/encerramento do estágio acompanhado de relatório resumido das atividades desenvolvidas no período e da avaliação de desempenho.
 - 12. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar a realização das atividades de estágio.
 - 13. Observar a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

II - Compete ao ESTAGIÁRIO:

- 1. Adquirir conhecimentos práticos através das atividades que lhe forem confiadas.
- Conhecer e cumprir as normas internas da CONCEDENTE, especialmente aquelas relativas à orientação geral do estágio, bem como observar a programação do estágio, elaborada de acordo com currículos e calendários escolares.
- 3. Responder por perdas e danos decorrentes de inobservância de normas internas da CONCEDENTE ou das constantes no presente Termo de Compromisso de Estágio Supervisionado.
- 4. Cumprir com pontualidade e assiduidade sua jornada diária.
- 5. Comunicar suas ausências em decorrência de atividades escolares ou por motivo de saúde. A realização de exames escolares, devidamente comprovada pela INTERVENIENTE, será considerada motivo justo para a falta do ESTAGIÁRIO.
- 6. Comunicar às partes alterações nas atividades e condições no Plano de Estágios ou outras que repercutam no objetivo do estágio;
- Informar à CONCEDENTE o trancamento de matrícula, abandono do curso, ou outro motivo que implique a paralisação das atividades de estágio. Manter sigilo sobre informações, dados ou trabalhos que lhe forem confiados, ou qualquer outro, reservados desta CONCEDENTE.
- 8. Participar de todo o processo de acompanhamento de estágio organizado pela instituição de ensino INTERVENIENTE.
- 9. Apresentar documentos idôneos, autênticos e legítimos e, em caso de falsificação e/ou informações inverídicas, o estagiário ficará sujeito às penalidades previstas na legislação vigente no País.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

- I O estágio terá a duração, a vigência, a jornada diária de horas e a carga total de horas semanais indicadas nos respectivos campos do quadro IV deste instrumento Dados Referentes ao Estágio Supervisionado.
- II O estágio poderá ser prorrogado por um período máximo de 12 (doze) meses, desde que o novo período que se está prorrogando, acrescido ao período já cumprido pelo ESTAGIÁRIO, não ultrapasse ao prazo máximo regulamentar de 24 (vinte e quatro) meses.
- III O estágio poderá ser rescindido a qualquer tempo pelas partes contratantes por qualquer das seguintes razões:
 - Não cumprimento do convencionado nas Cláusulas do Termo de Compromisso de Estágio;
 - Trancamento de matrícula, conclusão ou abandono do curso;
 - Inadequação das atividades desenvolvidas;
 - Ausência do ESTAGIÁRIO em seu local de estágio por período igual ou superior a 8 (oito) dias, sem justificativa;
 - · Cometimento de falta disciplinar;
 - Desobediência aos deveres previstos neste instrumento, ou desempenho insatisfatório das atividades que lhe forem confiadas:
 - Interesses administrativos da CONCEDENTE;
 - Interesses particulares do ESTAGIÁRIO.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes da execução deste Termo de Compromisso, as partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção de Minas Gerais, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, a teor do Art. 109, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

Assim, devidamente compromissadas e acompan vias de igual teor e forma para um só efeito.	hadas pela INTERVENIENTE, as	partes assinam o presente documento em três
	Local	Data
 Estagiário		Concedente (Assinatura/Carimbo)
Representante Legal (Se o estagiário for menorou incapaz)		Coordenação de Programas de Estágio CEFET-MG

ANEXO E - 1ª avaliação do estagiário realizada pela empresa

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

CEFET-MG	A SER PREENCHID	A NA SEMANA QUE ANTE	CEDE A 1ªR.A.E			
	1-	DADOS				
Empresa:						
Estagiário:			Curso:			
Data de Início do Contrato de Estágio:	Período Avaliado:	Setor do Estagiário:				
	а					
Nome do Supervisor de Estágio:		Telefone do Supervisor de Estág	gio:			
		AVALIACA 2				
I = Insatisfatório	R = Regular	AVALIAÇAO B = Bom		0 =	Ótimo	
1 - moduloratorio	rt = rtogalai	B = B0iii	1	│ R	В	0
Quanto ao e	envolvimento e responsab	ilidade com as ativi	dades profiss			
1. Disposição em pesquisar	os assuntos que não domi	na				
2. Iniciativa						
3. Interesse pelos assuntos						
4. Interesse pelos assuntos	relativos ao conteúdo técni	со				
5. Organização						
6. Pontualidade	- matrial and all matrix					
7. Qualidade dos relatórios						
8. Zelo pelo ambiente de tra		namento interpessoa	 nl			
Relacionamento com os		onto into peosoc	<u></u>	1		
Relacionamento com o si						
		ação profissional	l .			
1. Conhecimentos gerais						
2. Conhecimentos técnicos						-
3. Facilidade em assimilar r						
		ção Geral	1	1		
1. Resultados apresentados				-		
2. Desempenho geral no es	tagio					
	III - C	OMENTARIOS				
Γ						
	Local		Data	_		
	CONCER	SENTE				
	CONCED (Assinatura/					

Fonte: 1ª Avaliação do estagiário realizada pela empresa elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

	A	NEXO F - 1ª avalia	ção do es	tágio realizada	pelo aluno				
		NTRO FEDERAL DE 1ª AVA HER NA VÉSPERA DA 1ª R.	LIAÇÃO D	O ESTÁGIO PEL	O ALUNO				
CEFET-MG	PREENCE	IER NA VESPERA DA 1º R.	I - DAD		OR ORIENTAD		DA REU	NIAO	
Estagiário:			Curso:	, 	Matrícula	ı:			
Data de Início:		Período Avaliado:	Euro	ão do Estagiário:					
Data de IIIIcio.		a a	Funç	ao do Estagrano.					
Empresa:									
Nome do Supervisor de Es	stágio:		Tele	fone do Supervisor de Estágio	0:				
			II - AUTO A	VALIAÇÃO					
I = Insatis	fatório	R = Regular		B = Bom		O =	Ótimo		
			·		ı	R	В		
Responsabilidad	de								
Iniciativa									
Capacidade de	assimilação	de novos conhecimen	ntos						
Capacidade de	assimilação	de instruções de traba	alho						
Relacionamento	pessoal na	empresa							
Qualidade dos t	rabalhos ex	ecutados							
Interesse pelas	atividades e	executadas no estágio							
Desempenho G	eral no está	gio							
		III DDINI	CIDAIS AT	IVIDADES DESE	NIVOLVIDA	•			
			IV - QUES						
Liste as princip	oais oportun	idades de aprendizage	em tecnica	identificadas por v	voce.				
Liste as tarefas	s em que vo	ocê encontrou maiores	dificuldade	es, citando os mot	ivos.				
Comente sobre	e a supervis	ão técnica que você te	em recebido	o na empresa.					

A empresa tem um programa de estágio a ser cumprido? Em caso positivo, descreva o programa proposto e os instrumentos de controle e avaliação utilizados pela empresa para acompanhar o estagiário.	
Descreva as condições de estágio oferecidas pela empresa (segurança no trabalho, equipamentos e tecnologia, cursos e orientações dadas aos estagiários, apoio financeiro etc).	
Como é trabalhada a questão do relacionamento interpessoal e da adaptação do estagiário na empresa, pela alta direção e chefias imediatas?	l
Como você avalia sua formação em termos de conhecimentos gerais em função das competências que lhe foram atribuídas? Justifique sua resposta.	
E em termos de conhecimentos técnicos? Justifique a sua resposta.	
	_ _
Local Data	
ESTAGIÁRIO (Assinatura)	
	J

Fonte: 1ª Avaliação do estágio realizada pelo aluno elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

ANEXO G – Comprovante de participação na 1ª RAE

CEFET-MG	

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS 1º REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO - 1º RAE

1ª VIA – COORDENAÇÃO DE PROG	RAMAS DE ESTAGIO / CRCA	A DA UNIDADE
Aluno:		Curso:
Professor Orientador:		Data da RAE:
Atesto que o aluno participou da 1ª Reunião Avaliação do Estágio pela Empresa devidamente as		
	sor Orientador imbo/SIAPE)	
1ª RFUNTÃO DE AVAIT	ACÃO DE ESTÁGIO - 1ª I	RAF

1ª REUNI	1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO - 1ª RAE						
	2ª VIA - ALUNO						
Aluno:		Curso:					
Professor Orientador:		Data da RAE:					
Atesto que o aluno entregou o - 1ª RAE - nesta Coordenação.	comprovante de participação na 1ª Reuni	ão de Avaliação de Estágio					
_	CPRE / CRCA						

Fonte: Comprovante de Participação na 1ª RAE elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

	ANEXO H - 2ª avaliaçã	o do estagiário pela emp	resa			
C	ENTRO FEDERAL DE EDI	UCAÇÃO TECNOLÓGIC	A DE MI	INAS G	ERAIS	
	2ª AVALIAÇÃO I	DO ESTAGIÁRIO PELA	EMPRE:	SA		
CEFET-MG		chida no dia anterior à 2ª	RAE			
	I -	- DADOS				
Empresa:						
Estagiário:		Curso:				
Data de Início:	Período Avaliado: a	Setor do Estagiário:				
Nome do Supervisor de Estágio:		Telefone do Supervisor de Estágio:				
		AVALIAÇÃO				
I = Insatisfatório	R = Regular	B = Bom	1	Ω=	Ótimo	
1 = moduloratorio	r - Rogalai	<i>B</i> = <i>B</i> 0111	+ -	□ R	В	0
Quanto a	ao envolvimento e respon	sabilidade com as ativi	dades r		_	
	sar os assuntos que não domi					
2. Iniciativa	•					
3. Interesse pelos assunt	tos relativos à empresa					
·	tos relativos ao conteúdo técn	ico				
5. Organização						
6. Pontualidade						
7. Qualidade dos relatórios emitidos durante o trabalho						
8. Zelo pelo ambiente de trabalho						
	Quanto ao relaci	onamento interpessoal		-		
1. Relacionamento com os colegas						
2. Relacionamento com o supervisor						
	Quanto à for	mação profissional				
1. Conhecimentos gerais						
2. Conhecimentos técnico	os					
3. Facilidade em assimila	ar novos conhecimentos					
	Avalia	ação Geral				
1. Resultados apresentados	dos					
2. Desempenho geral no	estágio			1		

2. Desempenno gerai no estagio		
III. COMENTADIOS		
III - COMENTARIOS		
Local Data	_	
CONCEDENTE		
CONCEDENTE (Assinatura/Carimbo)		

Fonte: 2ª Avaliação do estagiário pela empresa elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

ANEXO I - Comprovante de participação na 2ª RAE

1ª VIA - COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO / CRCA DA UNIDADE

CEFET-MG

ŒNTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS 2ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO -2ª RAE

Aliuno:		Curso:
Professor Orientador:		Data da RAE:
	u da 2ª Reunião de Avaliação de Estágio – a devidamente assinada e carimbada, estando	
	Professor Orientador (Carimbo/SIAPE)	
2ª REUI	NIÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO - 2ª I	RAE
	2ª VIA - ALUNO	
Aluno:		Curso:
Professor Orientador:		Data da RAE:
Atesto que o aluno entregou – 2ª RAE – nesta Coordenação d		ião de Avaliação de Estágio
	CPRE / CRCA	

Fonte: Comprovante de Participação na 2ª RAE elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

ANEXO J - Avaliação da pesquisa técnica pela empresa

	ENTRO FEDERAL DE ED AVALIAÇÃO DA P	PESQUISA TÉCNICA PEL				
CEFET-MG		I - DADOS				
mpresa:						
stagiário:		Curso	:			
ema:						
ена.						
ome do Supervisor de Estágio:		Telefone do Supervisor de Estágio:				
I = Insatisfatório	R = Regular	- AVALIAÇÃO B = Bom		<u> </u>	Ótimo	
1 = 111581151810110	R = Regular	D = BOIII		R	B	0
Qualidade do conteúdo o	da nesquisa		-	- 1		
Relevância do tema esco						
Envolvimento do aluno c						
Adequação das fontes d	e pesquisa para compreens	ão do tema				
Observação às normas t	-	•				
Consistencia das conclu	sões e análises feitas pelo a	iluno				
	III -	COMENTARIOS				
	Local	Data		_		
_	CONCE		_			

Fonte: Avaliação da pesquisa técnica pela empresa elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

ANEXO K - Comprovante de aprovação de relatório técnico

CEFET-MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS COMPROVANTE DE APROVAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO

1ª VIA - COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTAGIO	O/CRCA DA UNIDADE
Alluno:	Curso:
Professor Orientador:	Data:
Atesto que o aluno entregou o Relatório Técnico até a data pronecessários para a avaliação, estando aprovado na disciplina de Estágio	
(Carimbo/SIAPE)	
COMPROVANTE DE APROVAÇÃO DE RELATO	RIO TÉCNICO
2ª VIA - ALUNO	
L.,	

COMPROVANTE DE APROVAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO				
2ª VIA - ALUNO				
Alluno:	Curso:			
Professor Orientador:	Data:			
Atesto que o aluno entregou o Relatório Técnico até a data prevista necessários para a avaliação, estando aprovado na disciplina de Estágio Ob				

Fonte: Comprovante de aprovação de relatório técnico elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

ANEXO L – Termo de abertura de processo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS Diretoria de Planejamento e Gestão

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Processo nº:	Data de abertura:			
Interessa	ado/Setor			
Resumo	lo assunto			
DECLIEDIMENTO DE DICDENCA DE D	ARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO DA EPT			
REQUERIMENTO DE DISPENSA DE PA	ARTICIPAÇÃO NO SEMINARIO DA EPT			
Dec	4im a			
Destino				
COORDENAÇÃO DE PR	OGRAMAS DE ESTÁGIO			
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO (CPRE)				
	,			
Responsável pelo processo				
Assinatura:	Telefone/Ramal:			

Fonte: Termo de abertura elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

ANEXO M - Requerimento do aluno



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

REQUERIMENTO DO ALUNO - SOLICITAÇÃO ÚNICA Nome: Telefones: Residencial e Celular: E-mail: Nº Casa: Nº Apto: Av. ou Rua: UF: Bairro: CEP: Cidade: Curso: Série: Turma: Venho requerer à Coordenação DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO, segundo as Normas Acadêmicas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) a seguinte solicitação: () Segunda Chamada de Prova Ministrada () Revisão de Prova e Nota () Matrícula em Dependência () Dispensa de Disciplina () Matrícula Fora do Prazo () Adaptação e Aproveitamento de Estudos () Transferência de Turno () Transferência Escolar () Dispensa do Estágio Curricular Obrigatório () Trancamento de Matrícula (X) Dispensa do Seminário de Conclusão dos Cursos Técnicos da EPT – SECLEPT () Colação de Grau em Regime Especial () Outro, especificar: _ Justificativa de acordo com a solicitação requerida e assinalada acima. Nestes termos, pede deferimento e tramitação do requerimento a partir da Coordenação requerida. de 20___ de

Fonte: Requerimento do aluno elaborado pela CPRE e disponível em: http://www.estagio.cefetmg.br/. Acesso em: 21 nov. 2017

Assinatura do Servidor do Protocolo

Assinatura do Aluno ou Responsável

ANEXO P - Memorial reflexivo das atividades profissionais

O Memorial constitui um texto com características pessoais, sem definição de uma determinada linha em sua construção. Deve constar um breve histórico do itinerário profissional do aluno, não maior do que duas páginas. Visa descrever, analisar e refletir sobre sua trajetória acadêmico-profissional e intelectual, avaliando cada etapa de sua experiência. Recomenda-se que o memorial inclua em sua estrutura seções que destaquem as informações mais significativas, como a formação, as atividades técnico-científicas, as atividades de planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação, a produção científica, entre outras. O texto deve ser redigido na primeira pessoa do singular, o que permitirá ao candidato enfatizar o mérito de suas realizações. Podem ser incluídas experiências em outras empresas e instituições, ou mesmo conhecimentos adquiridos em cursos específicos ministrados pela empresa que tenham contribuído para enriquecimento da experiência profissional. Esta elaboração é de total liberdade do autor, mas devem ser adotadas algumas medidas para que o texto ganhe em qualidade e, principalmente, desperte o interesse do avaliador.

SUGESTÃO DE ESTRUTURA DO MEMORIAL

1. Folha de rosto

- a) Nome do candidato.
- b) Título (Memorial Reflexivo).
- c) Local.
- d) Ano.

2. Formação, aperfeiçoamento e atualização

Na descrição, mencionar:

- a) Atividades relevantes desempenhadas no trabalho cotidiano;
- b) Cursos específicos ligados à formação para o trabalho;
- c) Monitoria, assessoria e consultoria a projetos e/ou processos;
- d) Participação em eventos profissionais (Feiras das profissões, Palestras Técnicas, Salão de exposição de produtos etc.); Devem-se inserir registros sobre como decorrem os cursos de formação, de aperfeiçoamento e de atualização, assim como o resultado final e também os reflexos na carreira profissional.

3. Atividades profissionais de cunho administrativo

No texto, fazer menção à:

- a) Descrição das atividades de planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação de processos, produtos e serviços de pesquisa, de manutenção (interna e externa ao local de trabalho);
- b) Participação em comissões, coordenações, supervisões de trabalhos e/ou projetos;
- c) Participação em grupos de trabalhos, entre outros;
- d) Emissão de pareceres técnicos no setor orçamentário e de manutenção e similares.

4. Conclusão e Sugestões

Desenvolver um texto sucinto com reflexões sobre a experiência profissional adquirida e correlacionando-a aos conhecimentos adquiridos na escola e na empresa.

Apresentar sugestões para aperfeiçoamento do curso técnico de sua formação, levando em conta a evolução tecnológica e a preparação dos futuros alunos para o mundo do trabalho.

5. Critérios a serem observados na avaliação da defesa do Memorial reflexivo (Sugestão)

- a) Objetividade na exposição;
- b) Motivação dos avaliadores/plateia;
- c) Domínio do conteúdo;
- d) Postura física e oral:
- e) Relacionamento da teoria com a experiência;
- f) Consistência dos dados e informações técnicas;
- g) Contribuição da experiência para atualização das matrizes curriculares;
- h) Demonstração prática de um caso típico ocorrido.
- i) Amadurecimento profissional;
- j) Uso de recursos de multimídia.

Fonte: Estrutura de Memorial Reflexivo sugerido na Resolução CEPT-07/12, de 30 de agosto de 2012. Acesso em: 21 nov. 2017

ANEXO O - Contagem de tempo de experiência profissional

Vigência (ano)	Tipo de atuação (função)	Dias computados no período de exercício	Comprovações na carteira profissional (indicação das fls.)	Observações pertinentes
Até	Técnico em			
	Auxiliar técnico em			
	Operador de			
	Programador de			
	Responsável pelo serviço de			
	l), de de , nome completo e cargo do respon		ies	

Fonte: Contagem de tempo de experiência profissional presente na Resolução CEPT-07/12, de 30 de agosto de 2012. Acesso em: 21 nov. 2017

ANEXO P - Declaração

DECLARAÇÃO
Declaramos para os devidos fins de comprovação, que (nome completo do profissional),(RG),(CPF), adquiriu experiência profissional no período de (data de inicio) à (data de saída), tendo desenvolvido atividades referentes a (descrever de forma detalhada), estando apto a, de acordo com
Declaro que as informações acima são verídicas.
(Local), de
(assinatura, nome completo e cargo do responsável pelas informações
CNPJ DA EMPRESA
(Preencher a declaração no papel timbrado da empresa, constando no rodapé os dados comerciais, telefone, e-mail)

Fonte: Declaração presente na Resolução CEPT-07/12, de 30 de agosto de 2012. Acesso em: 21 nov. 2017